

Lessi Inês Farias Pinheiro  
Aline Conceição Souza

# Estudos Econômicos

Um olhar sobre o nosso mundo



# Estudos Econômicos

Um olhar sobre o nosso mundo





## **Universidade Estadual de Santa Cruz**

---

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
WALTER PINHEIRO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA  
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

---

DIRETORA DA EDITUS  
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Andréa de Azevedo Morégula

André Luiz Rosa Ribeiro

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

José Montival Alencar Junior

Lurdes Bertol Rocha

Maria Laura de Oliveira Gomes

Marileide dos Santos de Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Roseanne Montargil Rocha

Silvia Maria Santos Carvalho

---

Lessi Inês Farias Pinheiro  
Aline Conceição Souza  
Organizadoras

# Estudos Econômicos

Um olhar sobre o nosso mundo

Ilhéus-BA  
**eaii**  
**cit's**  
Editora da UESC  
2016



Copyright ©2016 by  
LESSI INÊS FARIAS PINHEIRO  
E ALINE CONCEIÇÃO SOUZA

Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,  
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA  
Deise Francis Krause

REVISÃO  
Gabriela Amorim de Santana  
Genebaldo Pinto Ribeiro  
Maria Luiza Nora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P654 Pinheiro, Lessi Inês Farias.  
Estudos econômicos: um olhar sobre o nosso mundo /  
Lessi Inês Farias Pinheiro, Aline Conceição Souza. - Ilhéus,  
BA : Editus, 2016.  
283 p. : Il.

Inclui referências.  
ISBN: 978-85-7455-410-5

1. Economia regional. 2. Economia. 3. Economia - Brasil. I.  
Souza, Aline Conceição. II .Título.

CDD 330.9

---

**EDITUS - EDITORA DA UESC**  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil  
Tel.: (73) 3680-5028  
www.uesc.br/editora  
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

## Apresentação

A pesquisa no curso de Ciências Econômicas representa um esforço de compreensão das questões científicas, sociais e políticas que envolvem a economia regional e nacional e as suas transformações integradas no conjunto da economia mundial. Ressalta-se que os desafios da pesquisa, assim como a atuação no mercado de trabalho para os economistas, além da capacidade de pesquisa, raciocínio analítico e crítico, condizente com seu papel de cientista social, requerem sólida consciência social e política.

Assim, espera-se, com esta publicação, valorizar a pesquisa no curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, incentivar a publicação e motivar discentes e docentes, acreditando sempre que as nossas pesquisas mostram a evolução e o amadurecimento como um retrato do que somos enquanto curso, o qual, neste ano, completa 50 anos. Os temas trazidos nos diversos capítulos retratam o nosso olhar sobre o mundo, abordando reflexões regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

No primeiro capítulo, Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro escrevem sobre o *Ciclo de negócios: uma investigação sobre a existência de ciclo comum*, apresentando uma comparação entre os ciclos econômicos do estado da Bahia e do Brasil, com o intuito de investigar a existência de ciclos comuns. Para tanto, foram utilizadas cinco variáveis: saldo da balança comercial, vendas no comércio varejista, empregos formais, produção industrial e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como procedimento metodológico o teste de Causalidade de Granger e o Filtro Hodrick-Prescott.

No segundo capítulo, Michele Dreger Vasconcelos Silva e Mônica de Moura Pires investigam

sobre a *Análise da interdependência do custo da cesta básica das capitais do Nordeste do Brasil*. As autoras analisam a relação de causalidade entre os preços da cesta básica das capitais do Nordeste, utilizando os testes de Raiz Unitária, para obtenção da ordem de integração, e o Teste de Causalidade de Granger, para identificar o sentido da direção de influência. O período de análise foi entre janeiro de 1999 e novembro de 2010, tendo como banco de dados o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As autoras identificaram que as cidades de Natal e Recife, no período analisado, exercem forte influência nas outras capitais estudadas, constituindo-se em regiões centrais, dado que choques econômicos tendem a se dispersar para as demais cidades, em uma relação de causa e efeito.

No terceiro capítulo, Rosana Queiroz Santos e Lessi Inês Farias Pinheiro trazem uma abordagem social com o trabalho: *Política social compensatória ou emancipatória: análise da contribuição de programas sociais para a autonomia dos beneficiários*, desenvolvendo uma análise dos principais programas sociais de âmbito federal. Os programas investigados foram o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), que constituem os mais abrangentes executados pela esfera federal.

No quarto capítulo, inicia-se uma discussão envolvendo o comércio internacional, na qual Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza tratam sobre a *Certificação ISO 14001: uma adequação das empresas brasileiras às normas ambientais de competitividade internacional*, analisando a evolução das empresas brasileiras do ponto de vista do comprometimento ambiental, através da certificação do ISO 14001, identificando os setores da economia brasileira que têm maior interesse em se tornar competitivos, investindo neste tipo de certificação, identificando o número de

empresas certificadas pela norma ISO 14001 até o mês de setembro de 2010 no Brasil, em que região/estado se concentra o maior número de certificações e averiguando quais e quantas empresas estão habilitadas a emitir esse tipo de certificação no Brasil pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

No quinto capítulo, Mariana Massena e Mônica de Moura Pires escrevem sobre a *Análise do desempenho do dendê brasileiro no mercado internacional*, apresentando uma análise do desempenho do setor produtivo de dendê do Brasil a fim de identificar a competitividade do óleo no mercado mundial, tomando-se como referência o Programa de Biodiesel. Dividida em subperíodos, a série de dados engloba/compreende o intervalo entre 1961 e 2007 para captar os efeitos de medidas de políticas setoriais e globais. As autoras observam que, apesar de crises em nível mundial, o mercado de dendê não absorveu tais fenômenos de maneira expressiva, havendo, até mesmo, intensificação desse comércio.

No sexto capítulo, Tallys Lima de Souza e Mônica de Moura Pires investigam sobre a *Competitividade do óleo de mamona brasileiro: uma análise a partir de indicadores de desempenho e eficiência*. Os autores analisam o desempenho do setor produtivo da mamona no Brasil tomando como referência o Programa de Biodiesel. Foram utilizados indicadores de desempenho e eficiência para analisar o nível de competitividade do setor no período de 1961 a 2007, sendo os dados obtidos no *site* da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). De maneira geral, os autores perceberam que a cultura depende da ferramenta das políticas agrícolas do governo, principalmente, as relacionadas à disponibilidade e acesso ao crédito.

No sétimo capítulo, Sharlene Cristiane Reis Cruz dos Santos e Aline Conceição Souza trazem uma abordagem sobre gênero com o trabalho *Caracterização*

*econômica e social da mulher inserida na graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), município de Ilhéus, Bahia, observando, especificamente, o perfil das discentes na graduação, a satisfação com os cursos dos quais participam, as perspectivas para o mercado de trabalho, além de avaliar o grau de dificuldade para que se mantenham na universidade.*

No último capítulo, Neorley Batista Carvalho e João Carlos de Pádua Andrade tratam do tema empreendedorismo, com o texto *Empreendedorismo: análise da educação e iniciativa empreendedora dos jovens do ensino médio do município de Itabuna, Bahia*, no qual analisam o perfil empreendedor dos jovens do ensino médio, além das perspectivas de inserção no mercado de trabalho do município de Itabuna. Mostrando, assim, as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho devido à grande concorrência e à competitividade gerada no mundo globalizado.

Esperamos mais esforço de muitos outros, pois temos um vasto caminho a percorrer com as nossas pesquisas.

Aos leitores,  
boas reflexões!

Lessi Inês Farias Pinheiro  
e Aline Conceição Souza

## Sobre os autores

### *ALINE CONCEIÇÃO SOUZA*

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UDESC), graduada em Ciências Econômicas (UDESC) e professora assistente no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UDESC).

### *JOÃO CARLOS DE PÁDUA ANDRADE*

Doutorando e mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UDESC), graduado em Ciências Econômicas (UDESC) e professor assistente no Departamento de Ciências Econômicas (UDESC).

### *KAIZA CORREIA DA SILVA OLIVEIRA*

Doutoranda em Ciências Econômicas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas na Universidade Estadual de Santa Cruz (UDESC), Pós-graduada em Administração Financeira no Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UDESC).

### *LESSI INÊS FARIAS PINHEIRO*

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre em Economia Européia e Políticas Comunitárias pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e professora titular no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UDESC).

*MARIANA MASSENA MARINHO*

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*MICHELE DREGER VASCONCELOS SILVA*

Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*MÔNICA DE MOURA PIRES*

Doutora e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) com pós-doutorado em Modelagem Econômica pelo Colégio Postgraduados (México) e professora plena do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*NEORLEY BATISTA CARVALHO*

Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas e graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Foi bolsista da FAPESB - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia.

*ROSANA QUEIROZ SANTOS*

Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*SHARLENE CRISTIANE REIS CRUZ DOS SANTOS*

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*TALLYS LIMA DE SOUZA*

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

*THAÍS LIMA FRAGA*

Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

# Sumário

## Um olhar sobre a Bahia e o Nordeste

- 1 Ciclo de negócios:  
Uma investigação sobre a existência de ciclo comum  
*Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro*

- Análise da interdependência do custo da cesta básica  
das capitais do Nordeste do Brasil 2  
*Michele Dreger Vasconcelos Silva e Mônica de Moura Pires*

- 3 Política social compensatória ou emancipatória:  
análise da contribuição de programas sociais para a  
autonomia dos beneficiários  
*Rosana Queiroz Santos e Lessi Inês Farias Pinheiro*

## Um olhar sobre o mercado internacional

- Certificação ISO 14001:  
uma adequação das empresas brasileiras às normas  
ambientais de competitividade internacional 4  
*Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza*

- 5 Análise do desempenho do dendê brasileiro no  
mercado internacional  
*Mariana Massena e Mônica de Moura Pires*

- Competitividade do óleo de mamona brasileiro:  
uma análise a partir de indicadores de desempenho  
e eficiência 6  
*Tallys Lima de Souza e Mônica de Moura Pires*

## Um olhar sobre a educação

- 7 Caracterização econômica e social da mulher inserida na graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), município de Ilhéus, Bahia  
*Sharlene Cristiane Reis Cruz dos Santos e Aline Conceição Souza*

- Empreendedorismo: 8  
análise da educação e iniciativa empreendedora dos jovens do ensino médio do município de Itabuna, Bahia.  
*Neorley Batista Carvalho e João Carlos de Pádua Andrade*

# 1

## Ciclo de negócios: *uma investigação sobre a existência de ciclo comum*



*Thaís Lima Fraga  
Lessi Inês Farias Pinheiro*

**O**s ciclos econômicos representam oscilações nos agregados, intrínsecos à sociedade capitalista, com diversidade de períodos e causas. Denotam uma evidência sólida de que, independentemente da heterogeneidade política das nações, a economia possui fases de retração e expansão capazes de provocar a maturidade nos desígnios econômicos, através de transformações nas esferas sociais, econômicas e ambientais do país, áreas inteiramente coesas, atualmente.

O estudo dos ciclos econômicos ganhou ênfase no cenário global a partir do desenvolvimento da macroeconomia, durante o século XX, com John Maynard Keynes. No entanto, antes desta época, os ciclos já eram objeto de estudo de muitos economistas, que o faziam por meio da ótica microeconômica, mediante modelos de análise estáticos.

Na década de 1970, o termo ciclo de negócios entrou em voga com o trabalho de Robert Lucas (citado por GIANNINI; DIAS; DIAS, 2009), o qual apresentou as principais variáveis determinantes do ciclo de negócios nos Estados Unidos. Para Burns e Mitchell, citados por D'Agostini (2004, p. 3), “ciclos de negócios são um tipo de flutuação encontrado na atividade econômica agregada das nações” cuja duração “varia de mais de um ano a dez ou doze anos”.

Os trabalhos sobre ciclos de negócios comumente investigam as regularidades empíricas em confrontação com um referencial comparativo. Cunha, Sandes e Vivanco (2005) compararam o PIB *per capita* dos Estados Unidos com o de dez países da América do Sul e seis países do leste da Ásia, no período de 1970 a 2000. Ellery Júnior e Gomes (2005) analisaram os ciclos de negócios da Austrália, Canadá, Dinamarca, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Reino Unido, EUA e Brasil, e concluíram que não existe um padrão claro na relação entre o ciclo brasileiro e o dos demais países. Cunha e Moreira (2006) examinaram o desempenho cíclico da atividade econômica do Distrito Federal (DF) e das demais Unidades Federativas do Brasil de 1985 a 2002, constatando que o estado de São Paulo apresenta elevada sincronicidade com o Brasil, enquanto o DF e demais estados não apresentaram fases cíclicas coincidentes com o país.

A presente pesquisa utilizou como parâmetro metodológico uma análise baseada no método comparativo-econométrico, sob a adoção das variáveis: saldo da balança comercial, volume no comércio varejista, nível de

emprego formal e produção industrial no Brasil e, especificamente, no estado da Bahia. Utilizou-se também a variável INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com mensuração das variações de preços nas regiões metropolitanas. A inexistência de indicadores de inflação estaduais torna os indicadores para regiões metropolitanas uma referência no acompanhamento do desempenho inflacionário do estado. Desta forma, foi utilizado o INPC da Região Metropolitana de Salvador, comparando-o com a variação do INPC das regiões metropolitanas de outras capitais brasileiras: Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Goiânia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A amostra compreende dados mensais de janeiro de 2000 a junho de 2010 equivalentes a 126 observações por série. As séries temporais foram transformadas em números-índices, tendo como base janeiro de 2000. Depois desta etapa, com o auxílio do *software* Demetra, versão 2.2, as séries sofreram ajustes sazonais, através do método X-12 ARIMA.

Em seguida, foi realizado o teste de raiz unitária e, posteriormente, o teste de Causalidade de Granger, realizados com o auxílio do *software* Eviews, versão 5.0. Os testes de estacionariedade foram os testes de *Dickey Fuller* e *Philips Perron*. Para Gujarati (2000), estas séries temporais detêm raiz unitária e possuem um caminho aleatório. Para Giannini, Dias e Dias (2009), isto significa dizer que os choques em séries com raiz unitária terão caráter permanente, e séries sem raiz unitária, ou seja, séries estacionárias, têm os efeitos dos choques dissipados com o tempo. Por sua vez, o teste de Causalidade de Granger mantém como propósito a identificação do sentido da causalidade entre séries de tempo. O método é capaz de identificar o efeito causal que uma variável impõe sobre outra, relacionando causa e efeito entre

as variáveis, ou seja, identifica o efeito que a primeira variável,  $x$ , gera nas demais variáveis, ou para melhor explicar, o efeito que a variável balança comercial gera na variável produção industrial.

Findada esta etapa, foi realizado o último teste, pelo qual foram confrontadas, empiricamente, as características cíclicas das séries, a partir da utilização do filtro *Hodrick Prescott* (HP) a partir do *software* Eviews, versão 5.0. A série é composta de fator cíclico e tendencial, o filtro HP decompõe a série, isolando o fator cíclico (GIANNINI; DIAS; DIAS, 2009). Com o isolamento, foram mapeadas a volatilidade, a persistência e o grau de co-movimento cíclico. A volatilidade foi obtida através do cálculo do desvio-padrão, enquanto a persistência do ciclo foi obtida através da correlação entre a série original e a série defasada e, por fim, o grau de co-movimento foi aferido por meio do coeficiente de correlação de uma série com outra série de interesse. Neste trabalho, adotou-se como série de interesse o PIB (Produto Interno Bruto), por se tratar do principal medidor de crescimento do país.

Como hipótese deste estudo, considerou-se que o Brasil e a Bahia possuem ciclos comuns, baseados na abordagem de propagação dos impulsos dos ciclos de negócios, discutida pelo economista norueguês Ragnar Frisch, no trabalho *Propagation Problems and Impulse Problems in Economics*, no qual preconiza que “os ciclos são causados por distúrbios aleatórios, geralmente denominados de ‘impulsos’, que afetam o sistema econômico e criam um padrão cíclico de respostas na economia” (SACHS; LARRAIN, 2004, p. 562).

O texto está estruturado em três itens, além da introdução. Inicialmente, é descrito o aporte teórico sobre ciclos de negócios; num segundo momento, são discutidos os resultados; posteriormente, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **CICLO DE NEGÓCIOS: sob a ótica das teorias recentes**

Neste trabalho, são abordadas as teorias mais recentes de ciclo de negócios, compreendendo a concepção novo-clássica e novo-keynesiana, escolhidas por se tratarem de ciclos de curto prazo mais adequados ao período proposto na pesquisa. Inicialmente, será apresentado um esboço das características do padrão cíclico para, posteriormente, explicar a elucidação de cada teoria sobre a temática.

O processo cíclico é composto de picos e fundos; o ciclo completo vai de um extremo a outro e são estas oscilações que determinarão a tendência econômica. Para Lucas, os ciclos de negócios representam “flutuações periódicas do produto e emprego em torno da tendência” (D’AGOSTINI, 2004, p. 3) que atribuem à sociedade diversificação nos padrões sociais e econômicos. O processo é mostrado no GRÁFICO 1.

D’Agostini (2004) destaca, ainda, que as variáveis cíclicas podem ser classificadas quanto à direção, à defasagem e à amplitude. Quanto à direção, as variáveis podem ser pró-cíclicas, anticíclicas ou acíclicas em relação à tendência: as variáveis pró-cíclicas são caracterizadas por acompanhar o padrão cíclico; as variáveis anticíclicas possuem comportamento oposto ao padrão cíclico, e as variáveis acíclicas não possuem padrão determinado, seu movimento não apresenta relação com o do ciclo. Enquanto isso, o fator defasagem das variáveis em relação ao produto agregado ( $Y$ ) classifica-se em *lagging*, quando determinada variável apresenta um movimento antecipado a  $Y$ ; em *leading*, quando o movimento da variável aparece posteriormente ao movimento de  $Y$ ; e coincidente, quando o movimento da variável acontece ao mesmo tempo de  $Y$  (neste caso não é verificada defasagem).

**GRÁFICO 1 – Flutuação Cíclica da Economia**

Fonte: DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ (2003).

Por fim, a análise de amplitude mede a volatilidade dos movimentos; sendo assim, as variáveis podem ser altas ou baixas em relação a  $Y$ , e a volatilidade possui comportamento proporcional à flutuação da variável econômica. No QUADRO 1, pode-se verificar como algumas variáveis podem ser classificadas utilizando os parâmetros de direção, defasagem e amplitude.

**QUADRO 1 – Características de algumas variáveis macroeconômicas**

Variáveis	Classificação quanto à:		
	Direção	Defasagem	Amplitude
Produção agregada/ Setorial/Bens duráveis	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Consumo/ Investimento público e privado	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Agregados monetários/Nível de preços/Inflação	Pró-cíclica	<i>Leading</i>	Alta

*continua...*

conclusão...

Variáveis	Classificação quanto à:		
	Direção	Defasagem	Amplitude
Velocidade de circulação da moeda	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Taxa de desemprego	Anticíclica	Coincidente	Alta
Produtividade média do trabalho	Pró-cíclica	<i>Leading</i>	Alta
Taxas de juros nominais	Pró-cíclica	<i>Lagging</i>	Baixa
Variação de estoques de insumos/Bens acabados	Pró-cíclica/ Anticíclica	<i>Lagging</i>	Alta/Baixa

Fonte: D' Agostini, 2004.

### Teoria novo-clássica

A teoria novo-clássica apoia-se na perspectiva liberal, a qual prescreve que os agentes interagem no mercado guiados pela mão invisível, ou seja, com interdependência dos agentes econômicos, capazes de provocar o bem comum. Nesse sentido, os recursos são alocados de forma eficiente, sem a necessidade de intervenção do Estado, uma vez que a busca pelo interesse individual produz o interesse coletivo melhor do que se estivesse buscando fazê-lo (MANKIWI, 1998).

Assim, em decorrência da teoria clássica, a abordagem novo-clássica mantém como arcabouço a livre iniciativa, na qual os agentes otimizam suas ações e, em refutação, os mercados se equilibram. Além disso, a teoria entende que o ciclo é um fenômeno de equilíbrio, uma vez que os preços e salários alteram-se livremente para gerar equilíbrio nos mercados.

Para Charles Plosser, citado por Froyen (2006, p. 320), os

modelos de ciclos reais de negócios vêm as variáveis econômicas agregadas como resultados das decisões tomadas por muitos agentes individuais, agindo de forma a maximizar sua utilidade, sujeitos às possibilidades de produção e às restrições de recursos. Como tal o modelo tem base firme e explícita em microeconomia.

A teoria dos ciclos reais de negócios, abordada pelos economistas novo-clássicos, entende que o termo “real” refere-se à exclusão de variáveis nominais para explicação das flutuações econômicas, que pode ser feita adotando as mesmas hipóteses para análises de curto ou longo prazo.

## **Desemprego**

Os novo-clássicos acreditam que a quantidade de horas, que o trabalhador dedica ao trabalho, depende dos estímulos financeiros que recebe. Se um trabalhador obtiver um aumento salarial, sua disposição para trabalhar durante mais horas aumenta, enquanto uma redução salarial leva ao desejo de trabalhar durante uma quantidade menor de horas ou até ao abandono temporário do trabalho. Esta situação é denominada de Substituição Intertemporal do Trabalho, que indica a disposição do trabalhador para realocar o trabalho em determinado período de tempo (MANKIW, 1998).

Considerando-se dois trabalhos com períodos e remunerações distintas, o trabalhador decidirá pelo segundo trabalho,  $W_{t+1}$  (remuneração do segundo trabalho) quanto menor for  $(1 + r) W_t$ , (remuneração do primeiro trabalho), onde  $r$  corresponde à taxa de juros. Ou então, ele decidirá pelo primeiro trabalho se a taxa de juros for elevada (ver EQUAÇÃO 1).

$$\text{Preço intertemporal} = \frac{(1 + r) W_t}{W_{t+1}} \quad (1)$$

Desta forma, os trabalhadores definem o efeito substituição entre trabalho e lazer através da análise do seu custo-benefício. Assim, a Substituição Intertemporal do Trabalho explica as flutuações na renda e no produto, que dependem de alterações salariais ou da taxa de juros (MANKIWI, 1998).

### **Informações imperfeitas e choques tecnológicos**

A tentativa de elaborar um modelo de ciclos de negócios firma-se na existência de informações imperfeitas no mercado e na importância determinística da tecnologia das flutuações cíclicas. O primeiro argumento, partindo do pressuposto de que os agentes não detêm conhecimento perfeito sobre o mercado, implica uma ilusão gerada pela expansão monetária. Neste caso, os choques de demanda podem, somente, encadear alterações nos preços e salários nominais. Caso os agentes tenham plena informação do mercado, estas alterações poderiam se estender ao lado real das variáveis. Robert Lucas (no artigo *Expectations and the Neutrality of Money*, 1972), citado em Sachs e Larrain (2004, p. 572), interpreta esta situação exemplificando que cada mercado de um determinado bem se constitui em uma ilha, “o produtor precisa interpretar um aumento de preço em um mercado individual”.

Lucas argumentou esta proposição baseando-se na Hipótese de Expectativas Racionais. Para ele, a formação de expectativas dos indivíduos é o primeiro passo para prever o futuro dos ciclos de negócios. As decisões são tomadas firmando-se em todas as informações possíveis;

sendo assim, os indivíduos agem racionalmente, pois se fundamentam em dados econômicos no processo decisório (SACHS; LARRAIN, 2004). Esta visão se contrapõe-se à de John Maynard Keynes, que explicava o processo baseando-se no “instinto animal” dos empresários.

Outro aspecto fundamental na concepção novo-clássica é a importância dada aos fatores reais do lado da oferta. A teoria supõe que variações na tecnologia provocam mudanças no nível de produto e emprego, ou seja, quando a tecnologia melhora, a produção aumenta e como há a Substituição Intertemporal do Trabalho, o emprego também aumenta (MANKIW, 1998). Sendo assim, é depositada, no fator tecnologia singular, a importância nas flutuações cíclicas da economia, e aliada a isso, outra hipótese do modelo consiste na propagação desses choques a partir da ideia de mercados perfeitamente competitivos (SACHS; LARRAIN, 2004). Somados a esta concepção, os novo-clássicos também consideram como fatores reais, mesmo com um grau de importância inferior, a tecnologia, as variações nas condições ambientais, a alteração nos preços reais de matérias-primas, as mudanças nas alíquotas tributárias e as mudanças nos gostos dos indivíduos e, por isso, não podiam ser consideradas como principal fonte de flutuações (FROYEN, 2006). Neste sentido,

a teoria real do ciclo de negócios afirma que as flutuações no produto e no emprego decorrem de uma série de choques reais que atinge a economia, com os mercados se ajustando rapidamente e permanecendo sempre em equilíbrio. A teoria do ciclo real de negócios é o produto natural do desdobramento teórico da abordagem de expectativas racionais – a de que a política monetária não tem efeito real – e dos esforços de verificação empírica da teoria do caminho aleatório – a de que os choques

de demanda agregada não são uma fonte importante de flutuações (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2003, p. 445).

## **Política monetária e fiscal**

A teoria dos ciclos reais de negócios supõe a neutralidade da moeda; deste modo, a política monetária não exerce papel significativo nas flutuações, ou seja, a política monetária não afeta variáveis reais, como produto e emprego. Esta proposição é considerada por alguns economistas como o aspecto mais radical da teoria (MANKIWI, 1998). Em decorrência disto, alguns teóricos consideravam relevante o efeito dos choques monetários, indicando que a política monetária representava um meio alternativo de financiamento do Estado através da emissão de moeda.

Quanto aos efeitos gerados pela política fiscal, os novo-clássicos assumiam uma posição menos radical que os teóricos clássicos, dizendo que este tipo de política exercia influência na economia via oferta. A partir de variações nas alíquotas tributárias, a escolha dos agentes é alterada e são geradas distorções no mercado. Neste sentido, admite-se o uso da política fiscal com o intuito de minimizar essas distorções sem prejudicar a oferta de serviços governamentais. Além disso, também consideravam que a variação nos dispêndios governamentais poderiam também causar flutuações (FROYEN, 2006).

## **Teoria novo-keynesiana**

A discussão sobre ciclos econômicos ganhou ênfase a partir de John Maynard Keynes, na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que ligava a existência de ciclos às oscilações na maneira como flutua a eficiência marginal do capital.

Sugiro, todavia, que o caráter essencial do ciclo econômico e, sobretudo, a regularidade de ocorrência e duração, que justificam a denominação ciclo, se devem principalmente ao modo como flutua a eficiência marginal do capital. Na minha maneira de ver, o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado como resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e freqüentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis importantes do sistema econômico no curto prazo (KEYNES, 1982, p. 243).

Val e Ferreira, citados por D'Agostini (2004, p. 5, grifos do autor), destacam que a revolução keynesiana provocou uma “alteração do **objetivo** de grande parte dos pesquisadores para a **tentativa de se prever qual seria o nível dos agregados econômicos em determinado período**”. Para controlar os efeitos negativos gerados pelos ciclos, a teoria keynesiana propunha a utilização harmônica da política fiscal e monetária, assim “esperava-se poder reverter os efeitos negativos dos ciclos com políticas específicas, bem como alterações institucionais, conforme o caso” (D'AGOSTINI, 2004, p.5).

Os novo-keynesianos mantiveram este postulado central. No entanto buscaram, em suas análises, aperfeiçoar o modelo keynesiano aprofundando as suas bases microeconômicas. Para Mankiw e Romer, citados em Froyen (2006, p. 329),

os economistas novo-keynesianos afirmavam, de forma persuasiva, que a economia keynesiana era teoricamente inadequada, que a macroeconomia precisa ser construída sobre uma base microeconômica sólida.

Além disto, as demais contribuições da corrente novo-kenesiana, surgida na década de 1970, referem-se à pressuposição de concorrência imperfeita, e rigidez nos salários (FROYEN, 2006).

A teoria novo-keynesiana assume a importância das imperfeições dos mercados para os ciclos econômicos, por isso considera que os mesmos estão em concorrência imperfeita, devido às ineficiências geradas por falhas de mercado. Desta maneira, sumariamente, o modelo esclarece como a tomada de decisão em estruturas de mercados de concorrência perfeita leva a excessos ou quebras socialmente indesejáveis. Na concepção de Giannini, Dias e Dias (2009), a existência de falhas de mercado implica que o mercado não tende ao equilíbrio e que os preços são rígidos, ou seja, respondem a uma modificação na demanda de forma mais lenta. Sendo assim os preços nem sempre se equilibram nos mercados. Esta rigidez pode ser notada em variáveis nominais ou reais, dado o pressuposto da teoria novo-keynesiana de reconhecer tanto fatores reais, como fatores nominais na construção dos ciclos.

A teoria também assume, em consonância com a teoria novo-clássica, que o comportamento do consumidor é racional e maximizador (SACHS; LARRAIN, 2004). Quanto à rigidez de preços e salários, os novo-keynesianos embasaram sua proposta em hipóteses como: a teoria do custo de *menu*, a teoria de salário eficiência e de contratos implícitos.

### **Custo de *menu***

O custo de *menu* corresponde a uma das razões dos preços, no curto prazo, não se ajustarem imediatamente. Para Mankiw (1998, p. 303), “os custos de menu levam as empresas a ajustar seus preços de forma intermitente, e não constante”.

Estes custos podem ser explicados da seguinte forma: quando determinadas empresas deparam-se com uma redução de demanda, normalmente ocorre uma redução dos preços com o intuito de retomar as vendas; no entanto, os empresários percebem que o custo de menu, ou custo de alteração dos seus preços, supera os benefícios da redução, fazendo com que permaneçam constantes, assim se pode considerar que os custos de *menu* levam à rigidez dos preços. Desta forma,

em um mercado competitivo, o lucro privado de acertar o preço sempre tem mais valor do que um pequeno custo de menu, opostamente, quando as empresas se deparam com uma curva de demanda com inclinação para baixo, um pequeno custo de menu pode muito bem ser maior que as possíveis variações nos lucros (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2003, p. 464).

Apesar de alguns economistas discordarem desta proposta, pois acreditam que os custos de *menu* são muito baixos para explicar recessões, os defensores da hipótese afirmam que, mesmo com custos baixos, uma firma individual produz efeito significativo para a economia como um todo (MANKIW, 1998).

### **Teoria de salário eficiência**

A eficiência dos trabalhadores está positivamente relacionada com seus salários reais, por isso algumas firmas utilizam como estratégia empresarial a elevação do poder de compra de seus funcionários acima do nível de mercado, por representar retornos positivos em produtividade e lucros (FROYEN, 2006).

Baseado nesta argumentação, aceita-se também que o desemprego involuntário será sempre persistente; para aumentar a eficiência do trabalho, as empresas não contratarão mais empregados, e sim investirão naqueles já contratados.

A eficiência do trabalhador pode ser medida utilizando o índice abaixo, em que  $e$  representa o nível de eficiência do trabalhador,  $w$ , os salários e  $P$  os preços. A expressão entre parênteses representa o saldo de salário real. Nesta fórmula, torna-se clara a afirmação feita acima sobre a relação positiva entre salários reais e eficiência do trabalhador:

$$e = e(w/P) \quad (2)$$

Mesmo apresentando benefícios, existe um limite até onde este aumento pode prosseguir, pois há um nível além do qual o aumento torna-se prejudicial à firma. Segundo Froyen (2006), o aumento dos salários reais só será permitido até o nível em que a eficiência do trabalhador em relação ao salário real seja igual a um.

### **Contratos implícitos**

Esta teoria apresenta uma visão diferenciada sobre a rigidez salarial, demonstrada mediante a fixação de um acordo implícito entre trabalhador e empresa. De acordo com Sachs e Larrain (2004, p. 579), “há uma assimetria fundamental entre os trabalhadores e a empresa que os emprega, [...] enquanto as empresas são neutras ao risco, os trabalhadores são avessos ao risco”. Sendo assim, o nível salarial possui duas implicações: primeiro, define um padrão de compensação pelo serviço prestado pelo trabalhador, e segundo, manifesta-se como uma espécie

de seguro contra o risco da variação de renda, situação em que se mostra essencial à redução de risco de trabalhadores que não possuem acesso ao mercado financeiro. Nestas circunstâncias, as empresas podem acordar com seus funcionários a manutenção do salário real constante, explícito no contrato de trabalho ou implícito nos padrões salariais da empresa (SACHS; LARRAIN, 2004).

A análise das teorias novo-clássica e novo-keynesiana apresentam abordagens heterogêneas sobre as variáveis responsáveis pelas flutuações cíclicas. Estudá-las permite não só crescente aperfeiçoamento, bem como possibilita expandir as possibilidades de discussão sobre o futuro da economia.

### **Ciclos de negócios no Brasil e na Bahia**

O resultado do teste *Dickey-Fuller* de raiz unitária para o conjunto de séries temporais do Brasil, indicou que todas as variáveis são estacionárias, salvo a variável Produção industrial. Para confrontar este resultado, foi realizado o teste *Phillips-Perron*, que se diferencia do anterior por considerar informações de erro padrão na correlação serial. Conforme o resultado, todas as variáveis são geradas através de um processo estacionário.

Em contrapartida, o teste de raiz unitária para o estado da Bahia apresentou algumas diferenças, principalmente quanto ao teste *Dickey-Fuller*. O resultado deste teste demonstrou que somente as variáveis comércio varejista e INPC são estacionárias. O resultado do teste *Phillips-Perron* indicou que todas as variáveis são estacionárias. Novamente, este mesmo teste apresentou maior nível de aderência, indicando estacionariedade para todas as variáveis dadas (ver TABELA 1).

Com a detecção da estacionariedade nas séries, pode-se projetar a análise em longo prazo. Neste sentido,

**TABELA 1 – Teste de raiz unitária, para as séries temporais do Brasil e do estado da Bahia, no período de jan./2000 a jun./2010.**

SÉRIES	BRASIL				BAHIA			
	Teste Dickey-Fuller		Teste Philips-Perron		Teste Dickey-Fuller		Teste Philips-Perron	
	t	Situação	t	Situação	T	Situação	t	Situação
Balança comercial	-14.699	EST* <sup>2</sup>	-16.829	EST* <sup>2</sup>	-0.803	Não EST	-6.869	EST* <sup>1</sup>
Comércio varejista	4.583	EST* <sup>1</sup>	-5.030	EST* <sup>1</sup>	2.546	EST** <sup>1</sup>	-4.818	EST* <sup>1</sup>
Empregos formais	3.002	EST* <sup>1</sup>	-6.461	EST* <sup>1</sup>	-1.501	Não EST	-6.107	EST* <sup>1</sup>
Produção industrial	-0.176	Não EST	-8.062	EST* <sup>1</sup>	0.534	Não EST	-9.205	EST* <sup>1</sup>
INPC	-2.578	EST** <sup>1</sup>	-4.385	EST* <sup>1</sup>	-2.487	EST** <sup>2</sup>	-6.034	EST* <sup>1</sup>

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: \*Estacionário a 1%,\*\*Estacionário a 5%; <sup>1</sup>Estacionário em nível;<sup>2</sup> Estacionário na 1ª diferença.

o resultado da causalidade de Granger representa um fluxo que não se limita somente ao período determinado para análise, mas caracteriza, sobretudo, um padrão de fluxo causal entre as séries temporais brasileiras e baianas.

As FIGURAS 1 e 2 demonstram os valores significativos do teste F, informando o sentido da causalidade de Granger nos dois campos de estudo.

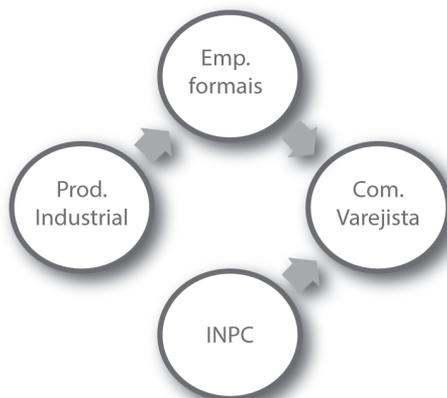
O teste de Causalidade, para o Brasil, apontou relações unidirecionais entre as variáveis, de Produção industrial para Empregos formais e de Empregos formais e INPC para Comércio varejista. A série Balança comercial destacou-se por apresentar comportamento independente no grupo (ver FIGURA 1).

O balanço de pagamentos registra todas as transações econômicas entre residentes e não-residentes do país, a Balança comercial integra-se ao balanço de pagamentos e possui como função o registro do saldo das transações de produtos do país com o exterior. Neste contexto, a Balança comercial registra o saldo das exportações (vendas para o exterior) menos importações (compras no exterior).

A Balança comercial apresenta um comportamento independente das variáveis do grupo, pois as *commodities*, não incluídas no modelo, ainda exercem elevada participação nas exportações brasileiras. Para Salerno (2004, p. 19), “as exportações brasileiras são baseadas em *commodities* primárias, bens industriais baseados em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica”. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010), as principais *commodities* comercializadas são café, açúcar, soja, minério de ferro, carne bovina e suco de laranja.

No que tange à relação causal de Produção industrial para Empregos formais, a relação embasa-se no argumento de que o nível de produção industrial determina o volume de empregos formais, indicando que, predomina-

**FIGURA 1 – Teste de Causalidade de Granger para o Brasil, no período de jan./2000 a jun./2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

temente, os trabalhadores da indústria são formalizados. Sendo assim, políticas governamentais que estimulem a produção industrial aumentarão o nível de empregos formais no país, ou seja, a variável Produção industrial é estratégica para a nação, pois, além de dinamizar a economia, reduz o nível de informalidade.

Por sua vez, observou-se que empregos formais “causam” Comércio varejista; esta relação é coerente, pois quanto maior for o nível de empregos, maior a renda da população e, posteriormente, maior será o consumo, afetando diretamente o volume de vendas do comércio varejista, uma vez que este está direcionado essencialmente ao consumo das famílias.

Por outro lado, o INPC “causa” comércio varejista, uma vez que a inflação afeta a renda, alterando o poder de compra do consumidor. Sendo assim, quanto maior for o INPC, menor a renda real e menor será o consumo no comércio varejista.

A causalidade de Granger para o estado da Bahia indicou causalidade unidirecional de empregos formais para a Balança comercial e de INPC para Comércio varejista. Entretanto, averiguou-se uma situação de realimentação ou causalidade bidirecional entre Produção industrial e Comércio varejista, conforme FIGURA 2.

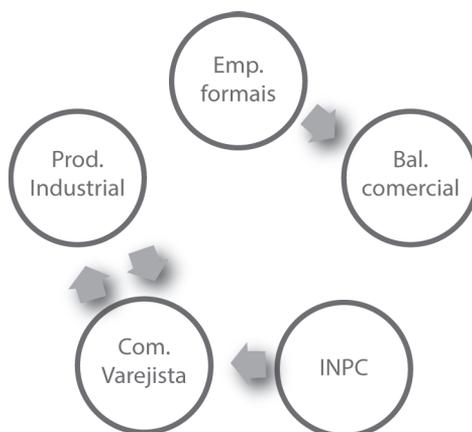
Diante disto, a configuração do fluxo causal no estado da Bahia apresentou outras direções em relação ao fluxo anterior, caracterizando o comportamento da economia no estado. Dentre as diferenças, destaca-se a inserção da Balança comercial e o caso de realimentação entre Produção industrial e Comércio varejista.

Apesar de o estado possuir em sua matriz exportadora produtos agrícolas de grande significância para a sua economia local, desde o século XX, o estado sofre estímulos para aumentar o parque industrial. O papel exercido pela indústria mostra-se como um dos principais motivos do fluxo causal heterogêneo.

A Bahia possuía como principal produto agrícola o cacau, maior gerador de divisas durante a década de 1970. A industrialização foi impulsionada pela política econômica federal, que objetivava a integração das regiões brasileiras, mediante a formação de parques industriais que permitissem uma matriz produtiva articulada setorial e regionalmente. A industrialização foi possibilitada por meio de incentivos fiscais dirigidos principalmente à Bahia, devido à sua proximidade com o centro-sul do país e por já possuir refinaria, a Landulfo Alves, em Mararipe. Neste contexto, foram implantados o Complexo Petroquímico de Camaçari, e o Complexo Industrial de Aratu (PESSOTI, 2006). Desta forma, a Balança comercial ganha relevância na conjuntura econômica do estado, justificando sua integração na análise.

A mudança na estrutura produtiva do estado possibilitou a implantação de diversas indústrias no período de

**FIGURA 2 – Teste de Causalidade de Granger para a Bahia, no período de jan./2000 a jun./2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

2000 a 2005, transformando a composição do PIB estadual. Segundo Pessoti (2006), no ano de 2005, o setor industrial respondia por mais de 50% do valor agregado da economia.

O caso de realimentação ou causalidade bidirecional entre Produção industrial e Comércio varejista revela a dependência entre estas variáveis, uma vez que a indústria baiana abastece o comércio varejista e, por sua vez, alterações no comércio varejista modificam o nível de produção industrial.

Outra direção da causalidade observada deu-se nos Empregos formais para a Balança comercial, indicando que quanto maior for o nível de empregos, maior será a renda da população e, conseqüentemente, mais intenso o fluxo de transações internacionais.

Nesta fase, são analisados os ciclos das economias brasileira e baiana, sob a ótica do componente cíclico do saldo da Balança comercial, do volume de vendas

no Comércio varejista, do volume de Empregos formais, da Produção industrial e do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Destaca-se que, desta forma, busca-se uma análise mais coesa e completa das conjunturas. A análise cíclica, baseada somente no PIB, pode suscitar distorções no diagnóstico. Para Pessoti (2006, p. 78), “o PIB não consegue traduzir a totalidade de relações econômicas existentes entre os agentes produtivos”.

Os impactos incididos em uma economia afetam todos os indicadores, de forma menos ou mais expressiva, dependendo da natureza e da proporção do choque; sendo assim, o mesmo acontecimento pode provocar alterações em medidores diferentes do comportamento econômico, daí poder-se dizer que os indicadores representam partes de um único corpo. Esta pesquisa destaca esta unicidade e as características cíclicas de cada economia.

Os componentes cíclicos dos indicadores exibiram os comportamentos mais persistentes no desempenho econômico do Brasil e da Bahia. Foram observadas situações de sincronicidade para o saldo da Balança comercial, Comércio varejista e Produção industrial, conforme os GRÁFICOS 2, 3 e 4.

Esta consonância cíclica explica-se principalmente pela inserção geográfica, política e econômica da Bahia no país, caracterizando-a como estado subnacional<sup>1</sup>, e, como tal, submete-se aos direcionamentos do país.

---

<sup>1</sup> Sandroni apud Pessoti (2006) classifica o estado subnacional como aquele que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, possui autonomia controle restritos sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica – taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária, etc.

O GRÁFICO 2 descreve o comportamento cíclico do saldo da balança comercial do Brasil e da Bahia, ambos regidos pela política de comércio exterior. Como pode ser visto no GRÁFICO 2, após junho de 2005, a economia baiana obteve uma queda menos expressiva que a brasileira; em decorrência disto, em junho de 2009, o componente cíclico da Bahia tornou-se superior ao do Brasil.

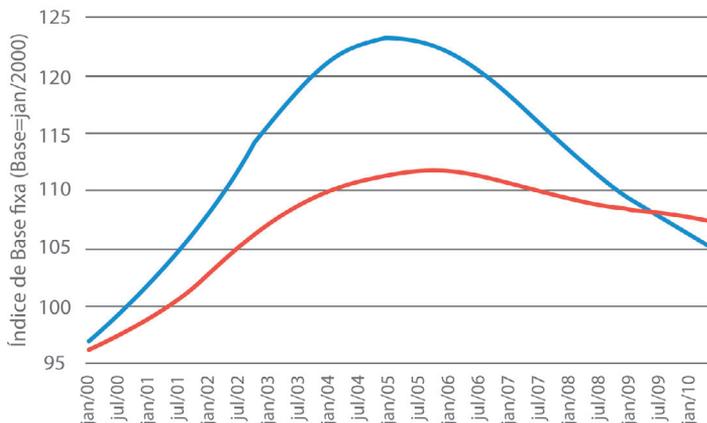
Esta situação indica que, submetido à economia nacional, o estado não pode manter uma dinâmica econômica discrepante daquela determinada a nível nacional, mas pode gerar estímulos locais coerentes com a economia brasileira, ou seja, o estado possui uma autonomia limitada e as diferenças de ações locais poderão traduzir-se em comportamentos cíclicos heterogêneos entre estado e nação, como nos GRÁFICOS 3 e 4, discutidos posteriormente.

Conforme o GRÁFICO 2, o saldo da balança comercial foi crescente de 2000 a 2005, apesar de choques que ocorreram nesta primeira metade da década, como a crise argentina, a energética, o atentado terrorista aos EUA<sup>2</sup> e as eleições presidenciais. O Brasil e a Bahia mantiveram uma trajetória de crescimento com medidas monetárias e fiscais eficazes que permitiram a expansão das relações comerciais a partir de intensas alterações na taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia – considerada a taxa básica de juros) e na taxa cambial, que atingiram seus valores máximos

---

<sup>2</sup> A Argentina, uma das principais parceiras comerciais do Brasil, adotou, na década de 1990, o *currency board*, sistema cambial pelo qual o país atrela sua moeda ao dólar americano. No entanto, o país não conseguiu enfrentar os choques externos que sofreu. Conforme Batista Júnior (2002), esta inflexibilidade do câmbio foi problemática para a Argentina, pois ela possuía um comércio diversificado, mais vinculado ao Brasil e à União Europeia do que aos EUA. Segundo Tolmasquim (2000), a crise energética aconteceu devido à insuficiência do sistema elétrico no atendimento da demanda; o consumo havia crescido 49%, enquanto a capacidade instalada da indústria apenas 35%. O atentado aos EUA, principal economia do mundo, ocorrido no final de 2001, afetou as relações comerciais internacionalmente.

**GRÁFICO 2 – Componente cíclico dos saldos da balança comercial para o Brasil e estado da Bahia, jan./2000 a jun./2010**



Fonte: BACEN, 2000 a 2010.

Legenda: — Balança comercial (BR) — Balança comercial (BA)

Nota: Elaboração de Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro.

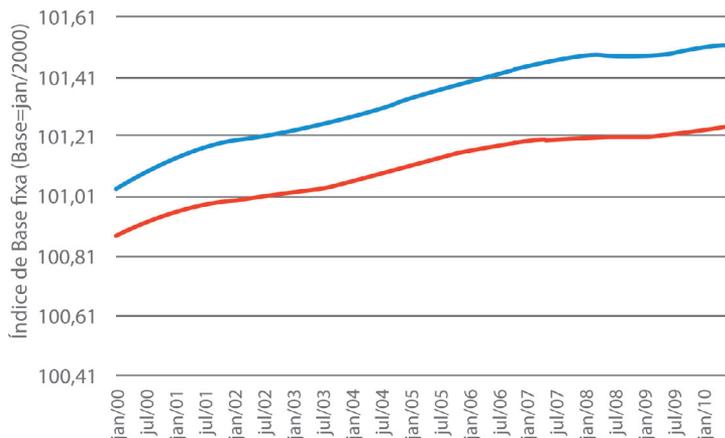
no período de 2000 a 2010; sendo 26,5% em fevereiro de 2003 e R\$ 3,81 em outubro de 2002, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000, 2001, 2003). Além disso, as exportações foram estimuladas por meio de iniciativas específicas, como o PROEX (Programa de Financiamento das Exportações), que, segundo o Ministério da Fazenda (2010), busca proporcionar financiamento para as exportações brasileiras equivalentes às internacionais, e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), desvinculada do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 2003, cuja independência buscava gerar maior agilidade e eficiência nos processos de estímulo à exportação (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, 2010).

O aquecimento da economia no ano de 2005 favoreceu as compras internacionais, elevando o nível de importações, justificando a contração cíclica observada de 2006 a 2010. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (2010), em 2006, as exportações cresceram 17,1%; e as importações, 25,2%. Em 2007, as exportações expandiram 16,6%, enquanto as importações aumentaram em 32%. Esta ampliação comercial confirma a inserção brasileira no comércio internacional. Nos anos de 2008 e 2009, a retração fica embasada na crise financeira internacional. A redução dos preços das *commodities* e demanda por bens permitiram o crescimento das importações em 43,6% e as exportações em somente 23,2% em 2008. Em contrapartida, em 2009, o comércio reduziu 24,3% em relação ao ano anterior, com queda de 22,7% nas exportações e 26,2% nas importações. Por sua vez, no primeiro semestre de 2010, o comércio externo deu sinais de recuperação, com ampliação de 35,3% em relação ao mesmo período de 2009, com elevação de 27,5% nas exportações e de 45,1% nas importações.

O componente cíclico do saldo da Balança comercial da Bahia apresentou resultado superior ao brasileiro, nos anos de 2009 e 2010. Convém lembrar que a Balança comercial é o saldo das exportações menos importações. Neste contexto, a diferença de desempenho é resultado do elevado nível de importação para o Brasil, ou seja, a diferença entre exportação e importação foi maior para a Bahia, gerando o saldo da Balança comercial mais favorável para o estado, conforme dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010).

O GRÁFICO 3 demonstra o componente cíclico da Produção industrial, no qual apresentou desempenho coincidente entre o Brasil e a Bahia, caracterizado pelo comportamento crescente.

**GRÁFICO 3 – Componente cíclico da Produção industrial para o Brasil e o estado da Bahia, jan./2000 a jun./2010**



Fonte: Ipea, 2009.

Legenda: — Prod. Industrial (BR) — Prod. Industrial (BA)

Nota: Elaboração de Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro.

A abertura comercial, intensificada com a inserção do Plano Real na década de 1990, aumentou as preocupações com a indústria nacional. Diante da exposição à concorrência estrangeira, a política de comércio exterior ficou atrelada à política industrial<sup>3</sup> do país. Como resultado disso, dá-se a implantação da PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior), na década de 1990, e, posteriormente, da PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), criada em 2004.

<sup>3</sup> Conforme Campanário e Silva (2004) e Silva (2003) apud Silva (2005, p. 8), a política industrial é compreendida como criação, implementação, coordenação e controle estratégico de instrumentos designados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, para que sejam maximizadas as condições concorrenciais sustentáveis nos mercados interno e externo.

A PITCE evidencia, em linhas gerais, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial, especialmente através de incentivos fiscais, investimento em pesquisa e desenvolvimento, parcerias público-privadas e criação de zonas francas e de processamento para exportação (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2005), com vistas a aumentar a sustentabilidade industrial e o volume de produtos exportados. O Modermaq (Programa de Modernização do Parque Industrial), integrado à PITCE, representa esta proposta do governo, destinada ao financiamento de novas máquinas para a indústria, permitindo a otimização do processo produtivo e a qualidade do bem produzido (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

Para a Bahia, o período foi marcado pela política de atração industrial, consolidada pela instalação de diversas indústrias calçadistas; automobilísticas, como a Ford; indústrias extrativas, como a Veracel Celulose; e de silvicultura, como a Monsanto — todas, grandes geradoras de empregos. Segundo dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (2005), citados em Pessoti (2006, p. 86), “foram realizados na Bahia no período 1999-2005 cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos”. O período subsequente, de 2006 a 2010, consolidou a fase expansionista da conjuntura baiana.

Nos anos de 2009 e 2010, o governo nacional estimulou a venda de produtos industrializados, por meio da redução de alíquotas tributárias, para incentivar o consumo e permitir o crescimento do PIB, em declínio causado pelo impacto da crise financeira (BACEN, 2008, 2009).

Diante disso, o comportamento expansivo, indicado no gráfico, descreve, sobretudo, a solidez do sistema industrial no Brasil e na Bahia, derivado de uma política industrial bem sucedida no período.

O componente cíclico do comércio varejista indica total sincronicidade cíclica entre o Brasil e a Bahia. O desempenho permaneceu praticamente inalterado entre 2000 e 2004 e, a partir de 2005, inseriu-se em fase de expansão cíclica, conforme GRÁFICO 4.

A estabilidade verificada de 2000 a 2004 decorreu da estabilidade no consumo das famílias, e, a partir de 2005, a expansão justifica-se pelo aquecimento no consumo, estimulado pelas condições favoráveis de crédito, programas de transferência de renda<sup>4</sup> e expansão do emprego, conforme é analisado na próxima figura, configurando um panorama econômico expansionista (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

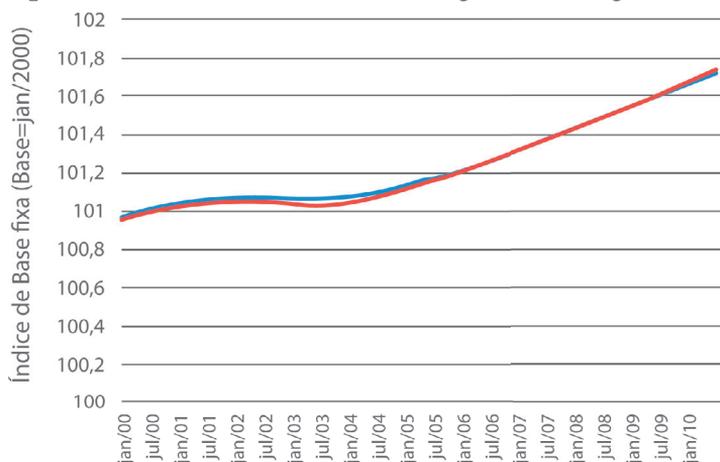
O componente cíclico dos empregos formais demonstrou, predominantemente, assimetria cíclica no período de 2000 a 2010 (ver GRÁFICO 5).

Durante o período, a Bahia manteve o ciclo dos empregos formais inferior ao patamar nacional até o primeiro trimestre de 2009, mas, na fase posterior, até junho de 2010, o cenário inverteu-se. Para a economia baiana, o segundo maior setor responsável por empregos com carteira assinada foi a construção civil, atrás somente do setor de serviços, em 2009. Por outro lado, no primeiro semestre de 2010, a construção civil foi considerada como o setor mais dinâmico na geração de empregos, respondendo por 28,6%, enquanto no plano nacional, o setor líder foi o de serviços e administração pública. Sendo assim, a constância no primeiro semestre de 2010 para o Brasil, em oposição ao crescimento verificado na Bahia, retrata a característica de estabilidade dos empregos na administração pública, ou seja, os empregos no setor

---

<sup>4</sup> Programas de transferências de renda são transferências monetárias diretas, para famílias pobres e extremamente pobres. As principais transferências são o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família (MDS, 2010).

**GRÁFICO 4 – Componente cíclico do comércio varejista para o Brasil e o estado da Bahia, jan./2000 a jun./2010**

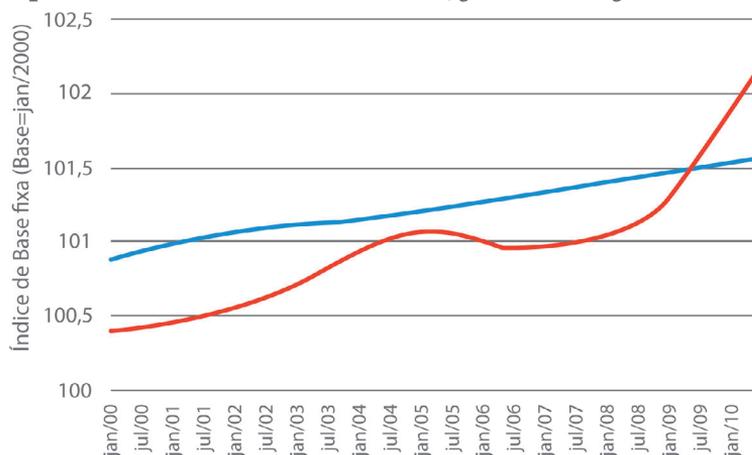


Fonte: BACEN, 2000 a 2010.

Legenda: — Com. Varejista (BR) — Com. Varejista (BA)

Nota: Elaboração de Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro.

**GRÁFICO 5 – Componente cíclico de empregos formais para o Brasil e o estado da Bahia, jan./2000 a jun./2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Legenda: — Emp. formais (BR) — Emp. formais (BA)

Nota: Elaboração de Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro.

público respondem com bem menos intensidade a choques externos do que setores integrados à área privada.

O GRÁFICO 6 revela o componente cíclico do INPC, caracterizado pela uniformidade no Brasil e instabilidade na Bahia, com alterações mais expressivas de 2000 a 2004 e mais brandas de 2007 a 2008.

As oscilações nos anos de 2001 a 2004 refletem os choques externos gerados pela crise argentina, pela energética e pelo aumento do preço no petróleo, enquanto a elevação, em 2007 e 2008, decorreu da elevação nos preços dos alimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001, 2002, 2007, 2008).

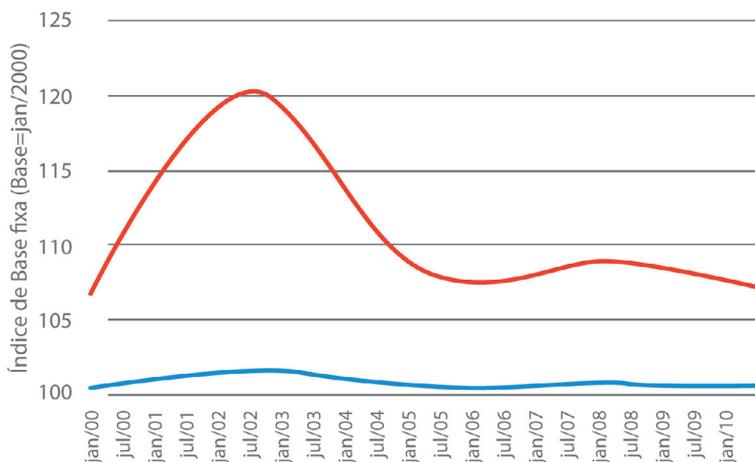
A diferença de oscilação nas duas áreas de estudo embasa-se na característica socioeconômica da região. O estado da Bahia é caracterizado como periférico, desta forma, sua população é composta, predominantemente, por pobres; é classificado como o quinto estado com maior proporção de pobres do país (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003). Segundo o IBGE, citado em Spínola (2004), Salvador é a segunda capital mais pobre (baseado em dados do PIB *per capita*). Em contrapartida, o Brasil está entre os países com maior PIB *per capita* do mundo, segundo dados do Ipea (2010).

O INPC mede variações nos preços para as famílias que recebam de um a seis salários mínimos, ou seja, famílias com renda mais baixa. Desta forma, alterações no INPC serão mais perceptíveis na Bahia do que no Brasil, dada sua composição socioeconômica.

Na fase posterior, foi realizado o teste de volatilidade, persistência e o comovimento para o componente cíclico (ver TABELA 3).

O teste de volatilidade mede a oscilação cíclica e corrobora o comportamento analisado anteriormente, no qual houve alto índice de volatilidade para a Balança

**GRÁFICO 6 – Componente cíclico do INPC para as regiões metropolitanas do Brasil e Região Metropolitana de Salvador, jan./2000 a jun./2010**



Fonte: BACEN, 2000 a 2010.

Legenda: — INPC (RM\_BR) — INPC (RMS)

Nota: Elaboração de Thaís Lima Fraga e Lessi Inês Farias Pinheiro.

comercial no Brasil e na Bahia, devido aos acontecimentos discutidos anteriormente. Além desta série, o INPC para a Bahia atingiu elevada volatilidade, dada a característica socioeconômica da sociedade do estado, associada à população-alvo do indicador.

O nível de persistência das variáveis para todas as situações esteve acima de 99%, ou seja, todos os ciclos foram altamente persistentes.

Correlacionando o ciclo das variáveis estudadas com a variável de interesse — o PIB (Produto Interno Bruto), o teste de comovimento demonstrou que somente a variável INPC é anticíclica, isto é, só o INPC é capaz de interromper o padrão cíclico do PIB. Esta situação

ocorre porque quanto maior for a expansão inflacionária, menor será o consumo das famílias, logo a redução no poder de compra do consumidor provocará redução no nível de produto do país. As demais variáveis são pró-cíclicas, ou seja, acompanham o padrão cíclico do PIB. Elas crescem com a sua expansão e contraem-se com a sua redução.

As conjunturas baiana e brasileira apresentaram similaridades e assimetrias em diversas situações do estudo, e é esta configuração distinta que caracteriza a singularidade de cada esfera analisada.

### **Conclusões**

Este trabalho propôs-se a comparar os ciclos econômicos do Brasil com os do estado da Bahia, no período de janeiro de 2000 a junho de 2010, tomando como hipótese a existência de ciclo comum; e como indicadores, a Balança comercial, o Comércio varejista, o volume de Empregos formais, a Produção industrial e o INPC.

O procedimento metodológico permitiu verificar a relação de causalção e de isolamento e o estudo dos componentes cíclicos. Ressalta-se que, apesar do teste de Causalidade de Granger não oferecer informações sobre o ciclo das economias, seu resultado permitiu compreender a dinâmica das conjunturas baiana e brasileira, tornando-se um subsídio para a compreensão da inter-relação entre os indicadores, além de melhorar o entendimento dos resultados gerados pelo Filtro Hodrick-Prescott. Este último, por sua vez, a partir do isolamento do componente cíclico das séries, gerou informações quanto à volatilidade, à persistência e ao comovimento dos ciclos.

O resultado aferido, por meio do teste de Causalidade de Granger para as conjunturas brasileira e baiana, apresentou a mesma situação causal, para as séries do

**TABELA 3 – Testes para o componente cíclico, Brasil e Bahia, no período de jan./2000 a jun./2010**

Variáveis	VOLATILIDADE		PERSISTÊNCIA		COMOVIMENTO	
	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia
1 Balança comercial	7,74187	4,540774	0,998831	0,999529	0,551681	0,858497
2 Comércio varejista	0,216502	0,230947	0,999963	0,999529	0,767565	0,753693
3 Empregos formais	0,138651	0,390748	0,999969	0,99949	0,916593	0,732537
4 Produção industrial	0,138651	0,105763	0,999954	0,99994	0,947564	0,94776
5 INPC	0,343411	4,450543	0,997516	0,997442	-0,35387	-0,40562

Fonte: Dados da pesquisa.

INPC e para o volume de vendas no Comércio varejista. No entanto verificou-se heterogeneidade nas relações causais de Empregos formais, Produção industrial e Balança comercial. Esta configuração indica a predominância de um fluxo causal distinto, ou seja, assinala-se que cada economia possui uma dinâmica particular, conforme seu processo histórico de formação econômica e suas possibilidades de desenvolvimento.

No que concerne ao resultado, obtido com o Filtro Hodrick-Prescott, verificou-se a existência de ciclos comuns para o Comércio varejista e para a Produção industrial. Para a série Balança comercial, o ciclo comum não persistiu durante o período, a sincronicidade cíclica ocorreu de janeiro de 2000 a março de 2009, enquanto no período posterior, que se encerra em junho de 2010, a Bahia obteve um comportamento contrário ao brasileiro. Por outro lado, averiguou-se um ciclo predominantemente distinto para as séries de Empregos formais e o INPC.

Com o isolamento do componente cíclico, foram realizados os testes de volatilidade, persistência e comovimento, cujas análises indicaram alto nível de persistência para todas as séries, alto grau de volatilidade para a Balança comercial e o INPC da Região Metropolitana de Salvador (RMS), enquanto o teste de comovimento indicou que, somente, a variável INPC é anticíclica, ou seja, é a única que possui um comportamento oposto ao do PIB (Produto Interno Bruto).

Assim sendo, rejeita-se a hipótese adotada de Propagação dos Impulsos, de Ragnar Frisch, e corrobora-se que o estado da Bahia não apresenta regularidade cíclica com a nação. Sendo assim, a presente pesquisa permite afirmar que, apesar da economia baiana submeter-se à nacional, ela possui predominantemente uma dinâmica própria e seus principais indicadores econômicos apresentaram um comportamento cíclico distinto em

toda a série ou em determinados períodos. O resultado corrobora o averiguado por Cunha e Moreira (2006), no qual a Bahia não apresentou fase cíclica coincidente com a do Brasil.

Para aprofundar com maior grau de minúcia a comparação cíclica, sugere-se que as pesquisas posteriores analisem, isoladamente, o ciclo de cada indicador, a fim de levantar maiores informações sobre o desempenho cíclico de determinada série temporal.

### REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS.

**Exportações brasileiras.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Bacen 2000.** Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2000/rel2000p.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2001.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2001/rel2001p.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2002.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2002/rel2002p.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2003.** Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2003/rel2003p.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2004**. Brasília, 2005.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2004/rel2004p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004p.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2005**. Brasília, 2006.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2005/rel2005p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2005/rel2005p.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2006**. Brasília, 2007.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2006/rel2006p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006p.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2007**. Brasília, 2008.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2007/rel2007p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2008**. Brasília, 2009.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2008/rel2008p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf)>. Acesso em: 5 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2009**. Brasília, 2010.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2009/rel2009p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Bacen 2010**. Brasília, 2010.  
Disponível em:<[http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/  
banual2010/rel2010p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BATISTA JÚNIOR, P. N. Argentina: uma crise paradigmática. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-96, jan./abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/  
v16n44a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CUNHA, A. B.; SANDES, J. R.; VIVANCO, L. G. C. Ciclo de negócios na América do Sul e no leste da Ásia: uma introdução. **Brazilian Business Review**, Vitória, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.bbbronline.com.br/  
upld/trabalhos/pdf/27\\_pt.pdf](http://www.bbbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/27_pt.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2010.

CUNHA, A. B.; MOREIRA, L. P. Ciclos econômicos regionais no Brasil de 1985 a 2002: uma introdução. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 10(1): 115-138, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n1/05.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

D'AGOSTINI, L. L. M. **Monismo versus não monismo no Brasil (1994-2002)**: uma abordagem econométrica por vetores auto-regressivos com restrição. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/742/1/D%27AgostiniManarin,Luciano%2BLuiz.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Nota técnica: Política Industrial no Brasil: o que é a nova política industrial**. São Paulo: DIEESE, 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecPoliticaIndustrial.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2003.

ELLERY JÚNIOR, R.; GOMES, V. **Ciclo de negócios no Brasil durante o século XX** – Uma comparação com a evidência internacional, 2005. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p45\\_66.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p45_66.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2010.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIANNINI, F. A.; DIAS, M.<sup>a</sup> H. A.; DIAS, J. **Ciclos dos negócios**: um estudo empírico para as flutuações da economia brasileira entre 1992 e 2007. In: XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2009, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-c9dc61ff65aa f7cd9481f10c7aff92393.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2010.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Dados**. 2010. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

MANKIWI, N. G. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Exportações brasileiras**. 2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportações brasileiras**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Transferências de renda**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

OSÓRIO, R. G.; MEDEIROS, M. **Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999**. Pobreza e desigualdade sociais. 2003. Disponível em: <[http://www.povertycentre.org/medeiros/2003\\_concentracao\\_renda\\_bahia\\_sei63\\_p249.pdf](http://www.povertycentre.org/medeiros/2003_concentracao_renda_bahia_sei63_p249.pdf)>. Acesso em: 4 dez. 2010.

PESSOTI, G. C. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano VIII, n.14, p 78-89, jul. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/10/67>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

SACHS, J.; LARRAIN, B. F. **Macroeconomia** [em uma economia global]. São Paulo: Makron, 2004.

SALERNO, M. S. A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. **Revista parcerias estratégicas**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/254/248](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/254/248)>. Acesso em: 2 jan. 2011.

SILVA, M. M. Política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE): análise de fundamentos e arranjos institucionais. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO TECNOLÓGICA, 2005, Salvador. **Anais...** Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/publique/media/pitce.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

SPÍNOLA, N. D. A economia baiana: os condicionantes da dependência. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 10, p. 1, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/106>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (SEI). **Balança comercial**. Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

TOLMASQUIM, M. As origens da crise energética brasileira. **Revista Ambiente e Sociedade**, n. 6/7, p. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20435.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

2

## Análise da interdependência do custo da cesta básica das capitais do Nordeste do Brasil



*Michele Dreger Vasconcelos Silva*  
*Mônica de Moura Pires*

**O** alimento é vital para todos os seres humanos e compromete uma grande parcela da renda mensal dos indivíduos, em especial do trabalhador remunerado pelo salário mínimo. Nesse sentido, há relevância de estudos a respeito desta natureza.

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas, em um cenário de greves, bem como de organização das classes operárias, iniciou os vários debates referentes aos direitos do trabalhador. Assim, em janeiro de 1936, foi elaborada a Lei n.º 185, regulamentada, em abril de 1938, pelo Decreto-Lei n.º 399, no qual foram estabelecidos os alimentos e as respectivas quantidades tomadas como essenciais para o sustento de um trabalhador que recebe salário mínimo. De acordo com esse Decreto, denomina-se salário mínimo a remuneração devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938).

Houve uma alteração substancial no que diz respeito à abrangência do salário mínimo com a Constituição Federal de 1988, pois o capítulo II dos Direitos Sociais, em seu artigo 7º, determina que o salário mínimo deva cobrir todas as necessidades vitais básicas (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) não só do trabalhador urbano e rural, como definido no Decreto-Lei n.º 399/38, mas também de sua família, sendo unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo (BRASIL, 1988).

Com a criação do salário mínimo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) passou a levantar os preços e publicar o que se definiu de Ração Essencial Mínima (REM) desde janeiro de 1959. No salário mínimo, inclui-se o cálculo de alimentação, que define os itens e as quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro e fósforo para o sustento mensal de um trabalhador adulto.

Como se pode notar, há um lapso de tempo desde a publicação da REM. Porém, ainda que a rea-

lidade econômica e os hábitos alimentares do brasileiro tenham se modificado ao longo desses 70 anos, a cesta básica continua sendo definida de acordo com o Decreto de 1938. Dessa forma, para que a Carta Magna de 1988 seja efetivamente cumprida, percebe-se que o salário mínimo tem sido insuficiente para atender aos itens que compõem a REM, levando, assim, a perdas no poder de compra do trabalhador assalariado. Não obstante, a política atual, adotada para a remuneração mínima pelo governo, parece ignorar a Constituição vigente. Porém, mais do que estabelecer a cada ano um novo patamar mínimo de remuneração do trabalhador assalariado, é fundamental que o governo e o Congresso Nacional definam uma política para o salário mínimo, que assegure a sua valorização e o cumprimento do texto constitucional (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2000).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2009), é direito do cidadão brasileiro o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que se comprometam as outras necessidades essenciais. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) (20--?) define que não só a fome e as doenças associadas à má alimentação e ao consumo de alimentos de qualidade duvidosa, mas também a observância de preços abusivos que excluem cidadãos de um direito fundamental – a alimentação – levam à insegurança alimentar e nutricional.

Segundo o Dieese (2010), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, para o ano de 2008 indicam que 46,1 milhões de pessoas têm rendimento com referência no salário mínimo, sendo que 32,8% dos trabalhadores ocupados ganham até

um salário mínimo e 34,9%, mais de um a dois salários mínimos. Na região Nordeste, esses percentuais alcançam quase 59% e 25%, respectivamente.

É importante ressaltar que, na década de 1950, a economia do Nordeste era alicerçada na agricultura e, com o aumento do mercado de alimentos e dos assalariados rurais, houve um crescimento da demanda por produtos de origem agrícola, mesmo no meio rural (HOFFMAN, 1975). Acrescentando-se os estímulos da política de petróleo e de transportes, o comércio local se expande. Muito embora tal mercado tenha se desenvolvido, o Plano Real foi um marco na economia brasileira e permitiu, nela, a entrada de uma faixa da população brasileira que se encontrava à margem desse processo. Isso ocorre porque o salário mínimo oportunizou ganhos no poder de compra, como também na retomada de crédito e investimentos diretos (MELO; SOUZA, 2010).

A combinação entre o relativo crescimento econômico regional, a entrada de novos consumidores no mercado, a maior facilidade de acesso ao crédito e a melhoria no sistema de transportes foi um fator que contribuiu para uma nova dinâmica no mercado consumidor do país. Nesse contexto, insere-se a região Nordeste, que se transformou em um atraente mercado consumidor, onde houve investimentos de cadeias de supermercados e grandes grupos produtores de alimentos, o que criou um padrão de consumo centrado em itens básicos e bens não duráveis sensíveis — mais suscetíveis a mudanças no poder de compra — decorrente de alterações no valor do salário mínimo (CARVALHO, 2010).

Para analisar o comportamento do custo da cesta básica, o Dieese realiza pesquisas de levantamento de preços dos itens que a compõem em 17 capitais do país. Na região Nordeste, a pesquisa é feita em Aracaju,

Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador. O levantamento toma como referência o Decreto-Lei n.º 399 e consiste em coletas diárias dos produtos em estabelecimentos predefinidos, de forma a abranger o maior número de bairros das cidades pesquisadas. A partir dessa base de dados, são calculados os preços médios mensais dos produtos por estabelecimento, e a soma resulta no custo total da REM.

De posse dessas informações, são analisadas as oscilações de preços por item e os fatores mais relevantes que permitem explicar esses movimentos. Sabe-se que há inúmeros fatores como: clima, cotações dos produtos nos mercados interno e externo, variações na taxa de câmbio, sazonalidade dos produtos, crise econômica, entre outros, que afetam o comportamento dos preços. No entanto, vale ressaltar que, muitas vezes, a estrutura de comercialização e/ou interdependência e o grau do fluxo de informação das regiões estudadas têm sido apontados como os fatores mais relevantes para explicar as diferenças de preços entre regiões. Nesse sentido, este estudo propõe analisar a relação de causalidade entre os mercados dos itens, que compõem a cesta básica das capitais do Nordeste, e os fatores mais relevantes para explicar a influência de uma região sobre outra na definição dos preços praticados no mercado.

Para Melo e Souza (2010), a intensidade dos efeitos das mudanças nas economias estaduais deve-se a uma maior ou menor capacidade de resposta e adaptação, a qual se dá não só em função da disponibilidade de recursos, como também da infraestrutura e logística de suas economias.

Dolan e Simon (1998), citados por Souza et al. (2006), afirmam que as principais dificuldades empresariais, concernentes à adoção de uma política de preços eficiente, são a interdependência entre os produtos e os

mercados, o alto acesso a informações e a competição entre os mercados. Dessa forma, estratégias eficientes de mercado precisam ter como base informações precisas que evidenciem a realidade competitiva e/ou a capacidade de um mercado em determinar preços.

No entender de Clemente (1994), uma região polo pode ser pensada como a área que exerce influência em um espaço geográfico e econômico, passando a existir lugares subordinados em torno de um lugar central, sendo seu arranjo funcionalmente integrado. As implicações de bem-estar social desse centro causador, portanto, podem ser ineficientes caso não haja uma política de minimização de barreiras para distribuição de bens e serviços, e, com isso, uma menor volatilidade dos preços praticados.

Diante do exposto, verifica-se a importância de acompanhar a oscilação de preços dos produtos que compõem a REM, bem como prevê-los e, assim, propiciar uma base para a construção de medidas que promovam equidade, eficiência e competitividade entre esses mercados, contribuindo para uma alocação temporal mais eficiente não só da renda do trabalhador, como também dos recursos disponíveis dos ofertantes. Este estudo revela-se de grande contribuição para a sociedade, especialmente no que diz respeito às relações sociais, uma vez que torna possível identificar fatores que limitam ou restringem o desenvolvimento econômico das regiões estudadas. Tendo em vista a relação da ciência com a sociedade, a disseminação desse tipo de conhecimento proporciona maior interação e envolvimento entre a academia e a comunidade e, conseqüentemente, serve de balizador no fomento de políticas direcionadas para a estabilização de preços e investimentos.

Para tanto, buscou-se inovação e/ou originalidade no tema de análise, sendo o primeiro trabalho a retratar

de forma empírica a complexidade da realidade do Nordeste no que concerne à relação causal entre as capitais, pesquisadas pelo Dieese, em relação à REM. Em séries temporais, a análise da causalidade é um instrumento de análise que permite identificar as relações entre regiões e inferir possíveis melhorias na previsão das variáveis a partir do uso, por exemplo, de defasagens de outras variáveis. Assim, utilizou-se o modelo econométrico de Causalidade de Granger, que é reconhecido como uma ferramenta relevante para ultrapassar a fronteira entre teoria e análise econômica (HADDAD, 1989).

Desse modo, este trabalho analisa as inter-relações entre os mercados das capitais do Nordeste dos itens que compõem a cesta básica (REM).

### **Referencial teórico**

O conceito de causalidade exibe alta representatividade na economia espacial e regional devido à percepção de que regiões interligadas tendem a obter ganhos de crescimento econômico. Partindo-se desse pressuposto básico, desenvolveu-se a Teoria dos Lugares Centrais como método de análise da vertente economia regional e urbana.

Para economias interligadas, outros conceitos têm sido utilizados para descrever a relação de causa e efeito por meio do espaço, do tempo e da forma. Os mais usados são a arbitragem espacial, Lei do Preço Único e eficiência de mercado (FACKLER; GOODWIN, 2000).

A hipótese básica da Teoria dos Lugares Centrais, inicialmente desenvolvida por Walter Christaller na década de 1930, sugere que os espaços econômicos tendem a se organizar de acordo com o princípio da centralidade, quan-

do a centralização é tida como uma tendência natural, fato esse viabilizador da hierarquização de regiões econômicas, de acordo com a sua localização, numa rede de interdependência integrando outras localidades (PINHO; VASCONCELLOS; GREMAUD, 2003).

Em consonância com essa hipótese, Clemente (1994) salienta que os lugares centrais são conhecidos como fornecedores de bens e serviços não só em âmbito locacional, mas também para lugares de menor centralidade. É com base na oferta de bens e serviços que determinados lugares se tornam centrais em relação aos demais, e não necessariamente pela posição geográfica. Nesse sentido, Pinho, Vasconcellos e Gremaud (2003) ressaltam que a determinação da oferta de bens e serviços, de fato, não se dá somente em função de fatores geográficos, uma vez que a distância geográfica torna-se menos representativa que a distância econômica entre os centros. A distância econômica é entendida como os custos com frete, seguro, transporte, transação, entre outros. Assim, Richardson (1973) reforça que a teoria do lugar central é de grande importância para o planejamento urbano e regional, uma vez que um sistema hierárquico pode proporcionar um meio eficiente de administrar e alocar recursos regionalmente, quando os lugares centrais contêm os denominados pontos-chave de crescimento em sua região, determinando a taxa de desenvolvimento da economia regional como um todo.

Contudo, cabe ressaltar que, em se tratando de aglomeração das atividades produtivas, este fenômeno estrutural pode assumir papel de fator contribuinte no que concerne às disparidades de desenvolvimento econômico entre as regiões, cabendo às teorias recentes da economia regional balizarem-se pela análise interdisciplinar (HADDAD, et. al. 1989). Portanto, a eficiência pode ser alcançada, não apenas com a concentração de oferta de bens e serviços, mas pela minimização dos custos de

transação, uma vez que uma rede funcional que interliga regiões deve atender às demais localidades. No entender de Pinho, Vasconcellos e Gremaud (2003), além do custo de acesso, outro fator relevante para essa estrutura central são as economias de escala, pois estas minimizariam custos em virtude do volume de produção, podendo compensar os custos associados à menor dispersão. Logo, tal fenômeno de diminuição da distância econômica proporcionaria boas condições ao processo de arbitragem e, conseqüentemente, tenderia a um preço único.

Diante desse contexto, a eficiência de mercado, em particular a de mercados espacialmente separados, pode ser constituída de razões que vão além da resposta racional dos agentes aos incentivos financeiros (ROSADO, 2006). Assim, a eficiência dos espaços econômicos pode ser diagnosticada de acordo com o tamanho dos custos de transferência ou a transação da ação de comercialização. Os custos de transação podem ter índices alarmantes devido a diversas razões preexistentes. Tal ocorrência pode ser comumente observada em regiões degradadas pelo subdesenvolvimento e/ou pelo lento ritmo de crescimento econômico, onde frequentemente há contratos ineficientes, corrupção, impostos excessivamente altos, baixo nível educacional e inadequada infraestrutura de transporte e comunicação dos denominados espaços econômicos. Sendo, portanto,

espaços abstratos, constituídos por conjunto de relações que se referem aos diversos fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos interdependentes sem envolver, contudo, a localização em eixos cartesianos ortogonais de um ponto, de uma figura ou de um sólido qualquer, como na geometria analítica euclidiana, por meio de duas ou três coordenadas (HADDAD, et. al. 1989, p. 47).

Assim, a flutuação conjunta de preços e sua interdependência são condição para eficiência, a qual não depende única e exclusivamente, do comércio direto na região.

Em consonância com a eficiência, a arbitragem, dada pelo sistema em que se compensa o custo de transferência, refere-se à compra de uma mercadoria por um valor baixo em um dado local e/ou de uma determinada forma, vendida por um valor mais alto em outro local. Assim, tem-se que os preços de um bem homogêneo, diferirão, no mais alto grau, do custo de transição do bem da região de menor preço para outra região de maior preço. A condição de arbitragem espacial representa, portanto, um conceito de equilíbrio, pois os preços podem ser diferentes, mas a ação de arbitragem tende a mudar esses preços até que se igualem ao custo de transferência, como custos com transporte e/ou negociação.

Carvalho, Scalco e Lima (2009) sugerem que a arbitragem espacial existe quando há a possibilidade de adquirir um bem qualquer em um local mais barato e, após compensado seus custos de transferência, vendê-lo em outro lugar mais caro. Assim, os agentes que executam a arbitragem, segundo Fackler e Goodwin (2000), garantem que os preços de bens homogêneos entre duas localidades diferenciar-se-ão, no máximo, pelo custo de transferência da localidade mais barata para a mais cara. Muito embora os mercados possam encontrar-se espacialmente separados, eles poderão estar interligados, o que levaria à uniformização de preços, dado que o intercâmbio de mercadorias dá-se pela não observância de barreiras, tendendo a um preço único, pois, se o intercâmbio de produtos ocorre sem obstáculos, os preços tenderão a convergir para um mesmo patamar.

No entender de Nogueira, Aguiar e Lima (2005), a ideia de integração de mercados está vinculada à Lei

do Preço Único (LPU). De acordo com a LPU, na ausência de concorrência entre mercados, sem barreiras ao comércio, custos de transportes nulos e bens homogêneos, os produtos devem ser vendidos/negociados, mesmo em lugares diferentes, pelo mesmo preço, quando esse for expresso em uma mesma moeda (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009). Nota-se, portanto, que a aplicação desses conceitos, no que concerne à comercialização regional de bens, ocorreria através do processo de arbitragem.

Vale lembrar, portanto, que arbitragem é um processo que se refere ao ato de comprar uma mercadoria em um local, no tempo ou na forma em que se encontra mais barata, e vender onde ela é mais cara, após compensar os custos de transferência (ROSADO, 2006). Assim, mercados interligados por comércio e arbitragem terão um preço comum e único para determinado bem homogêneo.

## **Metodologia**

### *Fonte dos dados*

Para o presente trabalho, é indispensável, *a priori*, a explanação da definição operacional do custo da cesta básica. Segundo o Dieese (1993), mensalmente, após a coleta dos preços dos respectivos alimentos relativos a cada região, são calculados os preços médios dos produtos por tipo de estabelecimento. A partir dessa informação e de acordo com o Decreto-Lei n.º 399, identifica-se o custo de cada produto, e a soma destes define o custo mensal da Ração Essencial Mínima (REM), comumente denominada de cesta básica.

A REM possui de 12 a 13 itens, dependendo da região do país, e pauta-se nos hábitos alimentares regionais,

conforme levantamento realizado em 1938, quando se instituiu o salário mínimo. De acordo com o Dieese, a cesta básica foi subdividida em três regiões: **Região 1** – São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; **Região 2** – Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; **Região 3** – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Neste trabalho, como o foco de análise é a região Nordeste do país, foram feitos levantamentos das séries para as seis cidades pesquisadas pelo Dieese: Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador. O período de análise compreende séries históricas de janeiro de 1999 a novembro de 2010, totalizando 143 observações mensais.

A cesta básica é composta por algumas *commodities* transacionadas internacionalmente; logo, a formação, a transmissão e a interdependência de preços são influenciadas por forças do mercado internacional. Com isso, buscou-se delimitar o período no qual o país operou com taxas de câmbio flutuante, o que ocorreu a partir de janeiro de 1999.

### *Modelo analítico*

Um modelo se constrói no processo de abstração da realidade a fim de se elaborar uma simplificação de determinada situação ou fenômeno complexo (HADDAD, et. al. 1989). O modelo ora proposto neste trabalho consiste em correlacionar preços defasados a preços correntes, de locais espacialmente separados, para identificar a existência ou não de interdependência entre

mercados. Nesta seção, são descritos os procedimentos adotados para realizar as análises propostas e, assim, responder aos objetivos traçados nesta pesquisa.

A fim de identificar se havia ou não estacionariedade, inicialmente, as séries temporais analisadas foram submetidas à retirada do fator sazonalidade, pelo método X-12 ARIMA, e da tendência, a partir da logaritmização das séries. Em seguida, foram realizados os testes estatísticos conforme descrito a seguir.

### *Raiz Unitária*

Se o conjunto de variáveis aleatórias ordenadas no tempo for uma série temporal não estacionária, pode-se dizer que ela contém raiz unitária. Dada a importância da estacionariedade de uma série temporal, o conjunto de dados presente neste estudo – o custo mensal das cestas básicas das capitais do Nordeste – foi submetido a testes de raiz unitária, que são testes que envolvem a identificação de estacionariedade ou não das séries. Gujarati (2006) afirma que o ponto de partida do processo estocástico de raiz unitária é representado, *a priori*, pela EQUAÇÃO (1):

$$Y_t = \rho Y_{t-1} + u_t \quad -1 \leq \rho \leq 1 \quad (1)$$

em que  $Y_t$  é a série temporal analisada,  $Y_{t-1}$  é o seu valor defasado em um período e  $u_t$  é um termo de erro de ruído branco. Quando  $\rho = 1$ , significa dizer que, no contexto de raiz unitária, tem-se um modelo de passeio aleatório sem deslocamento, ou seja, um processo estocástico não-estacionário.

Ao se fazer uma regressão de  $Y_t$  em relação ao seu valor defasado  $Y_{t-1}$ , diante da verificação do  $\rho$  estimado ser estatisticamente igual a 1. A comprovação desta hipótese denota a não estacionariedade de  $Y_t$ . Esta é a ideia geral do teste de estacionariedade de raiz unitária.

Tem-se, então, a EQUAÇÃO (2):

$$\begin{aligned} Y_t - Y_{t-1} &= \rho Y_{t-1} - Y_{t-1} + u_t \\ &= (\rho - 1)Y_{t-1} + u_t \end{aligned} \quad (2)$$

a qual ainda pode ser escrita como:

$$\begin{aligned} \Delta Y_t &= \delta Y_{t-1} + u_t \end{aligned} \quad (3)$$

em que  $\delta = (\rho - 1)$ ; e  $\Delta$ , o operador de diferenças.

Ao estimar e testar a hipótese nula de que  $\delta = 0$  para  $\rho = 1$ ; se ele o for, significa que tem raiz unitária, ou seja, que a série temporal investigada é não-estacionária. Portanto, aceita-se a hipótese nula e rejeita-se a hipótese alternativa. No entanto, o procedimento adequado de aplicar um teste de raiz unitária envolve várias decisões, como a inclusão de regressores determinísticos (intercepto e/ou tendência) e a observação de tamanho e/ou potência do teste.

Entende-se por tamanho do teste a probabilidade de cometer um erro tipo I, uma vez que o nível de significância indica a probabilidade de rejeitar a hipótese verdadeira; já a potência (poder) de um teste diz respeito à probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa, e, seu cálculo é feito subtraindo 1 desta probabilidade – denominada erro tipo II (GUJARATI, 2006).

Neste estudo, foram utilizados os testes Dickey-Fuller Aumentado (ADF), Dickey-Fuller – Mínimos Quadrados Generalizados (DF-GLS) e o Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin (KPSS). O Teste de Dickey-Fuller

Aumentado (ADF), desenvolvido por Dickey e Fuller, é o aprimoramento de Teste DF, conduzido por meio da ampliação de equações precedentes, porém ele ainda apresenta poder muito baixo; o Teste Dickey-Fuller – Mínimos Quadrados Generalizados (DF-GLS) consiste numa modificação do ADF, e tem como método a utilização de Mínimos Quadrados; já o Teste de Kwiatkowski, Philips, Schmidt e Shin (KPSS) foi elaborado como contraponto aos testes de raiz unitária tradicionais, sendo diferentes por apresentar a hipótese nula como atribuindo estacionariedade à série, possuindo, além disso, maior tamanho e poder (BRAGA, 2008).

Esses testes, portanto, mostram a determinação da ordem de integração das séries. Se a série é integrada de ordem zero, ou seja,  $I(0)$ , para torná-la estacionária, não é necessária nenhuma modificação para fazer a regressão. No entanto, se a série é integrada de ordem um, representada por  $I(1)$ , corresponde à necessidade de se fazer a diferenciação uma vez para que seja obtido o processo de estacionariedade, dado o critério e o número de defasagens (GUJARATI, 2006). Adotou-se o critério de informação de Akaike (AIC), que prevê dois *lags*, ou seja, duas defasagens. As implicações desses resultados dão suporte à aplicação do modelo de Causalidade de Granger.

### *Causalidade de Granger*

Após o procedimento anterior, testou-se a causalidade no sentido de Granger, que consiste em um teste a partir de uma regressão linear múltipla de autocorrelação desenvolvido por ele, em 1969, em que haverá relação de causalidade se variações em uma série precedem as mudanças em outra (GUJARATI, 2006). Nesse teste, examinam-se as relações lineares entre as séries temporais - no curto prazo - dos mercados predefinidos. Para Granger, a deter-

minação da ordem de integração das séries é um pré-requisito para aplicação do teste de causalidade.

De acordo com Gujarati (2006), apesar de a análise de regressão, de um modo geral, lidar com dependência de uma variável em relação a outras, tal fato não implicaria necessariamente causalidade nem direção de influência. Porém vale ressaltar que, para regressões que envolvem séries temporais, “o tempo não corre para trás”, pois se  $X$  ocorre antes que  $Y$ , é possível que  $X$  influencie  $Y$ , mas não o contrário. Mas há estudiosos que discordam desse sentido limitado e sugerem que a causalidade pode ocorrer nas duas direções. Para explicar isso, tem-se o teste de Granger, que envolve as variáveis  $X$  e  $Y$ , sendo que ocorre da variável  $X$  para a variável  $Y$ , se os valores de  $Y$  são mais bem explicados pelos valores passados de  $Y$  e de  $X$ . Entende-se, com isso, que a variável  $Y$  é causada por  $X$ , no sentido de Granger, se os coeficientes das variáveis defasadas de  $X$  forem diferentes de zero. Porém não implica que  $Y$  é o efeito ou resultado de  $X$ . Tem-se, então, as seguintes estimativas:

$$Y_t = \alpha_0 + \alpha_1 Y_{t-1} + \dots + \alpha_k Y_{t-k} + \beta_1 X_{t-1} + \dots + \beta_k X_{t-k} \quad (4)$$

$$X_t = \alpha_0 + \alpha_1 X_{t-1} + \dots + \alpha_k X_{t-k} + \beta_1 Y_{t-1} + \dots + \beta_k Y_{t-k} \quad (5)$$

em que  $Y_{t-1}$  são valores defasados da variável  $Y$ ; e  $X_{t-1}$ , da variável  $X$ . Dadas as regressões, são feitos os testes de hipótese para cada uma das equações, sendo que  $H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_k = 0$ . De acordo com a hipótese nula,  $X$  não causaria  $Y$ ; e na segunda,  $Y$  não causaria  $X$ . Com isso, examina-se a existência da relação causal entre as cidades estudadas.

As possíveis relações do Teste de Causalidade de Granger entre duas variáveis são:

a) Causalidade unidirecional: X causa Y ou Y causa X.

b) Causalidade bidirecional: X e Y são mutuamente relacionados quanto à direção de causalidade, X causa Y e Y causa X.

c) Ausência de causalidade: X não causa Y e Y não causa X.

### *Processamento dos dados*

Os dados de preço foram submetidos, inicialmente, à dessazonalização pelo método X-12 ARIMA, utilizando-se o *software* Demetra, versão 2.2. Após esse procedimento, as séries foram logaritmizadas, retirando-se o fator tendência. Em seguida, foram realizadas as análises econométricas, de acordo com o proposto na literatura, utilizando-se o *software* Eviews, versão 5.0.

## **Resultados e discussão**

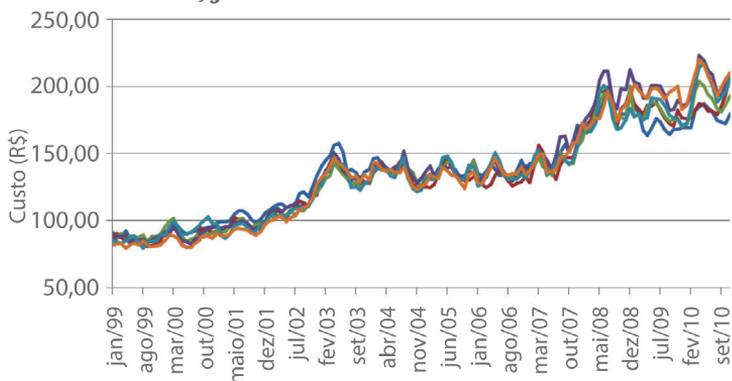
O conhecimento e a análise a respeito do custo de um bem ou de uma cesta de bens possibilitam definir diretrizes de política e ações que propiciem maior eficácia na tomada de decisão dos agentes envolvidos, a fim de se atingir o bem-estar da população e o desenvolvimento regional.

Para responder ao objetivo traçado neste trabalho, a respeito da causalidade de preços das cestas básicas mensais das cidades da região Nordeste do país e pesquisadas pelo Dieese, fez-se, inicialmente, uma análise visual do comportamento das séries estudadas a fim

de identificar se os movimentos observados dessas séries possuíam um padrão semelhante ou distinto. Conforme GRÁFICO 1, observa-se que as seis séries analisadas apresentam comportamento semelhante quanto à forma e ao movimento, ao longo do período definido neste trabalho.

Essa semelhança no comportamento das séries de custo da cesta básica sugere certa eficiência entre mercados espacialmente separados, indicando que deve haver interdependência entre as regiões analisadas. Tal fato faz com que, se houver uma quebra de safra de determinado produto em regiões produtoras ou deficiência na logística dos produtos, haja estímulo para que outras regiões aumentem sua produção e/ou oferta de bens, culminando em maior competição entre os mercados, que refletirá diretamente nos preços das mercadorias.

**GRÁFICO 1 – Evolução do custo mensal da cesta básica de Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**

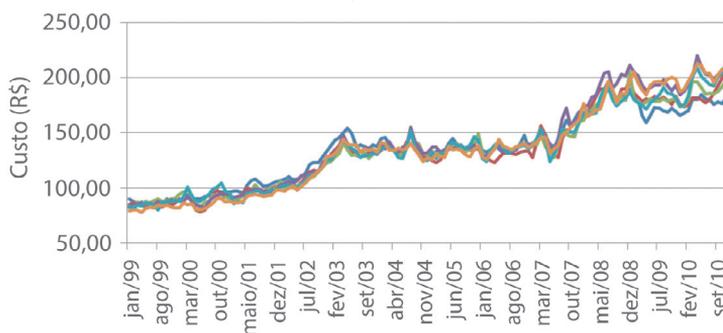


Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: — Aracaju — Fortaleza — João Pessoa  
 — Natal — Recife — Salvador

Após a elaboração do GRÁFICO 1 com os dados originais, realizou-se a dessazonalização das séries estudadas (GRÁFICO 2) para que se pudesse identificar como fatores econômicos podem interferir no comportamento do custo das cestas básicas e, assim, ter uma melhor aproximação da realidade.

**GRÁFICO 2 – Evolução do custo dessazonalizado da cesta básica para as cidades de Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: — Aracaju — Fortaleza — João Pessoa  
— Natal — Recife — Salvador

Em muitas séries temporais de dados econômicos, além da sazonalidade, tem-se o fator tendência, decorrente dos movimentos observados nas séries, e que se repetem ao longo do tempo. Portanto, ignorar o fato de que as séries apresentam tendência em uma mesma direção, pode sugerir, de maneira errônea, a interdependência, ou seja, a obtenção de uma correlação espúria. Dessa forma, a análise visual permite inferir que as séries estudadas possuem tendência crescente e distribuições de probabilidades não estáveis no decorrer do tempo, portanto, podem ser consideradas não estacionárias. Em seguida,

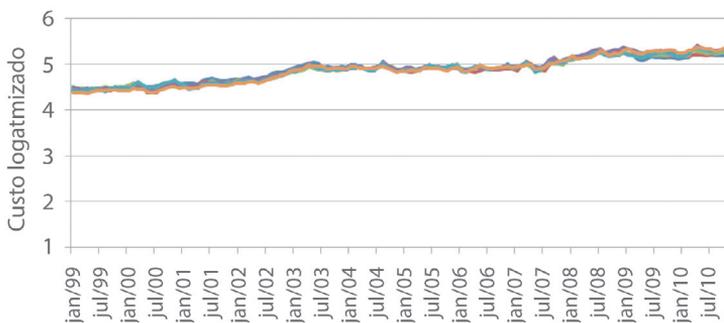
retirou-se a tendência das séries a fim de se verificar estacionariedade, logaritmizando-as (GRÁFICO 3).

Nesse sentido, as análises gráficas constituem etapas imprescindíveis para se proceder a verificação da ordem de integração das séries temporais. Assim, foi adotado o Teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF), incluindo os componentes intercepto e tendência e o critério Akaike, que prevê duas defasagens (*lags*) e três níveis de significância: 1%, 5% e 10% (TABELA 1). A hipótese nula é de que há raízes unitárias (não estacionariedade da série), e sua rejeição implica que a série é estacionária. A primeira etapa do Teste ADF consiste em analisar, em nível, a existência de raiz unitária e, em seguida, realiza-se o mesmo teste para a primeira diferença a fim de rejeitar a hipótese nula.

Conforme a TABELA 1, verifica-se que as séries mensais do custo da cesta básica das cidades de estudo são estacionárias em primeira diferença e não são estacionárias em nível. Além do Teste ADF, foram feitos mais dois testes estatísticos denominados, respectivamente, Teste Dickey-Fuller – Mínimos Quadrados Generalizados (DF-GLS) e Teste de Kwiatkowski, Philips, Schmidt e Shin (KPSS), que são classificados como mais atuais e de maior poder e tamanho em explicar o processo estacionário em estudos dessa natureza.

Os resultados do Teste ADF demonstram que todas as séries mensais do custo da cesta básica das cidades analisadas são estacionárias na primeira diferença, e apenas a série da cidade de Recife obteve estacionariedade em nível. As demais séries são integradas de ordem 1. Para Bahia (2000), a potência dos testes ADF tem-se mostrado muito pequena, pois há uma imprecisão desses testes em definir um processo que contenha raiz unitária, com baixa potência em distinguir entre um processo estacionário com tendência e outro não estacionário com

**GRÁFICO 3 – Evolução mensal do custo logaritmizado da cesta básica das cidades de Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: — Aracaju — Fortaleza — João Pessoa  
— Natal — Recife — Salvador

intercepto. Para tanto, foram incluídos o intercepto e a tendência com o intuito da potência do teste não reduzir a zero a obtenção do processo estacionário. Assim, diante dessas limitações, aplicou-se o Teste DF-GLS, que apresentou o mesmo resultado do teste ADF, em que as séries são estacionárias na primeira diferença. Esse mesmo resultado pode ser comprovado pelo teste KPSS, indicando, assim, aparente integração entre as séries, havendo, portanto, causalidade e interdependência entre elas. Para o Teste KPSS, a hipótese nula é a estacionariedade da série, mostrando-se como uma alternativa para os testes de primeira geração.

As séries temporais estacionárias, de acordo com os testes aplicados neste estudo, representam mercados espacialmente separados, sendo que o grau de causalidade depende do fluxo de informações observado, assumindo determinada direção na transmissão de preços. Para o teste de causalidade das séries, utilizou-se o método ela-

**TABELA 1 – Testes ADF, DF-GLS e KPSS para as séries mensais do custo da cesta básica das cidades de Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**

Séries	Teste ADF		Teste DF-GLS		Teste KPSS	
	Componentes incluídos	Estatística do teste	Componente incluído	Estatística do teste	Componente incluído	Estatística do teste
<b>Em nível</b>						
Aracaju	intercepto e tendência.	-2,34 <sup>ns</sup>	intercepto	0,53 <sup>ns</sup>	intercepto	4,26***
Fortaleza	intercepto e tendência.	-2,88 <sup>ns</sup>	intercepto	0,89 <sup>ns</sup>	intercepto	4,37***
João Pessoa	intercepto e tendência.	-2,95 <sup>ns</sup>	intercepto	1,10 <sup>ns</sup>	intercepto	4,52***
Natal	intercepto e tendência.	-2,61 <sup>ns</sup>	intercepto	1,17 <sup>ns</sup>	intercepto	4,48***
Recife	intercepto e tendência.	-2,49**	intercepto	0,98 <sup>ns</sup>	intercepto	4,48***
Salvador	intercepto e tendência.	-2,25 <sup>ns</sup>	intercepto	1,42 <sup>ns</sup>	intercepto	4,46***

*continua...*

conclusão.

Séries	Teste ADF		Teste DF-GLS		Teste KPSS	
	Componentes incluídos	Estatística do teste	Componente incluído	Estatística do teste	Componente incluído	Estatística do teste
<b>Em primeira diferença</b>						
Aracaju	intercepto e tendência.	-8,52***	intercepto	-4,95***	intercepto	0,05 <sup>ns</sup>
Fortaleza	intercepto e tendência.	-8,69***	intercepto	-6,42***	intercepto	0,03 <sup>ns</sup>
João Pessoa	intercepto e tendência.	-9,85***	intercepto	-6,29***	intercepto	0,03 <sup>ns</sup>
Natal	intercepto e tendência.	-9,66***	intercepto	-6,27***	intercepto	0,04 <sup>ns</sup>
Recife	intercepto e tendência.	-10,87***	intercepto	-7,48***	intercepto	0,02 <sup>ns</sup>
Salvador	intercepto e tendência.	-8,68***	intercepto	-8,66***	intercepto	0,04 <sup>ns</sup>

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: \*\*\*significativo a 1%, \*\*significativo a 5%, \*significativo a 10%, ns = não significativo.

borado por Granger, que consiste em verificar a estatística F da hipótese nula dos coeficientes de regressão linear com defasagem, identificando se mudanças no custo da cesta básica de uma localidade provocam alterações no custo de outra localidade.

Os resultados do Teste de Causalidade de Granger (TABELA 2) mostram que, com duas defasagens, rejeita-se a hipótese nula ao nível de 5% de probabilidade; entretanto, esses resultados revelam que há causalidade de custo entre todas as cidades, o que demonstra que as séries de custo investigadas são importantes para analisar os movimentos de custo ao longo do tempo da cesta básica. Tal interdependência pode ser explicada pelo fluxo de bens e informações entre as localidades.

Observou-se que os movimentos no custo da cesta básica da cidade de Aracaju influenciam diretamente o custo da cesta nas cidades de João Pessoa e Salvador; que Natal influencia Aracaju e Fortaleza; e Recife afeta as cidades de Aracaju e Salvador, conforme FIGURA 1.

As inter-relações entre essas cidades são unidirecionais. Pode-se inferir que a assimetria de informações constitui-se em um dos fatores mais relevantes para explicar esses resultados. Pois, segundo Varian (2006), a assimetria e imperfeição de informação podem levar a resultados drásticos no que concerne à natureza do equilíbrio de mercado. Dessa forma, a determinação do preço é fruto da dependência entre os mercados, e a transmissão ocorre unidirecionalmente entre as cidades, induzindo à ineficiência de mercado e fraca arbitragem entre os mercados analisados. Diante do exposto, cabe observar que a tendência de crescimento e/ou eficiência de mercado, notadamente, quanto ao ritmo de crescimento das economias estaduais, segundo Melo e Souza (2010), é resultado, na verdade, da capacidade individual de resposta de uma economia.

**TABELA 2 – Teste de Causalidade de Granger para as séries mensais do custo da cesta básica das cidades de Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**

Hipótese nula	Estatística F	Probabilidade
FORTALEZA “Granger não causa” ARACAJU	6,10148	0,00290
ARACAJU “Granger não causa” FORTALEZA	6,00555	0,00317
JOÃO PESSOA “Granger não causa” ARACAJU	1,69528	0,18740
ARACAJU “Granger não causa” JOÃO PESSOA	3,95714	0,02136
NATAL “Granger não causa” ARACAJU	3,44925	0,03458
ARACAJU “Granger não causa” NATAL	1,52060	0,22227
RECIFE “Granger não causa” ARACAJU	6,82289	0,00150
ARACAJU “Granger não causa” RECIFE	2,8596	0,06074
SALVADOR “Granger não causa” ARACAJU	3,05828	0,05021
ARACAJU “Granger não causa” SALVADOR	6,57797	0,00188
JOÃO PESSOA “Granger não causa” FORTALEZA	3,82469	0,02421
FORTALEZA “Granger não causa” JOÃO PESSOA	7,89666	0,00057
NATAL “Granger não causa” FORTALEZA	9,07821	0,00020
FORTALEZA “Granger não causa” NATAL	3,04695	0,05076
RECIFE “Granger não causa” FORTALEZA	6,96572	0,00132
FORTALEZA “Granger não causa” RECIFE	5,77064	0,00393

*continua...*

Hipótese nula	<i>conclusão.</i>	
	Estatística F	Probabilidade
SALVADOR “Granger não causa” FORTALEZA	7,26805	0,00100
FORTALEZA “Granger não causa” SALVADOR	7,48221	0,00083
NATAL “Granger não causa” JOÃO PESSOA	9,30825	0,00016
JOÃO PESSOA “Granger não causa” NATAL	6,54923	0,00193
RECIFE “Granger não causa” JOÃO PESSOA	8,78696	0,00026
JOÃO PESSOA “Granger não causa” RECIFE	3,16312	0,04542
SALVADOR “Granger não causa” JOÃO PESSOA	8,68136	0,00028
JOÃO PESSOA “Granger não causa” SALVADOR	9,28078	0,00017
RECIFE “Granger não causa” NATAL	11,35470	0,00003
NATAL “Granger não causa” RECIFE	7,41195	0,00088
SALVADOR “Granger não causa” NATAL	2,96940	0,05467
NATAL “Granger não causa” SALVADOR	12,52450	0,00001
SALVADOR “Granger não causa” RECIFE	9,69396	0,00012
RECIFE “Granger não causa” SALVADOR	13,06540	0,00001

Fonte: Dados da pesquisa.

**FIGURA 1 – Relação unidirecional da causalidade de Granger das séries do custo mensal da cesta básica entre Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**



Fonte: Dados da Pesquisa.

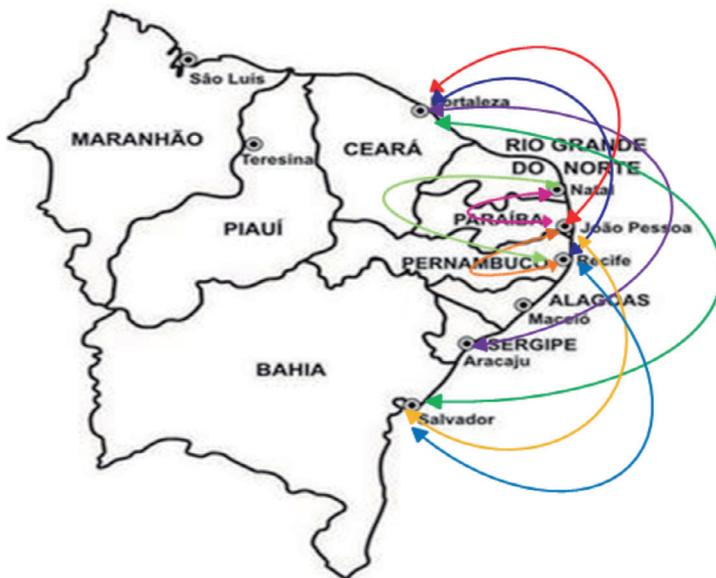
Legenda:

→	João Pessoa	→	Fortaleza
→	Aracaju	→	Aracaju
→	Salvador	→	Recife
→	Recife	→	Salvador

As relações de transmissão bidirecionais dos preços das cestas básicas, explicitadas pelo Teste de Causalidade de Granger, ocorrem nas demais séries (FIGURA 2).

Observa-se a presença de dependência mútua na determinação dos preços, fato que ratifica a interdependência de mercado entre as cidades no que se refere ao comportamento do custo da cesta básica. Nesse caso, infere-se que o processo de arbitragem entre as regiões ocorre de forma rápida e eficiente no curto prazo.

**FIGURA 2 – Relação bidirecional da causalidade de Granger das séries do custo mensal da cesta básica entre Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador, janeiro de 1999 a novembro de 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

Aracaju	→	Fortaleza
Fortaleza	→	Salvador
João Pessoa	→	Salvador
Fortaleza	→	João Pessoa
João Pessoa	→	Natal
Natal	→	Recife
Fortaleza	→	Recife
João Pessoa	→	Recife
Recife	→	Salvador

Os resultados expressam, dessa maneira, a causalidade e transmissão de preços, sendo que as cidades de Recife e Natal podem ser consideradas as de maior poder de influência sobre os preços dos produtos da cesta nas outras cidades analisadas. Pode-se inferir que a localização

espacial dessas cidades permite que os bens sejam transferidos para as outras cidades analisadas em função da influência exercida pelo que se denomina de lugar central. Sousa e Hidalgo (2009) corroboram esse resultado quando apontam que a cidade de Recife representa o principal centro distribuidor de mercadorias para demais estados da região Nordeste do país, desempenhando um forte papel de centralizador econômico para o estado de Pernambuco e regiões circunvizinhas, denominadas de áreas de influência. Esse dinamismo deve-se ao setor de comércio e serviços, que tem respondido por grande parcela do Produto Interno Bruto daquela cidade, conforme dados do IBGE (2010), que relatam que 70% do PIB advêm desse setor. Pode-se também acrescentar que esse dinamismo, conforme salientado por Melo e Souza (2010), resulta da capacidade local da iniciativa privada e da ação governamental para superar as condições adversas, propiciando o desenvolvimento de potencialidades dessas economias da região Nordeste, a exemplo do estado de Pernambuco.

No que diz respeito à cidade de Natal, esse desempenho deve-se à nova dinâmica do mercado, que conta, atualmente, com uma grande rede de supermercados e hipermercados. Para Barreto *et al.* (2010), além das grandes filiais das grandes redes de supermercados, nacionais e internacionais, instaladas no Rio Grande do Norte, há um número representativo de pequenos varejistas que vem conquistando espaço no mercado, no entanto, como grande parcela da população possui de um a dois salários mínimos, há certas limitações para uma expansão mais acelerada do mercado. Assim, pode-se inferir que a maior concorrência nessa cidade tem forçado as redes locais a mudar as estratégias para suprir essa demanda, bem como prestar maior rapidez de resposta aos choques de oferta e demanda. Natal se tornou uma referência no Nordeste por conta da estrutura do seu mercado.

Os resultados desse trabalho têm conformidade com o trabalho de Carvalho, Scalco e Lima (2009) sobre interdependência dos preços da cesta básica em mercados espacialmente separados no Sudeste, verificando também a ordem de integração 1,  $I(1)$ , sendo, neste caso, as cidades de São Paulo e Belo Horizonte os centros distribuidores de mercadorias e influências a curto prazo, no sentido Granger, decorrentes da rápida fluidez das informações permitida pelos mecanismos do processo de arbitragem espacial. Diante do exposto, verifica-se que trabalhos futuros podem envolver outras análises a partir da aplicação, por exemplo, do teste de cointegração, estimação e análise do Vetor Autorregressivo (VAR) e o Vetor de Correção de Erro (VEC). Assim, poder-se-á analisar, simultaneamente, as relações de curto e longo prazo nos mercados. Desse modo, poder-se-iam incorporar conceitos de integração espacial de mercados e validade da Lei do Preço Único, que não foram objeto desta análise.

### **Conclusões**

Os testes aplicados, neste estudo, permitem inferir que existe relação causal de preços entre todas as cidades analisadas e essa dependência ocorre, em sua grande maioria, de forma bidirecional entre esses mercados, refletindo a interdependência de ações. Tal fato evidencia certa vulnerabilidade dos mercados quanto às flutuações de preço. No entanto, as respostas dos agentes econômicos tendem a ser mais eficientes, pois têm que se adaptar mais rapidamente a mudanças que ocorrem não apenas no seu próprio mercado, mas em outras localidades que representam áreas de influência. O desempenho eficiente dos mercados estudados indica interdependência no curto prazo.

Verificou-se que as cidades de Natal e Recife, para o período analisado, exercem forte influência nas demais cidades estudadas, podendo ser consideradas regiões centrais de influência. Assim, flutuações de preços, nessas localidades, tendem a se dispersar para as demais, em uma relação de causa e efeito. De maneira geral, de acordo com os testes efetuados, a economia das seis capitais nordestinas é espacialmente eficiente, no sentido Granger.

Em contrapartida, compreendendo-se a realidade analisada e baseando-se no conceito de lugares centrais, pode ocorrer, em certa medida, perda de bem-estar e, conseqüentemente, ineficiência nos mercados. Portanto, cabe identificar medidas que minimizem as barreiras existentes entre mercados, a fim de que a arbitragem possa proporcionar a menor flutuação de preços, o que torna relevante as políticas de estabilização e redução da pobreza, especialmente, em uma região ainda carente de medidas que atuem nessa direção.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA, L. D. **Grau de monopólio e testes de Granger**: causalidade entre custos e preços na indústria brasileira. (Texto para discussão, 770.). Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_770.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_770.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2010.

BARRETO, M. L. de J. et al. Aspectos da comercialização do leite em supermercados, padaria e lojas de conveniência do setor varejista de Natal, RN. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente – RAMA**, v. 3, n. 1, p. 1. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1280>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

BRAGA, J. de M. **Ajustamento dos mercados de fatores, raiz unitária e histerese na economia americana**. Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD241.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD241.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2010.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Tema/Losan/losanfinal.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2009.

BRASIL. Decreto-lei n.º 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>>. Acesso em: 11 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san>>. Acesso em: 11 set. 2009.

CARVALHO, C. P. de O. **Nordeste**: sinais de um novo padrão de crescimento. Maceió, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/viewFile/94/81>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

CARVALHO, R. D.; SCALCO, P. R.; LIMA, J. E. de. **Integração espacial entre os preços das cestas básicas nas capitais da região sudeste do Brasil**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://anpec.org.br/revista/aprovados/Integracao.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF, [21--?]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Consea/static/apresenta/seguranca.htm>>. Acesso em: 11 set. 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). **Cesta básica nacional**: metodologia. São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Salário mínimo digno pelo fim da exclusão**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin/contag.xml>>. Acesso em: 19 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica**: política de valorização do salário mínimo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2010.

FACKLER, P.; GOODWIN, B. K. **Spatial price analysis**: a methodological review. [S.l.] 2000. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B7P5B-4FPWV0B-8/2/b4bb603b34e96c7ed8c5927b00077bdb>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HADDAD, P. R. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.

HOFFMAN, H. Resenha bibliográfica. **Ensaio sobre a economia brasileira**. 1975. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/246/179>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.

MELO, R. O. L. de; SOUZA, A. do V. **Estrutura e dinâmica da economia sergipana**. Maceió, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/viewFile/137/126>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

NOGUEIRA, F. T. P.; AGUIAR, D. R. D.; LIMA, J. E. de. **Integração espacial no mercado brasileiro de café arábica**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v15n2/150204.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; GREMAUD, A. P. **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ROSADO, P. L. **Integração espacial entre os mercados brasileiros de suínos**. 2006. 117 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SOUZA, A. A. de et al. **Análise de sistemas de informações utilizados como suporte para os processos de estimação de custos e formação de preços**. 2006. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/abcustos/\\_pdf/ABC\\_Souzaetal.pdf](http://www.unisinos.br/abcustos/_pdf/ABC_Souzaetal.pdf)>. Acesso em 20 dez. 2010.

SOUSA, E. S. de; HIDALGO, A. B. **Comércio inter-regional do Nordeste**: análise das mudanças após o desenvolvimento dos recentes polos dinâmicos. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/view/64/35>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

### 3

## Política social compensatória ou emancipatória: *análise da contribuição de programas sociais para a autonomia dos beneficiários*



*Rosana Queiroz Santos  
Lessi Inês Farias Pinheiro*

**D**iante das múltiplas análises sobre a pobreza, é válido considerar que esta não constitui apenas um estado de limitação de renda, mas também uma privação de capacidades, como afirma o economista e filósofo indiano Amartya Sen (2000). As potencialidades, que são ignoradas ou demasiadamente reduzidas pela condição de pobreza, podem ser consideradas como variáveis relevantes no processo de exclusão do indivíduo e de sua privação de liberdade.

O Brasil vem se destacando como um importante provedor de recursos destinados às políticas de enfrentamento da pobreza. As políticas sociais adotadas pelo governo brasileiro são perceptíveis, pois vêm apresentando resultados quantitativos que positivam as ações dos programas atuantes. No que se refere à redução da pobreza, por meio da geração de trabalho e renda, e da ampliação do acesso à educação, o Brasil tem mostrado eficiência. Porém, no tocante à qualidade de vida e bem-estar dos brasileiros, as análises dos indicadores demonstram sérias adversidades.

Assim como a pobreza, a desigual distribuição de renda, os problemas na educação e o desemprego compõem graves percalços ao desenvolvimento do país e evidenciam fragilidades de grandes proporções na sociedade. Grande parte da população brasileira é formada por indivíduos sem acesso a benefícios que reduzem o nível de privações, vinculadas a aspectos educacionais, econômicos e sociais. Mesmo com 95% dos indivíduos em idade escolar, matriculados em instituições de ensino, mais de 14 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos são considerados analfabetos (PLANO NACIONAL POR AMOSTRAS D E DOMICÍLIOS, 2008), o que corresponde a cerca de 7% da população. Além disso, a qualidade do ensino no Brasil ainda é considerada inadequada para os padrões mundiais. A taxa de desemprego, apesar de apresentar leve declínio nos últimos anos, corresponde em média a 8% da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). O Produto Interno Bruto (PIB) equivale a R\$ 3.185 trilhões, e R\$ 16.414,00 é o valor do PIB *per capita* do país (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2009), porém a concentração de renda é significativa.

Entendendo que a pobreza é um fenômeno complexo e que não pode ser analisado apenas pelo aspecto monetário, este trabalho procura apresentar os objetivos dos

programas sociais mais abrangentes em execução no Brasil, conferindo se os mesmos apresentam caráter compensatório ou emancipatório. Sendo assim, este estudo foi realizado com o objetivo de identificar se as características dos programas podem ser consideradas instrumentos promotores de liberdades individuais e coletivas ou apenas amenizadores da situação de restrição educacional, econômica e social dos atores favorecidos, buscando responder às questões específicas referentes ao problema em questão.

Ao percorrer a trajetória de análise deste estudo, são destacados três programas sociais com o objetivo de exemplificar a atuação do Estado, definindo uma articulação entre a ação estatal e os objetivos destas políticas. Entre os programas sociais de maior abrangência no Brasil, têm-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família, e o Programa Universidade para Todos (Prouni), que atuam nas áreas de assistência social, transferência de renda e educação.

### **Problematização**

O Brasil possui cerca de 190 milhões de habitantes, sendo que parte considerável desta população — ou seja, mais de 18 milhões de famílias — recebe benefícios oriundos de algum programa social do governo federal (BRASIL, 2010b). Uma avaliação das condições de pobreza no país indica que a proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza corresponde a 21,42% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2009), e a concentração de riqueza, medida pelo Índice de Gini<sup>1</sup>, que apresenta o

---

<sup>1</sup> O valor deste índice varia de 0 a 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda, e 1 à completa desigualdade.

grau de desigualdade existente na distribuição de renda entre os indivíduos, corresponde a 0,543 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2009).

Os programas sociais são considerados importantes instrumentos de redução da pobreza, pois promovem o alívio da situação de escassez de recursos financeiros, falta de assistência e carência no acesso à saúde e educação. Além de ser considerada escassez de recursos materiais e incapacidade de consumo de bens privados, a pobreza é também vista como privação de capacidades. Diante desta problemática, surge o seguinte questionamento: os programas sociais do Brasil promovem a emancipação do indivíduo na sociedade, dando-lhe liberdade para desenvolver-se e integrar-se de forma consistente, ou apenas compensam, temporariamente, a situação de desprovimento de recursos por meio de transferências pecuniárias?

Tem-se como objetivo geral: analisar os principais programas sociais de âmbito federal a fim de detectar se possuem caráter compensatório ou emancipatório sobre as condições de vida dos beneficiários. Especificamente, espera-se: analisar as privações provocadas pelas condições de pobreza na sociedade; investigar as características dos programas sociais mais abrangentes executados no Brasil, que são o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e o Programa Universidade para Todos; identificar o potencial compensatório e emancipatório dos programas sociais, tendo em vista seus objetivos e diretrizes; e, finalmente, verificar se os programas sociais dão suporte para a continuidade da situação de melhoria da qualidade de vida.

As ações governamentais materializam-se por meio de programas que visam melhorar as condições de vida das pessoas. A atuação do governo, em relação à geração de oportunidades para a população, vem sendo cada vez mais discutida. Nesta perspectiva, torna-se importante a análise destes programas no sentido de dar

contribuição a estudos ligados a temas similares, servindo como instrumento de auxílio para pesquisas na área da economia do bem-estar social.

É importante verificar, também, a melhoria nas condições de vida, que pode ocorrer após a implantação eficaz destes programas. Isso é válido porque o desprovimento de recursos, seja financeiro ou assistencial, por si só, não se constitui determinante do reduzido grau de desenvolvimento de uma sociedade. Existem outras necessidades dissociadas das questões monetárias, que devem ser supridas a fim de elevar o padrão de vida das pessoas, dando-lhes mais oportunidades de crescimento e integração. Os programas analisados, devido à sua abrangência e ao amplo emprego de recursos por parte da esfera governamental, são relevantes para esta análise. Portanto, este exame constitui um importante subsídio para análises posteriores, já que adquirem papel fundamental para o combate à pobreza da sociedade brasileira.

O presente trabalho é um estudo investigativo de natureza qualitativa, que utiliza os atributos de uma pesquisa documental. É orientado para o processo e não somente para os resultados, preocupando-se, principalmente, com as compreensões e interpretações dos fatos em detrimento da atenção às medições.

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento dos aspectos mais relevantes, vinculados ao contexto dos programas analisados. A fonte de informações, utilizada como ferramenta para a construção do desenho metodológico é proveniente de dados institucionais, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação e Cultura e Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Além destes instrumentos secundários usuais, também foram utilizadas as informações incluídas no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal.

A investigação foi processada em dois instantes distintos, porém complementares. O primeiro momento está baseado na descoberta do perfil dos beneficiários e suas relações com as propostas dos programas. No segundo momento, foi feito um exame qualitativo dos aspectos inerentes ao programa e seus objetivos para a melhoria das condições de vida dos indivíduos. Os parâmetros – educação, trabalho e renda – considerados, nesta pesquisa, como promotores da autonomia, constituem os elementos-chave para a definição do caráter compensatório ou emancipatório dos programas sociais. Estas variáveis estão relacionadas entre si e se complementam no sentido de indicar o potencial que estes programas possuem de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos.

**QUADRO 1 – Síntese dos objetivos dos programas e parâmetros de definição.**

PROGRAMA	PRINCIPAL OBJETIVO	PARÂMETROS
PROUNI	Conceder bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior a estudantes de baixa renda.	Educação, trabalho e renda.
BPC	Pagamento de um salário mínimo a idosos e deficiente, cuja renda familiar <i>per capita</i> esteja abaixo de um quarto do salário mínimo.	Renda.
PBF	Transferência condicionada de renda, visando à redução da pobreza.	Educação, trabalho e renda.

Fonte: BRASIL (2010a) e BRASIL (2010b).

## **Os programas sociais e a geração de autonomia**

### *Reflexão teórica sobre política social*

É possível estabelecer um conceito de políticas públicas a partir da compreensão de Teixeira (2002), que admite que estas constituam diretrizes da ação do Estado e são regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade. Estas políticas revelam as práticas de poder político em seu processo de elaboração, implantação e verificação dos resultados.

Os objetivos das políticas sociais estão direcionados para responder a demandas, principalmente, das classes desfavorecidas, já que são elas que apresentam maior vulnerabilidade. Estas necessidades são interpretadas pelo Estado, porém recebem influência da sociedade civil por meio de pressão e mobilização social. Também têm por finalidade ampliar e tornar efetivos os direitos dos cidadãos e promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda.

Teixeira (2002) analisa os tipos de políticas públicas utilizando alguns critérios, que são: a natureza e o grau de intervenção; a abrangência dos possíveis benefícios e os impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais. Sendo assim, quanto ao primeiro critério, têm-se as políticas estruturais, que interferem nos aspectos vinculados à renda, emprego, propriedade, entre outros, e as políticas conjunturais ou emergenciais, que visam amenizar uma situação de risco social temporário ou imediato. Quanto ao grau de intervenção, as políticas sociais podem ser universais, segmentais ou fragmentadas, atendendo a todos os cidadãos; a um segmento da população, caracterizado por um aspecto determinado (idade, condição física, etc.) ou

a grupos sociais pertencentes a cada segmento, respectivamente. Quanto aos efeitos causados, as políticas podem ser distributivas, redistributivas ou regulatórias.

De acordo com Silva, Yaszbek e Giovanni (2008), os sistemas de proteção social são formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades empregam, visando encarar a instabilidade dos acontecimentos de caráter biológico ou social, que põem em risco uma fração ou a totalidade dos seus componentes.

Numa perspectiva mais recente, convencionou-se, neste trabalho, apresentar apenas o embate entre o liberalismo e os teóricos do *Welfare State*. De um lado, tem-se o pensamento essencialmente individualista, que entende que a política social tem um papel apenas residual no ajuste das desigualdades; e de outro, a ideia coletivista que, de acordo com Coimbra (1989), está engajada na ampliação e universalização dos instrumentos de política social.

O predomínio do liberalismo, até a terceira década do século XX, marcou o pensamento econômico e sustentou a economia com os seus princípios individualistas, justificando a atuação individual dos agentes econômicos como instrumento maximizador do bem-estar social. O Estado adquiria papel limitado na construção de uma sociedade equitativa, já que os indivíduos, seguindo seus próprios interesses, seriam capazes de regular as relações econômicas de maneira a otimizar os recursos econômicos e melhorar as condições sociais.

O *Welfare State* contribuiu para uma relativa distribuição de renda e reconhecimento de uma série de direitos sociais, porém exerceu um rígido controle político na vida dos indivíduos, que eram considerados simplesmente como consumidores de bens públicos.

### *Política social e desenvolvimento econômico*

Com a constatação de que a industrialização, por si só, não era suficiente para engendrar processos socialmente inclusivos, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades, procurou-se estabelecer diferenciações entre crescimento e desenvolvimento, que, até então, apresentavam o mesmo significado, incorporando qualificativos que pudessem reduzir as lacunas destes conceitos.

Segundo Souza (2009), o crescimento econômico pode ser entendido como uma simples variação quantitativa do produto, não sendo consideradas, neste espectro, mudanças qualitativas na vida dos indivíduos, das instituições e das estruturas produtivas.

O estudo do desenvolvimento surgiu a partir das verificações de profundas desigualdades. Ele compreende, além do crescimento econômico, que é entendido como o aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*, a melhoria do padrão de vida da população e as alterações fundamentais na estrutura de sua economia (SANDRONI, 2004). Ou seja, o desenvolvimento econômico constitui-se no aumento da produtividade da economia, aliado a fatores que propiciam condições de vida favoráveis à população.

Um dos principais indicadores de desenvolvimento é o número de pessoas pobres, com renda insuficiente para suprir suas necessidades básicas. Neste sentido, a pobreza configura um fator relevante para a análise do desenvolvimento, sendo que sua redução e a criação de condições de permanência da melhora constituem características fundamentais de uma sociedade desenvolvida.

É importante salientar que o aumento da renda, a industrialização, o avanço tecnológico e a modernização social podem incentivar a ampliação das capacidades dos

indivíduos, conferindo-lhes mais liberdade de participação e reduzindo a carência de oportunidades econômicas.

Sen (2000) afirma que o desenvolvimento exige que se removam as principais fontes de privação de liberdade, e a ausência de liberdades está diretamente vinculada à pobreza, à carência de serviços públicos e à assistência social. Segundo o autor, é necessário que se verifique se houve ampliação das liberdades das pessoas na avaliação do progresso econômico. Além disso, a efetivação do desenvolvimento depende totalmente da livre condição de agente das pessoas. Portanto, o que as pessoas conseguem, positivamente, realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras.

#### *Abordagem das capacitações e liberdades*

O contraste existente entre liberdade e privação acentua-se quando está relacionado à questão da pobreza. A ideia de reduzir as privações, oriundas da condição de escassez de recursos financeiros, falta de acesso à saúde, educação e trabalho por meio da expansão das liberdades dos indivíduos, dando-lhes oportunidades de inserção plena na participação social, vem sendo largamente, discutida no sentido de associar desenvolvimento ao processo de ampliação das capacidades das pessoas.

A definição de liberdade está diretamente relacionada à democracia, aos direitos humanos, à participação política e à interação de ideias. O indivíduo deve ser responsável pela melhoria da sua qualidade de vida. A ascensão do nível de renda e do acesso a serviços básicos de qualidade deve ser realizada por meio de políticas públicas, que visam ao aumento das capacidades humanas. Para Sen (2000, p. 32), “a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo”.

A abordagem das capacitações está diretamente relacionada à emancipação do indivíduo, e, isso é possível, conferindo-se autonomia a este ator social, que necessita de oportunidades para desenvolver suas capacidades. Num sentido mais amplo, emancipar significa libertar e pode ser entendido como dar liberdade para que seja criada uma situação em que o indivíduo possa se estabelecer na sociedade de forma participativa, utilizando de maneira efetiva as suas capacidades.

De acordo com a abordagem das capacitações, a liberdade pode ser considerada o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social, pois favorece uma avaliação singular de sucesso e fracasso que é definida pela própria pessoa. Sen (2000) afirma que a liberdade amplia o potencial dos indivíduos para cuidar de si mesmos e para influenciar o mundo.

A pobreza e a desigualdade são entendidas como privações de capacidades e não simplesmente como baixa renda. É vista por um prisma multidimensional que engloba diversos aspectos extramonetários, associando-se a fenômenos demográficos, médicos, educacionais e sociais. Nesta visão, o enfoque se faz na qualidade de vida e não na renda e na riqueza, o que provoca um afastamento das tradicionais análises econômicas que objetivam o enfrentamento da pobreza.

Por entender que cada indivíduo tem seu caráter distinto, Sen (2000) considera que a redução da desigualdade não se dá por meio de oportunidades, mas sim abrindo espaço para as capacitações, pois garantir oportunidades iguais sem levar em conta a heterogeneidade dos agentes e seu conjunto de capacitações individuais não contribuirá para uma sociedade igualitária e menos excludente, tampouco reduzirá o nível de pobreza.

Diante desta abordagem, verifica-se que a pobreza é um fenômeno demasiadamente complexo e não

deve ser analisada por uma ótica exclusivista, pois está muito além da simples escassez de renda e insuficiência no consumo de bens privados.

### *Reflexão sobre a emancipação humana*

A essência humana é constituída por um conjunto de atributos que confere ao indivíduo a capacidade de autoentendimento e inserção no meio social. Estas capacidades estão fortemente vinculadas às potencialidades emancipatórias. Pode-se assinalar a consciência e a liberdade como principais constituintes da natureza íntima do homem; e a construção desses atributos não é concebida de forma estanque. Constitui um processo mutável e dinâmico, vinculado ao percurso que leva à humanização do homem, mas este caminho não é finito (BARROCO, 2008).

Como estratégia de redução da exclusão social causada pela pobreza e privações inerentes a esta condição, a política social deve conceder instrumentos que possibilitem a inserção do indivíduo na sociedade de maneira efetiva e permanente. Um dos principais desafios das políticas públicas é ter a capacidade de emancipar o indivíduo, conferindo-lhe autonomia para a vida em sociedade, dando-lhe oportunidades para uma inserção digna.

A análise da emancipação está presente nas contribuições do pensamento marxiano, sendo abordada numa dimensão política, contribuindo, no entanto, para a fundamentação e expressão de práticas sociais e profissionais de emancipação humana — que é o foco deste estudo. Segundo Marx (18--?), a emancipação política pressupõe uma equidade social, ou seja, igualdade diante da lei, da religião, da propriedade, ou outras, que são estabelecidas através da mediação de condições concretas,

assim como as que asseguram, a cada indivíduo, a plena satisfação das suas necessidades. Sua análise foca o contraditório da emancipação na sociedade burguesa (capitalista), compreendendo que a diferença entre as classes é uma barreira para a emancipação humana, a qual afirma ser mais importante do que a emancipação política. A emancipação humana distingue-se da emancipação política.

O processo de liberdade, impulsionado pela emancipação, contribui para uma positiva sucessão de mudanças, capazes de aperfeiçoar as relações sociais e a humanidade de modo geral. Esta visão excede a limitada análise do indivíduo em uma sociedade dirigida pelo capital e seus vínculos de poder, transformando essas relações numa dimensão social. Esta liberdade, para Marx, é adquirida através do trabalho, realizado a partir de forças individuais que atuam comumente, de maneira tal que o indivíduo conquista o domínio consciente da totalidade do trabalho, o que o torna livre, fazendo-o desenvolver uma verdadeira comunidade humana, na qual todos poderão aplicar, amplamente, as suas potencialidades, criando um firme estado de solidariedade em detrimento da rivalidade e dos antagonismos.

Assim, o valor é gerado com o trabalho e, por conta disso, os trabalhadores são os responsáveis pela geração de riqueza. Esta constatação foi a base para a crítica do processo de produção capitalista. Alinhado a este pensamento, tratando sobre o papel do operário e da cidadania, Freire (2007) afirma que é sua função

inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder lugar a outra menos injusta e mais humana (FREIRE, 2007, p. 102).

O trabalho permite o desenvolvimento de capacidades individuais que estabelecem a diferenciação do ser social em face de outros seres da natureza. Essas capacidades são conquistadas a partir de um processo histórico de autoconstrução. Por implicar conhecimento da natureza e valoração dos aspectos necessários ao seu desenvolvimento, o trabalho influencia decisivamente na formação da consciência humana como capacidade de dar valor às coisas e agir de forma racional. Proveniente desta análise, o indivíduo, que age racionalmente pode conhecer a realidade de modo a assimilar sua própria existência, como resultado do que habitualmente pratica.

No entanto, Freire (2007) assume que a autonomia se constitui a partir da experiência de incontáveis decisões que vão sendo tomadas, sendo que nenhum indivíduo é inerentemente autônomo sem que passe por um processo de decisão. Ainda para este autor, “a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser” (FREIRE, 2007, p. 107).

Partindo para a análise da educação como forma de intervenção na sociedade, pode-se defini-la como meio de conquista da autonomia, já que possibilita a ampliação do conhecimento que favorece a projeção da consciência. A autonomia pode ser entendida como a capacidade de autodeterminação do indivíduo para tomar decisões que influenciam sua vida e suas relações com outras pessoas. Assim, num sentido mais amplo, entende-se por educação, o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do indivíduo, visando à sua melhor integração individual e social, e este processo deve ser favorecido por meio de oportunidades que possibilitem o acesso a uma teia de inserções educacionais.

Freire (2007) admite que a educação é dialética e contraditória, apesar de considerá-la como uma forma de intervenção no mundo, implicando em esforços de reprodução

da ideologia dominante e, ao mesmo tempo, a contestação de seu intento. Com isso, o autor assume que a educação não possui caráter de neutralidade. Os indivíduos não são seres determinados de forma simples, muito menos isentos de aspectos de cunho hereditário, cultural, social e histórico, o que influi no modo de agir e pensar a própria individualidade e as diversas relações com a sociedade.

Associado à abordagem supracitada, Gadotti (1990) afirma que a formação do indivíduo se dá por meio da ampliação da consciência coletiva, efetuada concretamente no processo de trabalho que cria o próprio homem. As suas condições reais de vida na sociedade e suas múltiplas determinações devem ser consideradas.

A consciência adquirida por meio do processo educacional faz o homem agir por meio de especulações que têm em vista o conhecimento quanto ao fim a que se destinam os seres. Com isso, ele transforma suas necessidades e formas de satisfação em novos questionamentos, tornando-se sujeito construtor de si mesmo, ou seja, autoconsciente, o que lhe confere poder de autodeterminação, sendo capaz de evidenciar uma vontade racional libertadora de sua autonomia (BARROCO, 2008).

É possível, contudo, estabelecer um elo entre os aspectos promotores da liberdade, associando a estes a acepção semântica da palavra autonomia, que pode ser entendida como autodeterminação do ator social proveniente dos seus atributos essenciais capazes de auxiliá-lo nas escolhas e decisões que alteram a sua vida e suas relações sociais.

Considerando que a autonomia é um fundamento da dignidade humana, tendo em vista a situação da sociedade brasileira, na qual os indivíduos são quase que, inteiramente, determinados socialmente e vivem num contexto não favorável a escolhas, os serviços sociais, especialmente, os representados por programas de cunho assistencialista, estão focados numa análise materialista e procuram ate-

nuar as situações de desprovidimentos de recursos essenciais para suprir as necessidades básicas em detrimento do auxílio à capacidade emancipadora, que pode ser oferecida por meio de objetivos favoráveis à obtenção gradativa e contínua do bem-estar individual e social.

Assumindo um elo entre trabalho, renda e educação como estímulo à consciência individual é possível construir parâmetros de qualificação para os programas sociais em análise: o trabalho, a renda e a educação, haja vista que estes aspectos contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, o que pode ser visualizado por meio de indicadores quantitativos e, por conseguinte, da possível ampliação das capacidades emancipadoras destes atores sociais.

A seguir, são apresentadas as percepções provenientes dos diversos dados relacionados às categorias e aos eixos de análise, dando ênfase à dimensão subjetiva. Também são destacados dados quantitativos e objetivos complementares à análise.

### *Programa Universidade para Todos (Prouni)*

O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado pela Lei n. 11.096/2005. Seu objetivo é conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior (BRASIL, 2010a). Como uma política de ação afirmativa, este programa é direcionado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsista integral, estudantes portadores de necessidades especiais e professores da rede pública de ensino, que se candidatem a cursos de licenciatura destinados ao magistério e à educação básica e pedagogia, independente da renda.

Por meio de renúncia fiscal, este programa apresenta-se como um canal para preencher vagas ociosas no ensino privado sem ampliar diretamente o volume dos gastos federais. As instituições educacionais participantes ficam isentas de uma série de impostos e recebem incentivos fiscais.

O Prouni busca promover a inclusão socioeducativa destes indivíduos caracterizados pela sua situação socioeconômica, étnica e cultural. O benefício é concedido às pessoas que possuem renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, e os beneficiários são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o que configura uma forma de inclusão, relacionada ao mérito dos estudantes com os melhores desempenhos. Nesta lógica, o Prouni visa garantir o acesso destes indivíduos ao ensino superior, contribuindo para a sua inserção social.

As condições financeiras dos aspirantes às vagas oferecidas pelo Prouni são determinantes para a conquista do acesso. Entretanto, existe uma vertente meritocrática para acesso, garantindo o benefício para o estudante que apresenta maior competência.

Desde a sua implantação, em 2005, o programa já ofertou milhares de bolsas. Em 2005, foi ofertado um total de 112.275 bolsas. Após cinco anos de execução, o número de bolsas foi ampliado para mais de 210 mil (BRASIL, 2010a). Isto demonstra a ampliação do acesso ao nível superior de ensino para os indivíduos, cuja situação socioeconômica é desfavorecida e, ao mesmo tempo, sugere uma reflexão no sentido de avaliar se estes aspectos quantitativos contribuem de fato para a melhoria da qualidade do ensino e para a ampliação das capacidades dos beneficiários, tendo em vista que o acesso não garante, necessariamente, a estes indivíduos a permanência no ambiente acadêmico.

Os elevados níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira, expressam-se das mais diversas formas, e o processo educacional não está alheio a esses fatores, pois também se constrói em espaço de concretização dos problemas sociais. As políticas públicas de inserção educacional devem estar direcionadas à ampliação quantitativa da oferta dos serviços e também à qualidade do ensino que está sendo oferecido. Sendo assim, os programas de inclusão devem garantir, além do atendimento das necessidades básicas, ações integradas que visem ao exercício da autonomia dos beneficiários do programa, visando a uma redução efetiva do grau de vulnerabilidade dos indivíduos.

A lei, que legitima o programa Universidade para Todos, garante a manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, caso este cumpra os requisitos de desempenho acadêmico. Esta exigência contribui negativamente para a manutenção, já que o estudante egresso do ensino público possui grandes fragilidades inerentes ao processo de aprendizagem, devido à má qualidade do ensino oferecido pela esfera governamental.

A oferta de bolsas pelo Prouni não garante, *a priori*, a permanência do beneficiário no ensino superior. Podem-se pontuar algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos bolsistas do Prouni no que concerne à sua permanência no espaço acadêmico e estas estão basicamente relacionadas a questões de ordem econômica, tais como a ausência de recursos financeiros para alimentação, transporte e material de apoio ao estudo. Além disso, podem existir as dificuldades pedagógicas e de aprendizagem, possíveis reflexos de problemas da educação básica ofertada pelo setor público.

O Prouni pode ser entendido como uma política pública que garante o acesso da população historicamente

excluída do ensino superior. Entretanto, a tentativa de ampliação do acesso à educação superior proposta pelo Prouni, não efetiva ações de longo prazo e não garante a permanência dos estudantes até o final do curso, já que a escassez de recursos é um percalço para o seu desenvolvimento. No entanto, considerando que o acesso à educação superior permite aos beneficiários o aperfeiçoamento de técnicas e saberes acadêmicos, o Prouni pode ser uma ponte para a execução de atividades laborais e, por isso, pode garantir uma ampliação da renda e da inserção social por meio do trabalho.

Baseando-se nos parâmetros utilizados para esta análise – educação, trabalho e renda –, considera-se que o Prouni pode contribuir para a construção de um agente que é capaz de transformar a sua realidade a partir da formação de uma consciência autônoma, lapidando os seus valores e o seu conhecimento do mundo.

Portanto, diante dos objetivos deste programa, conclui-se que o Prouni, apesar de compensar uma situação socioeconômica desfavorável, pode contribuir positivamente para o processo de autodeterminação dos seus atendidos, possibilitando oportunidades de crescimento intelectual e, conseqüentemente, reflexos profícuos na renda.

### *Benefício de Prestação Continuada (BPC)*

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a 25% do salário mínimo. Contempla também pessoas com deficiência que provoquem incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

O Benefício de Prestação Continuada, como sugere a sua denominação, possui caráter continuado e é concedido mensalmente aos beneficiários, que devem provar, por meio de perícia médica, no caso de deficiência, não possuir meios de prover a própria manutenção, ou tê-la provida por sua família. A contribuição prévia para a Seguridade Social não é considerada, desde que não tenha outra fonte de renda. Entretanto o benefício não é perene. Ele pode ser suspenso caso haja a comprovação de que as condições que lhe deram origem não existem mais. Assim, por exemplo, se a família melhorou sua renda e já pode prover o sustento do beneficiário, ou se ele mesmo já pode trabalhar normalmente, então o benefício pode ser interrompido. O benefício é direcionado apenas para as pessoas que não possuem condições de trabalhar, seja por invalidez permanente ou temporária.

É considerado como pessoa com deficiência o indivíduo incapacitado para a vida independente e para o trabalho, em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênita ou adquirida, que impeçam o desenvolvimento das atividades da vida diária e do trabalho (MARTINS, 2001). Quando o indivíduo com deficiência tiver possibilidade de reabilitação, o benefício será concedido durante o processo de reabilitação, ou habilitação, de caráter obrigatório, sendo que sua interrupção ocasionará o cancelamento do benefício.

O BPC também encontra amparo legal na Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), compete a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social.

O perfil dos beneficiários do BPC é representado por indivíduos que não participam ativamente das relações econômicas. Por conseguinte, vale ressaltar que este programa possui caráter assistencial e visa compensar a situação de incapacidade dos indivíduos para o trabalho, associada à situação de pobreza. Mesmo quando incapacitados para o trabalho, os indivíduos podem ter uma vida normal em muitos outros aspectos e decidir, por si mesmos, o que é melhor para a sua vida. O que vai definir a capacidade de viver em sociedade, exercendo atos civis, é o discernimento que o indivíduo apresenta para desempenhar o seu papel de cidadão.

Vale apresentar outro aspecto da deficiência, que não se dá apenas por um olhar exclusivamente médico, mas que expõe aspectos sociais que devem ser considerados na formulação deste complexo conceito que passa pela interação entre fatores relacionados às habilidades, às funcionalidades e ao contexto social. Não sendo um problema meramente individual a deficiência expõe a incapacidade da sociedade de ajustar-se à diversidade e incluir pessoas com deficiência que, muitas vezes, têm condições de executar determinadas atividades.

Considerando-se o direito ao benefício da assistência social como um direito fundamental, uma vez que deve promover a participação dos agentes vulneráveis no processo político e social, falta-lhe capacidade de inclusão deste indivíduo num ambiente de igualdade, em que sejam criadas maneiras de adaptação e oferecidas oportunidades para a conquista efetiva de seus direitos.

Retomando os objetivos do BPC, vinculados à transferência de renda, pode-se inferir que este programa não contribui para a emancipação de seus beneficiários, pois não prevê outras medidas inclusivas. Mesmo com as suas limitações, os indivíduos que recebem o benefício podem apresentar habilidades que lhes possibilitem uma

maior participação no meio social. No entanto, o recebimento dos valores monetários não auxilia efetivamente para a sua autodeterminação.

### *Programa Bolsa Família (PBF)*

O Programa Bolsa Família (PBF) é o maior programa de proteção social do Brasil e o maior programa de transferência de renda do mundo, atendendo mais de 12 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. Constitui-se numa transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2009).

O PBF é resultado da unificação de benefícios, menos abrangentes oferecidos pelo governo federal, e tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome e à escassez de renda.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por

meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;

- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos (BRASIL, 2009, p. 1).

Sendo assim, o PBF possui cinco objetivos básicos em relação aos seus beneficiários, que compreendem a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social, o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, o combate à pobreza e a promoção da intersetorialidade, da complementaridade e da sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004).

São três os tipos de benefícios pagos pela Bolsa Família: o benefício de renda básica, pago às famílias consideradas em situação de extrema pobreza. O benefício é pago independentemente da presença de crianças ou adolescentes na família; o benefício variável, destinado a famílias consideradas pobres, que têm crianças e adolescentes de até 15 anos de idade. Cada família pode receber até três benefícios variáveis; e o benefício variável do adolescente, pago a todas as famílias com adolescentes entre

16 e 17 anos de idade, que frequentam a escola, sendo que cada família pode receber até dois benefícios variáveis deste tipo.

Como um programa de transferência condicionada de renda, o PBF responsabiliza, de forma conjunta, os beneficiários e o governo a identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias. A aplicação das condicionalidades pode ser entendida como uma forma de avaliar o nível de vulnerabilidade e as respostas comportamentais dos pobres à sua própria situação.

As condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social, assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício. Na área da educação, é preciso que crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos tenham frequência escolar mínima de 85%, e mínima de 75%, para adolescentes entre 16 e 17 anos. Na área da saúde, existe um acompanhamento do calendário de vacina e do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, além do pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes, na faixa etária de 14 a 44 anos. No campo da assistência social, exige-se frequência mínima de 85% da carga horária relativa a serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

A segmentação é uma das principais características do PBF, além das condicionalidades e as transferências pagas diretamente aos beneficiários através de cartões magnéticos, os quais reduzem os custos de transação e evitam corrupção e manipulação.

A família é considerada como unidade básica e tem autonomia para usar o dinheiro sem a intervenção do governo. Os valores recebidos contribuem para o

complemento ou totalidade do consumo e são direcionados, livremente, de acordo com o interesse familiar.

O Programa Bolsa Família surgiu da necessidade de amenizar uma situação de desigualdade devido ao alto grau de concentração de riqueza, que causa uma grande exclusão social. Trata-se de um programa significativo por seu impacto e alcance social, atendendo mais de 12 milhões de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo intergeracional da pobreza. As condicionalidades e os programas complementares têm por objetivo reforçar o acesso das famílias aos direitos sociais básicos de saúde e educação, promovendo o seu desenvolvimento, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade compondo um capital social futuro mais abrangente.

Para atender às condicionalidades da área de saúde, “as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos” e as

mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê (BRASIL, 2010b).

Já para cumprir as condicionalidades, na área da educação,

as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% (BRASIL, 2010b).

Os esforços por parte do governo em realizar uma política social direcionada, principalmente para a distribuição de renda por meio dos programas de transferência de renda, são pautados pela necessidade de reduzir o alto nível de pobreza que assola grande parte da população, impedindo seu acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

O cumprimento das condicionalidades, impostas pelo programa às famílias, promove o rompimento do viés assistencialista, que tem sido característica marcante das políticas sociais no Brasil. Por um lado, estas obrigações configuram uma possibilidade de atrelamento da rede de proteção através de elos entre os diversos serviços sociais vinculados ao programa; por outro, estas condicionalidades podem excluir os beneficiários que não têm condições de cumpri-las.

As famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de R\$ 77,01 a R\$ 154,00, e de até R\$ 77,01, podem receber um valor que varia de R\$ 35,00 até o máximo de R\$ 336,00 por mês. A definição deste valor está vinculada ao nível da renda, ao número de filhos e à idade das crianças e adolescentes da família. Silva, Yaszbeek e Giovanni (2008) afirmam que o PBF é considerado uma inovação no âmbito dos programas de transferência de renda, pois propõe a proteção do grupo familiar como

um todo, através da elevação da renda proveniente do benefício e pela simplificação que representa.

Desde sua implementação, em 2004, quando atendia a pouco mais de seis milhões de famílias, o PBF tem ampliado a sua abrangência, sendo executado em quase todos os municípios brasileiros. Em 2012, o número de famílias beneficiadas chegou a 13 milhões, o que sugere uma maior redução do nível de pobreza desta parcela da população devido à elevação do seu nível de renda.

De acordo com os critérios estabelecidos para esta análise na área da educação, o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família aponta para o fato de que a maioria das famílias beneficiárias, devido à baixa escolaridade, tem dificuldade para acessar o mercado de trabalho formal e, assim, obtém menores rendimentos em trabalhos informais. A escolarização é, portanto, um requisito fundamental para inclusão no âmbito do trabalho, ou seja, o baixo nível de escolarização é um aspecto que dificulta os indivíduos a exercerem sua autonomia e buscarem seus direitos na esfera pública.

Analisando o aspecto trabalhista, conclui-se que o PBF, apesar de possuir ações integradas e complementares, que auxiliam a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, não contribui, efetivamente, para o desenvolvimento profissional devido a fatores ligados à formação educacional e às oportunidades que, muitas vezes, são escassas.

A renda constitui-se uma variável que está intimamente relacionada ao trabalho. As famílias que recebem o benefício pecuniário do PBF dispõem, na maioria dos casos, do benefício como principal fonte de renda. Como o valor do benefício garante apenas a obtenção de produtos para o suprimento das suas necessidades básicas, o dinheiro recebido por estas famílias não pode ser

considerado como propulsor de melhorias consistentes na qualidade de vida destes indivíduos.

Apresentando baixos níveis de escolaridade, pouco acesso ao mercado formal de trabalho e renda incapaz de suprir necessidades que extrapolam a manutenção da sobrevivência, o PBF pode ser considerado um programa que compensa a situação de escassez de recursos, aferindo renda aos seus atendidos, sendo que a percepção das famílias sobre o programa é basicamente voltada para o recebimento mensal de dinheiro, em geral demonstrando falta de conhecimento sobre as diversas atividades que envolvem o programa. Os objetivos, os critérios e as demais condicionalidades e perspectivas, muitas vezes, não são percebidas por estes atores, e a questão do direito é para elas algo muito vago, pois identificam o programa como uma mera ajuda governamental.

O PBF, em seus objetivos, afirma: “o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Entretanto, se pode considerar que as possibilidades de inserção mais sólidas, vinculadas ao cumprimento autêntico das condicionalidades em conjunto com práticas consistentes ligadas a ações complementares.

No QUADRO 2, é apresentado um resumo dos aspectos que atribuem aos programas o caráter emancipatório ou compensatório por meio dos parâmetros que direcionam esta determinação.

Observa-se que os programas, apresentam aspectos quantitativos favoráveis e algumas características emancipatórias, pois, fornecem o atendimento às necessidades básicas, as quais poderão dar início a processos que conduzam à geração de autonomia dos seus beneficiários.

**QUADRO 2 – Síntese dos resultados das características dos programas**

<b>PROGRAMA</b>	<b>PARÂMETROS</b>	<b>RESULTADO</b>
PROUNI	Educação, trabalho e renda.	Cria possibilidades de trabalho qualificado e renda correspondente.
BPC	Renda.	Transferência de renda que compensa a situação de limitação de renda e de capacidades. Não prevê ações de inclusão social.
PBF	Educação, trabalho e renda.	Transferência condicionada de renda que repara os danos materiais causados pela pobreza. As condicionalidades e os programas complementares têm por objetivo reforçar o acesso das famílias aos direitos sociais básicos de saúde e educação, comprometendo o poder público com a sua oferta.

Fonte: Dados da pesquisa.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa tentou analisar os programas sociais mais abrangentes em execução no Brasil no contexto histórico da sociedade capitalista. Assim, foram apresentados aspectos relevantes da trajetória histórica destes programas e a inserção destes agentes no sistema de proteção social, que se evidenciou com ações mais incisivas a partir da década de 1930. E com a Constituição

Federal de 1988, foram fortalecidas com ações de combate à pobreza por meio de uma nova atuação do Estado na garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

A pobreza é um desafio tanto para o conhecimento, pois seu estudo pode fornecer subsídios para o processo de decisão, quanto para o seu enfrentamento através de políticas públicas, que representam a materialização dos objetivos de redução da escassez. A partir de uma visão multidimensional, reconheceu-se que a pobreza não deve ser vista apenas como ausência de renda, mas também como ausência nos processos de participação e de capacidades que contribuem para a exclusão e impedem a garantia de direitos dos sujeitos.

A falta de oportunidade, a escassez de recursos financeiros e a falta de acesso à educação geram uma situação de desfavorecimento para o indivíduo pobre, no sentido de que estas situações passam a reger suas vidas e impedem o exercício da liberdade de escolha e projeção de alternativas de longo prazo. Isto porque, diante da carência de recursos, os indivíduos priorizam as necessidades imediatas de subsistência.

A pretensão deste estudo foi buscar respostas aos questionamentos iniciais, ou seja, se as políticas sociais atuais, representadas pelo Programa Universidade para Todos, pelo Benefício de Prestação Continuada e pelo Programa Bolsa Família, contribuem nos processos de emancipação dos indivíduos. Observou-se que os objetivos dos programas sociais analisados têm se limitado ao atendimento de suas necessidades essenciais, exceto o Prouni, produzindo algumas mudanças no que diz respeito às suas relações sociais e autoestima, o que não é desprezível. Quanto ao BPC e ao PBF, pouco produziram impactos mais significativos na vida das famílias, das crianças e adolescentes, no sistema educacional, e na geração de trabalho e renda.

Apesar de apresentarem resultados quantitativos positivos, os programas sociais analisados não dão suporte para a situação melhorada, pois não estão alinhados com ações integradas de melhoria das condições de vida dos atendidos. Por conta disso, são vistos como amenizadores da situação de pobreza e mantêm a dependência dos indivíduos em relação a estes programas.

A participação individual em cenários, que abrangem as relações sociais necessita ser estimulada para muito além do cumprimento das condicionalidades, rompendo com a falta de participação política e privilegiando relações horizontais nas quais se estabelecem parcerias e indivíduos assumem, juntos, compromissos e responsabilidades compartilhadas. Assim, acredita-se na construção da autonomia e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades que propiciem o desenvolvimento humano, superando a pobreza e conquistando a ampliação da consciência cidadã.

Ressalta-se ainda que a emancipação humana é uma possibilidade real e não um desejo utópico, sendo suas bases encontradas nas ações concretas do próprio sujeito social. A execução dos programas sociais analisados neste estudo tem apresentado aspectos positivos, no entanto, ainda são insuficientes devido ao alto nível de pobreza. Entretanto representam avanços significativos, mostrados lentamente, pois toda transformação envolve uma sucessão de ações integradas. Assim, a emancipação humana, numa perspectiva mais ampla, para grande parte da população, ainda está sendo, compassadamente, concretizada.

O alinhamento de ações integradas focalizadas com as políticas de redução da pobreza pode se tornar um fator impulsionador para a criação de oportunidades mais decisivas para o processo emancipatório dos indivíduos. Todas as políticas devem estabelecer uma conexão sólida

com ações vinculadas à educação, cidadania e cultura, ampliando a participação dos agentes sociais, no processo de desenvolvimento da sociedade, por meio do trabalho digno e de manifestações afirmativas.

### **REFERÊNCIAS**

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004** (Bolsa Família). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos**. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>> Acesso em: 20 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique et al. **Política Social e Combate à Pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm)>. Acesso em: 20 mai. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **PIB per capita do Brasil**. [S.l.]: Ipeadata, 2009. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 20 maio 2010.

MARTINS, S. P. **Direito da Seguridade Social**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, K. **A questão judaica**. [S.l.: Responsável pela publicação, [20--?]]. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2010

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (Pnad). Brasília, DF: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M.<sup>a</sup> O. da S. e; YASZBEK, M.<sup>a</sup> C.; GIOVANNI, G. di. **A Política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

4

## Certificação ISO 14001

*Uma adequação das  
empresas brasileiras  
às normas ambientais de  
competitividade internacional*



*Kaiza Correia da Silva Oliveira  
Aline Conceição Souza*

O meio ambiente, interagindo com as atividades humanas, exerce a função de supridor de recursos necessários à sobrevivência. Neste contexto, as agressões realizadas ao meio ambiente pelas atitudes humanas individuais ou empresariais tornaram-se uma preocupação constante para a sociedade, principalmente por acarretar ameaças à vida.

Cabe ressaltar que, com a intensificação da industrialização e explosão demográfica, as cidades passaram a ser atrativas, pois os indivíduos migravam na perspectiva de melhoria nas condições econômicas e na qualidade de vida. Assim, a formação das cidades apresenta-se como um cenário importante para o processo de mudanças sociais e ambientais. No entanto, essa interação do homem com o meio resultou em drásticas mudanças no ecossistema global. Mudanças oriundas tanto da utilização acelerada de recursos naturais exauríveis nos processos produtivos, como da geração de poluição que degrada a qualidade ambiental.

Até o início do século XX, o meio ambiente não ocupava posição de destaque em meio às agendas de pesquisa e discussão de interesse internacional. Foi só a partir de meados do século XX — quando se evidenciou que o modo capitalista industrial de produção e acumulação impactava negativamente sobre as relações socioambientais, e o meio ambiente não poderia suportar por mais tanto tempo o modelo de produção vigente, que os problemas ambientais passaram a ser amplamente discutidos em diversos eventos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), onde são firmados importantes acordos internacionais (WORLD WIDE FUND FOR NATURE – BRASIL, 2008).

Nesse quadro, intensificou-se o movimento ambiental em prol da necessidade de se pensar desenvolvimento econômico, envolvendo a utilização sustentável dos recursos naturais, dando origem, anos mais tarde, ao conceito de desenvolvimento sustentável, que surge, então, como uma proposta de desenvolvimento que busca satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

A percepção dos impactos decorrentes do desenvolvimento industrial serviu então para fortalecer a consciência social e a relação das questões ambientais com o desenvolvimento econômico, o que se traduziu em transformações nas demandas da sociedade. Os consumidores passaram a ter uma maior consciência ambiental e a optarem pelo consumo de produtos que gerem, assim, menor impacto sobre o meio ambiente.

Nessa conjuntura, as empresas viram-se obrigadas a se adaptarem para suprir as novas demandas de mercado e os novos valores de seus consumidores como forma de se manterem competitivas no mercado. O desempenho ambiental das empresas adquiriu importância no cenário comercial internacional e a variável ambiental passou a influenciar a tomada de decisões das organizações, que passaram a se preocupar em manter uma postura responsável quanto à questão ambiental internacionalizando padrões de qualidade ambiental.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2006, p. 9), “a incorporação da sustentabilidade representa uma mudança de conduta dos agentes econômicos e governamentais” (SEIFFERT, 2008, p. 11), tornando-se um requisito essencial para empresas que desejam escoar seus produtos em um contexto de mercado globalizado.

Assim, empresas líderes têm agido em torno dessa problemática, buscando estabelecer parâmetros de mercado que levem em conta a sustentabilidade ambiental de forma a fortalecer sua marca, explorar oportunidades e acumular vantagens competitivas em seus empreendimentos. Tais empresas são chamadas de *first movers* (ALMEIDA, 2007).

Essas empresas globais têm se adequadado às novas leis de mercado que já refletem as novas atitudes da sociedade em relação à necessidade de preservar o meio

ambiente. E caso não mantenham políticas e/ou práticas adequadas nas dimensões da sustentabilidade (social, econômica e ambiental), poderão sofrer retaliação por parte dos consumidores.

A certificação de qualidade ambiental ISO 14001, nesse panorama, tornou-se um requisito essencial para empresas que buscam seguir uma gestão ambiental eficaz em padrões globais, já que clientes, nacionais e estrangeiros, passaram a exigir que seus fornecedores possuam esse tipo de certificação. Essa exigência pode afetar a capacidade das empresas de vender seus produtos em mercados globais e nacionais.

Partindo dessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a evolução das empresas brasileiras do ponto de vista do comprometimento ambiental, através da certificação do ISO 14001, identificando os setores da economia brasileira que têm maior interesse em se tornar competitivos, investindo neste tipo de certificação. E tem como objetivos específicos: verificar a evolução da adequação das empresas brasileiras, via certificação ISO 14001, aos novos paradigmas ambientais como forma de alcançar competitividade no mercado; identificar o número de empresas certificadas pela norma ISO 14001 até setembro de 2010; averiguar quais e quantas empresas estão habilitadas a emitir esse tipo de certificação no Brasil pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); identificar em que região e estado se concentram o maior número de certificações.

Neste sentido, realizou-se um levantamento e uma análise de dados referentes à adoção da norma ISO 14001 por empresas no Brasil, com análise descritiva e comparativa, tendo como fontes: a base de dados do Inmetro, na seção Empresas Certificadas ISO 14001, até o período de setembro de 2010. E as seguintes variáveis de análise: Número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação,

válidas nesta data e emitidas dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC)<sup>1</sup> para empresas nacionais e estrangeiras; Número de Certificados válidos, emitidos dentro do SBAC para empresas nacionais por estado da Federação até setembro de 2010; Histórico dos certificados emitidos por ano dos últimos 10 anos; Histórico dos certificados concedidos, emitidos em escala mundial e por continente; Número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, agrupadas por Código NACE<sup>2</sup>, ou seja, agrupadas por atividade econômica ou área de atuação de acordo com a nomenclatura europeia; Número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, agrupadas por Código IAF, ou seja, por setores de atuação.

### **Certificação ambiental e a norma ISO 14001**

No contexto econômico, os consumidores passaram a se preocupar com as questões ambientais nos produtos consumidos e a adotar uma postura rígida voltada para a expectativa de interagir com organizações que sejam consideradas éticas, com boa imagem institucional no mercado, atuando de forma ecologicamente responsável (BIANCHI, 2009).

Nesse panorama, o tema das certificações ambientais tem obtido cada vez mais destaque no comércio externo, pois se apresenta como um requisito essencial para a competitividade (BIANCHI, 2009). Através dos

---

<sup>1</sup> SBAC é um sistema destinado ao desenvolvimento e coordenação das atividades de avaliação da conformidade no seu âmbito, cujo objetivo é pré-definir, acompanhar e avaliar de forma a propiciar adequado grau de confiança que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atenda a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos.

<sup>2</sup> Nomenclatura Estatística para Atividades Econômicas.

rótulos ou da certificação de sistema de gestão ambiental, o produtor do bem e/ou serviço pode informar ao seu consumidor e/ou usuários as características benéficas ao meio ambiente, presentes no produto ou serviço ofertado, diferenciando o seu produto no mercado, agregando valor, melhorando a imagem de sua empresa no exterior e tornando o produto muito mais competitivo.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas, apud Bianchi (2009, p. 184),

um rótulo ecológico é a certificação de produtos com qualidades ambientais, que atesta (através de uma marca colocada no produto ou na embalagem) que determinado produto, adequado ao uso, apresenta o menor impacto ambiental em relação a outros produtos comparáveis disponíveis no mercado.

Conseqüentemente, a adoção de rótulos, certificações ambientais, afeta completamente a competitividade dos produtos e das empresas no mercado, já que a sociedade passa cada vez mais a valorizar os produtos que recebem o rótulo de ecologicamente correto. Deste ângulo,

essa rotulação, essa marca de preocupação com o meio ambiente e de organização produtiva preocupada com o meio ambiente, é ainda, um aspecto importante a ser levado em conta por aquelas empresas que desejam alcançar os mercados externos. A marca da preservação ambiental, de gestão da produção preocupada com o meio ambiente é pré-requisito para aquelas empresas que exportam, ou querem exportar, pois se nacionalmente os consumidores começam cada vez mais a

atentar para esses aspectos, internacionalmente essa ideia do ‘ecologicamente correto’ está muito mais presente (PIS-SININ, 2003, p. 41).

As empresas têm tratado as certificações como uma questão estratégica, pois, através das certificações, aproveitam as oportunidades mercadológicas, melhoram a imagem institucional, renovam seu *portfólio* de produtos, aperfeiçoam seu relacionamento com autoridades públicas, comunidade e grupos ambientalistas ativistas, ganham maior facilidade para cumprir os padrões ambientais, ao mesmo tempo em que neutralizam as ameaças decorrentes de questões ambientais presentes e futuras, relacionadas ao protecionismo através das barreiras comerciais não tarifáveis, assegurando o acesso seguro aos mercados externos (BARBIERI, 2004).

O primeiro selo ecológico concebido no mundo foi na Holanda em 1972, servindo de base para a variedade de selos que surgiram posteriormente. Mas foi durante a ECO-92 que se propôs a criação, no âmbito da ISO, de um grupo para desenvolver estudos e trabalhar na elaboração de normas de gestão ambiental. A partir desse momento, as certificações e rótulos passaram a fazer parte das políticas ambientais de países em todo o mundo (BIANCHI, 2009).

Diante desta conjuntura, a elaboração e manutenção de sistemas de gerenciamento que conduzam à eficácia tem se tornado fator preponderante para o sucesso. Neste sentido, muitas empresas buscam alicerçar seus processos, baseando-se nas normas internacionais de padronização, denominadas de normas ISO (TARRENTO; JOAQUIM JÚNIOR, 2010).

As normas são constantemente criadas, modificadas e desenvolvidas pelos Estados e/ou pelas organizações governamentais por meio de acordos, ou consenso geral,

realizados pelos agentes envolvidos. Com as normas ambientais internacionais não é muito diferente. Segundo Almeida, apud Bianchi (2009, p. 89),

uma norma ambiental internacional é a tentativa de homogeneizar e padronizar conceitos, ordenar atividades e criar procedimentos que sejam reconhecidos internacionalmente por aqueles que estejam envolvidos em alguma atividade produtiva que gere impactos ambientais. O desenvolvimento desse tipo de norma responde às recentes exigências de um desenvolvimento sustentável da comunidade internacional, isto é, de acordo com as condições físicas e biológicas do planeta e com a sobrevivência condigna das gerações futuras.

Durante a ECO-92, propôs-se à ISO a criação de um grupo para elaborar normas ambientais. A ISO é uma organização internacional não governamental criada em 1947 cujo objetivo principal é criar normas para determinar padrões a serem seguidos internacionalmente. Esta organização é formada por entidades nacionais de padronização que podem ou não ter caráter governamental. Todavia, esses padrões não possuem caráter de obrigatoriedade, mas, diante da importância crescente da padronização dos mais variados setores no âmbito do comércio internacional, empresas do mundo todo estão adotando os padrões elaborados pela ISO, já que, nessa perspectiva de concorrência estabelecida no atual cenário econômico globalizado, a não adoção dessas normas poderia resultar em diversos prejuízos (BIANCHI, 2009).

Em razão disso, as normas ambientais, como as certificações, estão conduzindo a um processo de normatização tão grande que nações com consumidores de

perfil consciente estão transformando-as em formas de protecionismo e barreiras comerciais.

A adoção de normas que — através de selos, certificações — legitimem um produto como ecologicamente correto vem se destacando, já que o acesso ao mercado e ao lucro tem se tornado cada vez maior para empresas que não poluem, deixam de poluir ou o façam em menor. Nesse contexto, as normas ISO 14000 têm se destacado como uma resposta às exigências legais do mercado (SEIFFERT, 2008).

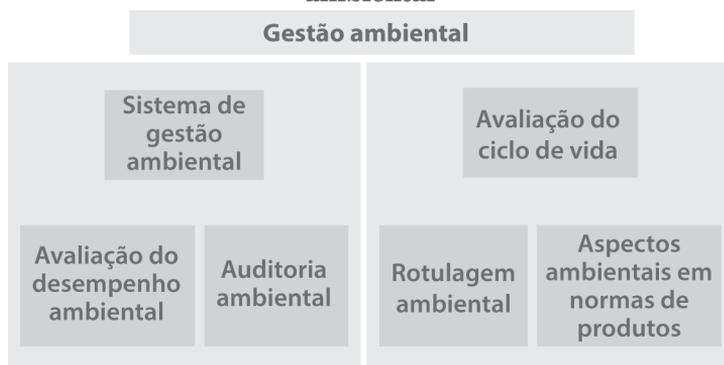
As normas ISO 14000 são constituídas por um grupo de normas que se agrupam em dois enfoques básicos: organização e produto. O enfoque organizacional subdivide-se em um Sistema de Gestão Ambiental no qual é realizada uma avaliação de desempenho ambiental através de auditorias. O enfoque no produto subdivide-se em: rotulagem ambiental (ISO 14020:1998; ISO 14021; ISO/TR 14025), certificando não o processo e sim linhas de produtos que podem apresentar características específicas; avaliação do ciclo de vida (ISO 14040; ISO 14041; ISO 14042; ISO 14043; ISO/CD 14048; ISO/TR 14049), que estabelece a sistemática da avaliação do ciclo de vida desde o que entra no processo produtivo até o descarte; e aspectos ambientais em normas de produtos (ISO/CD 14060), que visam orientar os elaboradores de normas de produtos (FIGURA 1).

Segundo Seiffert (2008), as normas ISO 14001 enquadram-se no grupo de normas com enfoque organizacional de Sistema de Gestão Ambiental (SGA):

Um SGA-14001 tem entre seus elementos integrantes uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e metas, o monitoramento e medição de sua eficácia, a correção de problemas associados à implantação do sistema, além de sua análise e revisão como

forma de aperfeiçoá-lo, melhorando dessa forma o desempenho ambiental geral (TIBOR; FELDMAN, apud SEIFFERT, 2008, p. 30).

**FIGURA 1 – A série ISO 14000: normas de gestão ambiental**



Fonte: Seiffert, 2008, p. 29.

Nesse sentido, através da Certificação ISO 14001, as empresas buscam um melhoramento contínuo de seus processos produtivos, para alcançar as metas e objetivos pré-estabelecidos.

A norma ISO 14001 orienta o gerenciamento das atividades e dos aspectos ambientais decorrentes de processos, produtos e serviços das organizações. Segundo Seiffert (2008, p. 32), suas características mais importantes são:

1. proatividade: seu foco é na ação e no pensamento proativo, em lugar de reação a comandos e políticas de controle do passado;
2. abrangência: envolve todos os membros da organização na proteção ambiental, levando em conta os *stakeholders* e *stokholders* (clientes).

Ao contrário de diversas outras normas que se preocupam apenas em satisfazer seus clientes, visando à melhoria da confiabilidade, a norma ISO 14001 abrange não só a satisfação de seus clientes, mas também a comunidade vizinha (sociedade), com ações retaliadoras contra os fornecedores que possam causar impacto ambiental. Assim, a norma ISO 14001 busca garantir que as empresas, certificadas com este selo tenham instalado um sistema de gestão que considera a melhoria contínua do meio ambiente diretiva básica (ROBERTO JÚNIOR; VITERBO JUNIOR, 1998).

A norma ISO 14001 é flexível, uma vez que não estabelece padrões de desempenho ambiental, exigindo apenas que a organização cumpra os padrões de desempenho ambiental mínimo local. Assim, o nível de dificuldade para obtenção da Certificação ISO 14001 vai depender do nível de restrições ambientais existentes na legislação ambiental local (cidade, estado, região ou país) em que a empresa está instalada (SEIFFERT, 2008).

Nesse nexo, o SGA-14001 tem desempenhado um papel estratégico para as empresas, já que as mesmas estão cada vez mais expostas a cobranças de posturas mais ativas com relação à responsabilidade por seus processos industriais, resíduos e efluentes produzidos e descartados, assim como com o desempenho de seus produtos e serviços em relação à abordagem do ciclo de vida, pois, atualmente, já não é mais suficiente analisar apenas o processo produtivo, mas toda a trajetória do produto, desde a matéria-prima até o descarte (SEIFFERT, 2008).

Assim, preocupadas com sua imagem, principalmente diante de seus clientes ou possíveis clientes, as empresas têm buscado, através das Certificações ISO 14001, demonstrar aos consumidores que seus produtos apresentam um ciclo produtivo sustentável, na tentativa de desmistificar a imagem perante a sociedade de que suas ações só originam externalidades negativas para o meio ambiente.

Para obter a Certificação ISO 14001, a empresa necessita seguir alguns passos. Em primeiro lugar, precisa adquirir a norma técnica que contém as diretrizes a serem seguidas para obter a certificação. As normas ISO 14001 custam, em média, R\$ 318,00 e estão disponíveis em uma brochura impressa ou em formato digital, disponível no *site* da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Após adquirir as normas, a empresa precisa implantar um sistema de gestão que atenda aos seus requisitos. Normalmente, as regras para a certificação indicam o que é preciso fazer na organização, não a maneira de pôr em prática. Para isso, a presença de um consultor é fundamental, pois sua contratação pode acelerar o processo de implantação. É possível encontrar bons profissionais dessa área por, em média, R\$ 80,00 a hora.

Após a adequação aos requisitos, a empresa precisa contratar um organismo certificador para atestar se ela realmente age em conformidade com as normas. O Inmetro disponibiliza uma lista com 19 nomes de organismos certificadores credenciados pelo órgão. A auditoria checa *in loco* tudo aquilo que a empresa diz ter realizado e/ou realiza. Os valores cobrados pelas certificadoras variam conforme o ramo de atuação e o tamanho da organização.

### **A certificação ISO 14001 nas empresas brasileiras**

Durante décadas, os custos ambientais não eram assumidos pelos produtores, e muitos ainda não internalizam tais custos. Estes recaem sobre a comunidade que tem de suportar a degradação e a diminuição da qualidade de vida. No entanto, essa perspectiva tem mudado, as empresas estão cada vez mais preocupadas com a qualidade ambiental e, por isso, têm adotado estratégias que minimizem os efeitos negativos originados de seus sistemas produtivos.

Estas empresas têm utilizado a certificação ambiental como forma de prevenção contra possíveis restrições de acesso às exportações por fatores ambientais. Nesse contexto, visando à melhoria contínua dos processos e do próprio sistema, destaca-se a Certificação ISO 14001, que rotula o produto ou serviço como ambientalmente correto segundo rotinas, procedimentos uniformizados e um padrão válido internacionalmente que reforça o atendimento integral da legislação.

Como ratificação, observam-se, na TABELA 1, os dados sobre o número de certificações ISO 14001, adquirido em todo o mundo, dividido por continente. Como observado, até dezembro de 2006 (10 anos após a emissão da primeira certificação concedida no mundo), foram concedidas 130.042 certificações ISO 14001. Cabe ressaltar que, em 2006, o continente asiático caracterizou-se como o continente que possuía o maior número de certificações ISO 14001 concedidas, com 44,56% do total. Por sua vez o continente europeu aparece em segundo lugar com expressivos 43,70% do total de certificações.

O Brasil representa pouco mais de 1% do número de certificações globais, no entanto, analisando a América do Sul, onde estão localizados os grandes parceiros comerciais brasileiros (países membros do Mercosul), é possível perceber que o Brasil é responsável por 39% do número de certificações adquiridas nesse continente, o que denota que o Brasil, apesar dos números irrisórios mundialmente, destaca-se entre seus vizinhos e parceiros comerciais na busca por conformidade rumo ao desenvolvimento sustentável (TABELA 1).

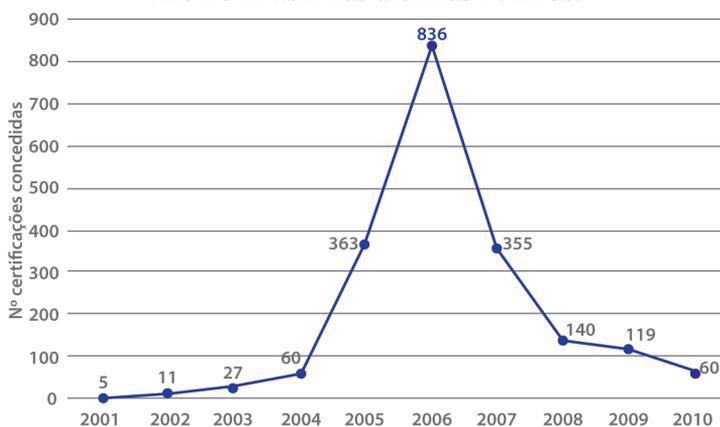
O GRÁFICO 1 demonstra o quadro evolutivo dos certificados emitidos no Brasil, em conformidade com o Inmetro, nos últimos 10 anos. Apesar de o primeiro certificado ter sido emitido em 1996, foi, apenas, em 2001, que o número de certificações começou a evoluir;

**TABELA 1 – Número de certificações ISO 14001 emitidas por continente até dezembro de 2006**

CONTINENTE	TOTAL DE CERTIFICADOS	%
América Central	109	0,08
África	1.098	0,84
América do Sul	4.246	3,27
América do Norte	7.673	5,90
Ásia	57.945	44,56
Europa	56.825	43,70
Oceania	2.146	1,65
<b>Total</b>	<b>130.042</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

**GRÁFICO 1 – Histórico dos certificados emitidos por ano no Brasil nos últimos 10 anos.**

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

atingindo seu máximo em 2006, com 836 certificações ISO 14001 concedidas. Esse máximo, em 2006, pode ser decorrente do fato de que, nesse ano, o Brasil também atingiu seu maior superávit na Balança Comercial (US\$ 46.457 bilhões). Naquele momento, a economia mundial também estava aquecida, crescendo na casa dos 5% a.a. Após 2006, esse número começou a declinar, atingindo o mínimo de 60 certificações no terceiro trimestre de 2010, o que pode ser explicado pelo processo de recessão que as economias mundiais sofreram devido, sobretudo, à crise econômica que atingiu os Estados Unidos da América (EUA) no último trimestre de 2007.

Essas estatísticas demonstram que, apesar da tendência positiva da sociedade para aquisição de bens e serviços certificados com a ISO 14001 em todo o mundo, o Brasil apresenta uma tendência negativa no número de criações, demonstrando que a Certificação ISO 14001 pode não estar sendo usada pelo setor produtivo brasileiro como estratégia para alcançar novos espaços no comércio internacional e/ou adequação aos novos parâmetros internacionais de produção ambientalmente saudáveis.

Essa tendência pode ser explicada pelo fato de que a gestão de um SGA, com base na norma NBR ISO 14001, é burocrática. Como a Certificação ISO 14001 é concedida a empresas que tiveram seu ciclo produtivo analisado desde a utilização de matérias-primas até o descarte, a empresa é obrigada a seguir passos como: a) planejar: políticas ambientais, impactos ambientais e metas ambientais; b) executar: atividades ambientais e documentação ambiental; c) verificar: auditorias ambientais e avaliação de desempenho ambiental; e d) agir: treinamento ambiental e comunicação ambiental, o que acaba acarretando um processo demorado e oneroso. Cabe salientar que também existem dificuldades relacionadas à resistência dos colaboradores com os processos

de auditoria interna e externa; aumento de custos, de um modo geral, para a empresa; e dificuldade de cumprimento de alguns requisitos da norma, em função de constantes mudanças na legislação, o que agrava ainda mais o processo.

Na TABELA 2, encontra-se disposta a relação entre o número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação ISO 14001, emitida e válida dentro do SBAC, para empresas nacionais, classificada por Estado da Federação até setembro de 2010 no território brasileiro. No Brasil, segundo o Inmetro, já foram emitidas 1.326 certificações ISO 14001. Cabe ressaltar que o estado de São Paulo é o líder no número de certificações concedidas com expressivos 45,6% do total. Do ano de 2006 a setembro de 2010, foram emitidas 605 certificações ISO 14001 para unidades de negócios no estado de São Paulo. Isto pode ser explicado pelo fato de que o estado de São Paulo é o maior centro econômico e produtivo brasileiro, além de ser o estado com maior número de unidades de negócios com atividades exportadoras (9.830 unidades); assim, com a finalidade de ter de atender a exigências ambientais internacionais, esse estado apresentou o maior número de certificações concedidas. Em seguida, estão os estados do Rio de Janeiro (8,9%) e Paraná (8,4%) que, assim como o estado de São Paulo, são regiões com atividade exportadora de grande relevância, como pode ser demonstrado na TABELA 2.

No entanto, as certificações concedidas no Brasil, em conformidade com as normas do INMETRO, têm duração de dois anos. Após esse período, as mesmas precisam ser renovadas. Assim, o número de certificações concedidas por estado difere do número de certificações válidas no presente momento. Fato que pode ser atribuído ao custo elevado do sistema de monitoramento, no qual os gastos com a certificação variam de acordo com

**TABELA 2 – Relação entre o número de certificações ISO 14001 concedidas e válidas por unidade da federação até setembro de 2010**

<b>Estado</b>	<b>Nº certificações emitidas (A)</b>	<b>% (A)</b>	<b>Nº certificações válidas (B)</b>	<b>% (B)</b>	<b>Relação entre emitidas e válidas (B/A)*100</b>
Alagoas	8	0,6	1	0,31	12,5
Amapá	6	0,45	-	-	-
Amazonas	41	3,09	7	2,14	17,07
Bahia	84	6,33	16	4,89	19,05
Ceará	12	0,9	3	0,92	25
Distrito Federal	4	0,30	-	-	-
Espírito Santo	20	1,51	1	0,31	5
Goiás	11	0,83	8	2,45	72,73
Maranhão	2	0,15	1	0,31	50
Mato Grosso	8	0,6	2	0,61	25
Mato Grosso do Sul	2	0,15	1	0,31	50
Minas Gerais	102	7,69	15	4,59	14,71
Pará	13	0,98	1	0,31	7,69

*continua...*

*conclusão.*

Estado	Nº certificações emitidas (A)	%(A)	Nº certificações válidas (B)	%(B)	Relação entre emitidas e válidas (B/A)*100
Paraíba	6	0,45	-	-	-
Paraná	112	8,45	44	13,46	39,29
Pernambuco	20	1,51	2	0,61	10
Piauí	1	0,08	1	0,31	100
Rio de Janeiro	118	8,90	12	3,67	10,17
Rio Grande do Norte	7	0,53	2	0,61	28,57
Rio Grande do Sul	72	5,43	12	3,67	16,67
Roraima	1	0,08	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-
Santa Catarina	70	5,28	18	5,50	25,71
São Paulo	605	45,63	179	54,74	29,59
Tocantins	1	0,08	1	0,31	100
<b>Total</b>	<b>1.326</b>	<b>100</b>	<b>327</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Immetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

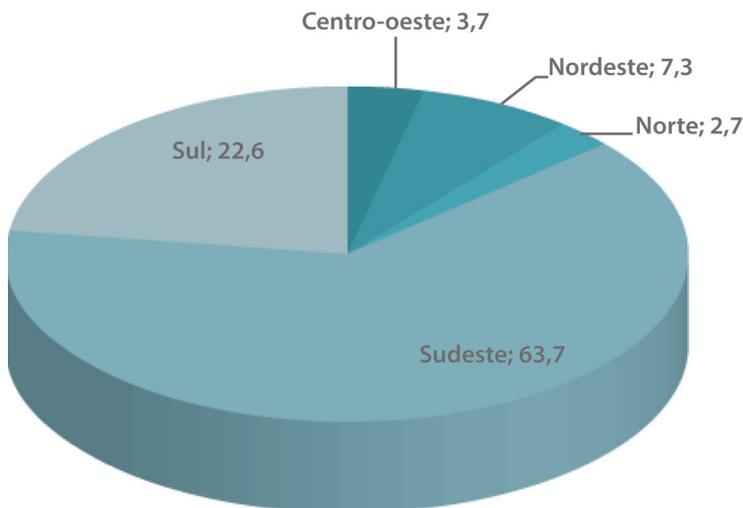
a dimensão da empresa, a sua complexidade e o tipo de sistema implementado. E quando existem custos relacionados ao nível da implementação, manutenção do sistema (definição do sistema, formação, manutenção do programa, monitorização, eventual pessoal adicional), certificação e auditorias, que podem variar entre R\$ 100 mil e R\$ 300 mil, a depender do tamanho da empresa, várias empresas deixam de renovar suas certificações.

Dessa forma, como pode ser demonstrado na TABELA 2, o número de certificações válidas até setembro de 2010 é bem inferior ao número total de certificações concedidas para todo o Brasil. O estado de São Paulo, por exemplo, mantém como certificações ISO 14001 válidas, apenas 29,6% das certificações já concedidas ao mesmo, ou seja, 179 certificações. Estados como Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que outrora possuíram elevados números de certificação, atualmente possuem, respectivamente, apenas 14,7%, 39,3% e 10,2% das suas certificações ISO 14001 como válidas. E estados como Roraima, Acre, Distrito Federal, Amazonas, Amapá, que já obtiveram certificações no passado, até setembro de 2010, já não mais possuíam certificação ISO 14001 válida (TABELA 2).

O GRÁFICO 2 demonstra o percentual de certificações ISO 14001 válidas por região em setembro de 2010 no Brasil, em conformidade com o Inmetro. A região Sudeste é a que apresenta o maior número de certificações válidas, 63,7%, ou seja, 209 certificações. Em segundo lugar, está a região Sul, com cerca de 22,6%. A região Norte é a que apresenta o menor número de certificações, apenas 2,7% do total. É possível perceber que a ordem do número de certificações ISO 14001, concedidas e válidas por região, obedece ao critério de importância econômica das regiões brasileiras.

A TABELA 3 demonstra o número de certificações ISO 14001 concedidas e válidas, bem como a relação

**GRÁFICO2 – Percentual de certificações ISO14001 válidas por região em setembro de 2010**



Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Solva Oliveira e Aline Conceição Souza.

entre as certificações concedidas e válidas para cada Código NACE, ou seja, agrupadas por atividade econômica ou área de atuação de acordo com a nomenclatura europeia. Conforme pode ser observado na TABELA 3, o segmento Indústria de Transformação – Metais de Base e Produtos Metálicos — é líder no número de obtenção de certificações ISO 14001 no Brasil, representando 14,6% deste montante., seguido pelo segmento Indústria de Transformação – Química de Base, Produtos Químicos, e Fibras Sintéticas e Artificiais —, com 11,4%, e pelo setor de Transporte, Armazenagens e Telecomunicação, com 11%.

Dos 29 códigos NACE abrangidos pela pesquisa, 31%, ou seja, 9 segmentos apresentaram possuir menos de 1% do número de certificações concedidas por Código NACE. O segmento Agricultura, Pecuária,

Caça, Silvicultura, que engloba atividades econômicas de grande relevância para a Balança Comercial brasileira, apresentou um desempenho muito baixo no número de certificações ISO 14001, com apenas 1,5% do total, ou seja, 22 certificações ISO 14001.

Cabe ressaltar que o segmento Indústria de Transformação – Metais de Base e Produtos Metálicos – é o líder tanto no número de obtenção de certificações como na quantidade de certificações ISO 14001, válidas no Brasil até setembro de 2010. No entanto, das 220 certificações já concedidas para esse segmento, apenas 31,4% continuam válidas, ou seja, apenas 69 empresas desse segmento demonstraram possuir certificação ISO 14001, em setembro de 2010.

Considerando números relativos, o segmento Indústria de Transformação – Artigos de Borracha e de Plástico – foi o que mais conseguiu manter suas certificações válidas até setembro de 2010, já o segmento Atividades Imobiliárias; Locações e Prestação de Serviços teve uma redução relevante no número de certificações válidas, conseguindo manter apenas 16,8% das 143 já concedidas. O segmento Indústria de Transformação – Produtos Alimentícios, Alimentos, Bebidas e Fumo – conseguiu manter 55,6%, ou seja, 55 das 99 certificações ISO 14001 já concedidas a este segmento. A TABELA 3 ainda demonstra, através da categoria Outros, os 19 códigos restantes, que juntos correspondem a 28,4% das certificações emitidas e a 23,9% das certificações válidas.

A TABELA 4 demonstra o número de certificações ISO 14001 concedidas, válidas e a relação entre as certificações concedidas e válidas até setembro de 2010 para cada Código IAF, ou seja, agrupadas por setor de atuação de acordo com a nomenclatura europeia. O segmento Metais Básicos e Produtos Metálicos fabricados foi o líder no número de certificações ISO 14001 concedidas, com 220

**TABELA 3 – Relação entre o número de certificações ISO 14001 concedidas e válidas por Código NACE até setembro de 2010**

	<b>Código NACE</b>	<b>Nº certificações emitidas (A)</b>	<b>(%) certificações válidas (B)</b>	<b>Nº certificações válidas (B)</b>	<b>(%)</b>	<b>Relação entre emitidas e válidas (B/A)*100</b>
<b>DJ</b>	Indústria de Transformação – Metais de Base e Produtos Metálicos.	220	14,6	69	17,1	31,4
<b>DG</b>	Indústria de Transformação – Química de Base, Produtos Químicos, e Fibras Sintéticas e Artificiais.	172	11,4	40	9,9	23,3
<b>I</b>	Transporte, Armazenagens e Telecomunicação.	166	11,0	44	10,9	26,5
<b>K</b>	Atividades Imobiliárias, Locações e Prestação de Serviços.	143	9,5	24	6,0	16,8
<b>DM</b>	Indústria de Transformação – Equipamentos de Transporte	103	6,8	45	11,2	43,7
<b>E</b>	Suprimento de Energia Elétrica, Gás e Água.	100	6,6	-	-	-

*continua...*

Código NACE	Nº certificações emitidas (A)	Nº certificações válidas (B)	conclusão	
			Relação entre emitidas e válidas (B/A)*100	
<b>DA</b>	99	55	55,6	
Indústria de Transformação – Produtos Alimentícios, Alimentos, Bebidas e Fumo. Indústria de Transformação.				
<b>DH</b>	31	23	74,2	
– Artigos de Borracha e de Plástico.				
<b>DF</b>	23	4	17,4	
Indústria de Transformação – Coque, Refinados de Petróleo e Combustível Nuclear.				
<b>A</b>	22	3	13,6	
Agricultura, Pecuária, Caça e Silvicultura.				
- Outros.	431	96	22,3	
<b>Total</b>	<b>1.510</b>	<b>403</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

**TABELA 4 – Relação entre o número de certificações concedidas e válidas até setembro de 2010, agrupadas por Código IAF**

	Código IAF	Nº certificações emitidas (C)	(%) certificações válidas (D)	Nº certificações válidas (D)	(%)	Relação entre emitidas e válidas (D/C)*100
<b>17</b>	Metais Básicos e Produtos Metálicos Fabricados.	220	14,25	69	17,1	31,4
<b>31</b>	Transporte, Armazenagem e Comunicação.	166	10,75	44	10,9	26,5
<b>12</b>	Química, Produtos Químicos e Fibras.	157	10,17	38	9,4	24,2
<b>3</b>	Alimentos, Bebidas e Fumo.	99	6,41	55	13,6	55,6
<b>22</b>	Outros Equipamentos de Transporte.	98	6,35	41	10,2	41,8
<b>19</b>	Equipamentos Óticos e Elétricos.	87	5,63	15	3,7	17,2
<b>25</b>	Suprimento de Energia Elétrica.	87	5,63	-	-	-
<b>1</b>	Agricultura, Pesca.	24	1,55	3	0,7	12,5
<b>10</b>	Fabricação de Coque e Produtos Refinados de Petróleo.	22	1,42	4	1,0	18,2
-	Outros.	548	37,84	134	33,4	22,9
<b>Total</b>		<b>1.544</b>	<b>100</b>	<b>403</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

certificações. Todavia, o número de certificações válidas corresponde a apenas 31,4% desse número. Em segundo lugar, encontra-se o segmento Armazenagem e Comunicação, com 166 certificações concedidas pelo INMETRO, mas apenas 26,5% dessas permanecem válidas. Vale ressaltar que segmentos dos ramos de Editoras e Construção Naval nunca obtiveram certificação ISO 14001.

Dos 39 códigos IAF abrangidos pela pesquisa, 72% dos setores conseguiram manter parte de suas certificações válidas, e 28% (11 segmentos) não apresentaram certificações ISO 14001 válidas. Destes, 5% nunca possuíram este tipo de certificação. A categoria Outros representa os outros 30 códigos IAF.

A TABELA 5 demonstra o número de unidades de negócios brasileiras que apresentaram atividade exportadora, no ano de 2009, clasificado por estado da federação. Cabe ressaltar que o setor externo é um setor altamente importante para as economias que buscam dinamizar seus mercados, pois, além de gerar superávits na balança comercial, contribuindo para um melhor desempenho do Balanço de Pagamentos, as atividades exportadoras contribuem de modo efetivo para geração de emprego e renda. Todavia, cabe ressaltar ainda que a certificação ISO 14001 tornou-se uma barreira não tarifária às empresas que buscam estender seu mercado ao setor externo. Nesse sentido, buscou-se averiguar o número de empresas que possuem atividades exportadoras por estado da federação com Certificação ISO 14001.

O estado de São Paulo lidera o *ranking* dos estados com maior número de empresas com atividades ligadas ao setor externo, atingindo 43,9% de unidades de negócios com atividades exportadoras, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 11,7%, e Paraná, com 8,9%. Acre e Amapá possuem os números menos expressivos, com menos de 1% das unidades (TABELA 5).

**TABELA 5 – Número de unidades de negócios brasileiras com atividade exportadora e com Certificação ISO 14001 até setembro de 2010**

<b>Estado</b>	<b>Nº empresas exportadoras (E)</b>	<b>% (E)</b>	<b>Nº de empresas com ISO que exportam (F)</b>	<b>%(F)</b>	<b>Relação entre (F/E)*100</b>
Acre	19	0,08	-	-	-
Alagoas	43	0,19	-	-	-
Amapá	13	0,06	-	-	-
Amazonas	187	0,84	3	2,29	1,60
Bahia	480	2,14	5	3,82	1,04
Ceará	344	1,54	-	-	-
Distrito Federal	94	0,42	-	-	-
Espirito Santo	522	2,33	-	-	-
Goiás	248	1,11	2	1,53	0,81
Maranhão	70	0,31	-	-	-
Mato Grosso	411	1,84	1	0,76	0,24
Mato Grosso do Sul	175	0,78	-	-	-
Minas Gerais	1.664	7,43	6	4,58	0,36
Pará	362	1,62	-	-	-
Paraná	70	0,31	-	-	-

*continua...*

*conclusão.*

Estado	Nº empresas exportadoras (E)	% (E)	Nº de empresas com ISO que exportam (F)	%(F)	Relação entre (F/E)*100
Paraná	1.985	8,86	12	9,16	0,60
Pernambuco	253	1,13	1	0,76	0,40
Piauí	42	0,19	1	0,76	2,38
Rio de Janeiro	1.208	5,39	5	3,82	0,41
Rio Grande do Norte	108	0,48	-	-	-
Rio Grande do Sul	2.632	11,75	5	3,82	0,19
Rondônia	92	0,41	-	-	-
Roraima	30	0,13	-	-	-
Santa Catarina	1.458	6,51	8	6,11	0,55
São Paulo	9.830	43,90	82	62,60	0,83
Sergipe	21	0,09	-	-	-
Tocantins	32	0,14	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>22.393</b>	<b>100</b>	<b>131</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: Inmetro, 2010; MDIC, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

Dos 26 estados federados mais o Distrito Federal, 44% possuem empresas que apresentam, simultaneamente, atividades exportadoras e Certificação ISO 14001. Dentre esses estados, São Paulo lidera em números absolutos, ou seja, das 9.830 empresas exportadoras, 0,8 % possuem certificação (82 unidades). Em segundo lugar, aparece o Paraná, com 0,6% (12 unidades). No entanto, se apresentados em números relativos, esse panorama altera-se completamente. O Piauí lidera com 2,4%, seguido pelo Amazonas (1,6%) e pela Bahia (1%).

A TABELA 6 traz informações sobre o número de unidades de negócios que possuem certificação válida ISO 14001, por unidade de federação brasileira, e apresentam atividade exportadora até setembro de 2010.

São Paulo é o estado que possui o maior número de unidades de negócios que possuem Certificação ISO 14001 e exportam. Das 179 certificações ISO 14001 do estado, 45,8% foram adquiridas por empresas que possuem atividades exportadoras. Em segundo lugar, está o estado do Paraná, das 44 certificações adquiridas, 27,3% foram por empresas exportadoras (TABELA 6). Cabe ressaltar que 38% dos estados ou 60% das empresas possuem certificações ISO 14001, mas não possuem atividades exportadoras.

No GRÁFICO 3, estão dispostos os dados relativos ao percentual de empresas que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, agrupados por setor de atividade no Brasil. Cabe ressaltar que as empresas do setor Secundário, ou seja, Indústria, foram as que mais adquiriram Certificação ISO 14001. Sozinho, esse setor é responsável por cerca de 75% das certificações concedidas pelo INMETRO no Brasil, no período analisado. Em segundo lugar, está o setor Terciário, ou ainda, de Serviços, com 24%, e por último, o setor Primário, com 1% apenas.

Analisando os setores individualmente, a começar pelo primário, pode-se observar que este 1% de certificações,

**TABELA 6 – Número de Unidades de Negócios que possuem certificação válida ISO 14001 por unidade de federação brasileira e apresentam atividade exportadora até setembro de 2010**

<b>Estado</b>	<b>Nº empre- sas exporta- doras (G)</b>	<b>Nº de em- presas com ISO (H)</b>	<b>Relação entre (G/H)*100</b>
Acre	19	-	-
Alagoas	43	1	2,33
Amapá	13	-	-
Amazonas	187	7	3,74
Bahia	480	16	3,33
Ceará	344	3	0,87
Distrito Federal	94	-	-
Espírito Santo	522	1	0,19
Goiás	248	8	3,23
Maranhão	70	1	1,43
Mato Grosso	411	2	0,49
Mato Grosso do Sul	175	1	0,57
Minas Gerais	1.664	15	0,90
Pará	362	1	0,28
Paraíba	70	-	-
Paraná	1.985	44	2,22
Pernambuco	253	2	0,79
Piauí	42	1	2,38
Rio de Janeiro	1.208	12	0,99
Rio Grande do Norte	108	2	1,85
Rio Grande do Sul	2.632	12	0,46
Rondônia	92	-	-
Roraima	30	-	-
Santa Catarina	1.458	18	1,23
São Paulo	9.830	179	1,82
Sergipe	21	-	-
Tocantins	32	1	3,13
<b>Total</b>	<b>22.393</b>	<b>327</b>	<b>-</b>

Fonte: MDIC, 2010; Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

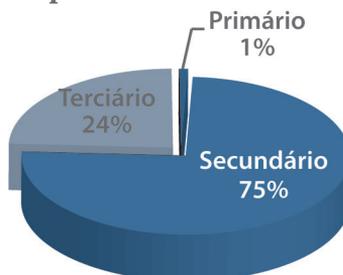
concedidas e válidas até setembro de 2010, subdivide-se entre apenas dois subsetores: Silvicultura e Exploração Florestal, com 66%, e Agricultura, Produção Animal, Caça e Atividades dos Serviços Relacionados, com 34%. Outro fator

relevante demonstrado pela pesquisa foi que apenas 33% dessas empresas possuem atividades voltadas para o setor externo, ou seja, apenas uma empresa do setor primário que possui atividade exportadora também tem Certificação ISO 14001 (GRÁFICO 4).

Analisando o setor secundário, responsável pela maior demanda de Certificações ISO 14001 no Brasil, foi possível perceber através da pesquisa que as empresas atuantes na área de Indústria de Transformação — Metais de Base e Produtos Metálicos — e Indústria de Transformação – Alimentos, Bebidas e Fumo são as mais expressivas no que diz respeito à adequação da Certificação ISO 14001, correspondendo a cerca de 23% e 19%, respectivamente. Cabe ressaltar que a Indústria de Transformação dos setores: Madeira, Cortiça e seus Produtos; Outras; Têxteis e Indústria Extrativista (exceto Produtos Energéticos) possuem números aquém dos desejados; reunidas, essas áreas são responsáveis por apenas 4% das certificações do setor (TABELA 7).

Por fim, analisando o setor terciário, ou de serviços, foi possível notar que as empresas dos ramos de Transporte, Armazenagens e Telecomunicações são as mais expressivas, pois são responsáveis por 45,8% das certificações do setor, sendo que 6,8% dessas certificações são adquiridas por empresas que possuem atividade exportadora. Em seguida, está o setor de Atividades Imobiliárias, Locações e Prestação de Serviços, com 25% das certificações, sendo que 4,2% destas foram adquiridas por empresas que possuem atividades ligadas ao setor externo. No entanto, cabe ressaltar que, apesar do ramo de Comércio; Concertos de Veículos Auto; Bens Pessoais e Domésticos estar ocupando o terceiro lugar no número de certificações ISO 14001 adquiridas, ele ocupa o primeiro lugar no que se refere ao número de unidades de negócios com atividades exportadoras que adquiriram as certificações (GRÁFICO 5).

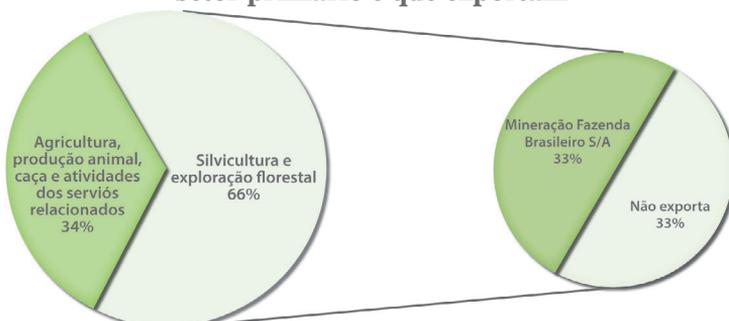
**GRÁFICO 3 – Percentual de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, agrupadas por setor de atividade no Brasil**



Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

**GRÁFICO 4 – Percentual de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, no setor primário e que exportam**



Fonte: Inmetro, 2010; MDIC, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

**TABELA 7 – Número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, no setor secundário**

<b>Setores</b>	<b>Nº de empresas</b>	<b>(%)</b>
Indústria de Transformação – Metais de Base e Produtos Metálicos.	69	22,70
Indústria de Transformação – Produtos Alimentícios, Alimentos, Bebidas e Fumo.	55	18,9
Indústria de Transformação – Equipamentos de Transporte.	45	14,80
Indústria de Transformação – Química de Base, Produtos Químicos, e Fibras Sintéticas e Artificiais.	40	13,16
Indústria de Transformação – Artigos de Borracha e de Plástico.	23	7,57
Indústria de Transformação – Eletrônica e Ótica.	15	4,93
Indústria de Transformação – Celulose, Papel, Papelão e seus Produtos; Edição e Impressão.	13	4,28
Indústria de Transformação – Produtos Minerais Não Metálicos – Outros.	11	3,62
Construção.	8	2,63
Indústria de Transformação – Máquinas e Equipamentos não Específicos.	8	2,63
Indústria de Transformação – Coque, Refinados de Petróleo e Combustível Nuclear.	4	1,32
Indústria de Transformação – Outras.	4	1,32
Indústria de Transformação – Madeira, Cortiça e seus Produtos.	3	0,99
Indústria de Transformação – Têxteis.	3	0,99

*continua...*

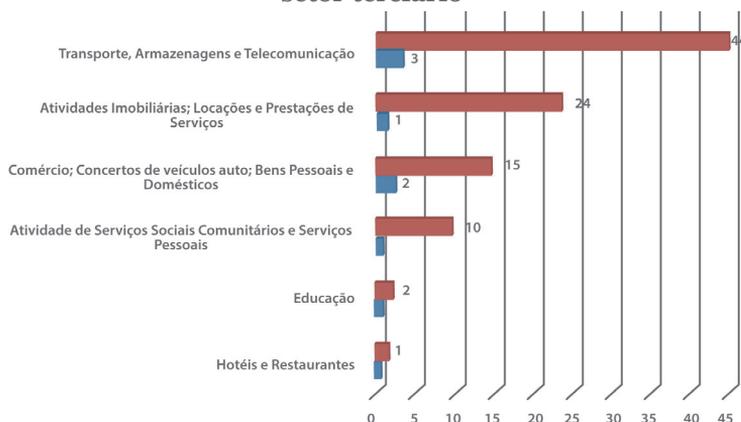
conclusão...

Indústria Extrativista – (exceto Produtos Energéticos)	3	0,99
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

**GRÁFICO 5 – Número de Unidades de Negócios que obtiveram certificação válida até setembro de 2010, no setor terciário**



Fonte: Inmetro, 2010; MDIC, 2010.

Legenda: ■ N° de empresas com ISO 14001

■ N° de empresas certificadas com ISO 14001 e que exportam

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

O QUADRO 1 demonstra as empresas que estão habilitadas pelo Inmetro para creditar a Certificação ISO 14001 no Brasil. Segundo o órgão, 19 empresas estão credenciadas para emitir a Certificação ISO 14001, cabendo ressaltar que 89% das creditações são emitidas por empresas brasileiras, sendo apenas 11% emitidas por empresas estrangeiras para as empresas nacionais ou sediadas no Brasil.

**QUADRO 1 – Organizações Credenciadas pelo Inmetro a emitir Certificação ISO 14001 no Brasil até setembro de 2010**

	<b>NOME DO ORGANISMO</b>	<b>PAÍS</b>	<b>UF</b>
01	BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.	BRASIL	SP
02	ABS – Quality Evaluations Inc.	BRASIL	SP
03	Det Norske Veritas Certificadora Ltda.	BRASIL	SP
04	FCAV – Fundação Carlos Alberto Vanzolini.	BRASIL	SP
05	DQS do Brasil Ltda.	BRASIL	SP
06	ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.	BRASIL	RJ
07	Lloyd's Register do Brasil Ltda.	BRASIL	RJ
08	TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná.	BRASIL	PR
09	BRTÜV Avaliações da Qualidade S. A.	BRASIL	SP
10	SGS ICS Certificadora Ltda.	BRASIL	SP
11	Tüv Rheinland do Brasil Ltda.	BRASIL	SP
12	RINA – Società per Azioni.	ITÁLIA	
13	Perry Johnson Registrars, Inc.	ESTADOS UNIDOS	
14	BSI Brasil Sistema de Gestão Ltda.	BRASIL	SP
15	GL – Germanischer Lloyd Industrial Service do Brasil Ltda.	BRASIL	SP
16	Instituto Falcão Bauer da Qualidade – IFBQ	BRASIL	SP
17	IQA – Instituto da Qualidade Automotiva.	BRASIL	SP
18	ICQ Brasil – Instituto de Certificação Qualidade Brasil.	BRASIL	GO
19	EVS Brasil Certificadores de Qualidade Ltda.	BRASIL	SP

Fonte: Inmetro, 2010.

Nota: Elaboração de Kaiza Correia da Silva Oliveira e Aline Conceição Souza.

## **Considerações finais**

Durante décadas, os recursos naturais foram utilizados de maneira não sustentável. No entanto, após a crise do petróleo em 1970, a comunidade global “acordou” para ver os problemas que o modo de produção até então adotado resultaram para o meio ambiente e a sociedade.

Começou a surgir então — sobretudo nos países desenvolvidos, onde as catástrofes ambientais acontecem com maior intensidade e já se denota escassez de áreas verdes e recursos naturais disponíveis —, uma consciência socioambiental responsável por parte da sociedade voltada para a prática de ações saudáveis. Essa consciência começou a se traduzir em barreiras à comercialização de produtos e/ou serviços que, ao longo do seu ciclo produtivo, causam danos ao meio ambiente.

Essa postura da sociedade acentuou a concorrência entre empresas nacionais e internacionais, que já era acirrada, devido ao processo de globalização comercial e financeiro. E com isso, as empresas viram-se obrigadas a aprimorar o desempenho ambiental, já que, em um mercado globalizado, suas ações, ou melhor, inações, em resposta às tendências globais de comércio podem resultar em perda de parcela de mercado e/ou até mesmo exclusão do comércio internacional.

Nessa perspectiva, empresas que buscam um diferencial competitivo na comercialização de seus produtos e serviços, nesse novo ambiente que preza, sobretudo, a conduta em prol do desenvolvimento sustentável, têm praticado e se utilizado da sustentabilidade a seu favor para desenvolver as relações comerciais, influenciando positivamente a visão ultrapassada de que as empresas, na prestação de seus serviços ou na produção de seus produtos, são as grandes causadoras dos danos ambientais existentes.

Assim, estas empresas têm utilizado a certificação ambiental como forma de prevenção contra possíveis restrições de acesso às exportações por fatores ambientais. E, nesse contexto, a Certificação ISO 14001 tem se destacado. Segundo a literatura, essa certificação consiste em um rótulo que identifica o produto ou serviço como ambientalmente correto, segundo rotinas e procedimentos uniformizados de acordo com um padrão válido internacionalmente, que reforça o atendimento integral da legislação local e visa à melhoria contínua dos processos e do próprio sistema.

No Brasil, os dados demonstraram que atualmente existem 403 empresas com Certificação ISO 14001. Sendo que a maior parte destas certificações foi concedida aos estados da região Sudeste (63,7%), onde se destaca o estado de São Paulo. A Bahia apresentou dados irrisórios, aquém dos desejados, conseguindo manter apenas 19,05% das certificações como válidas.

A pesquisa demonstrou ainda que 32,5% das certificações concedidas no Brasil foram para empresas que atuam no setor externo, ou seja, para empresas exportadoras; os outros 67,5% foram concedidas a empresas que atuam apenas no mercado interno. Isso demonstra que o consumidor brasileiro pode estar tornando-se mais exigente em relação ao consumo e à utilização de produtos e serviços que causem menores impactos negativos na cadeia produtiva.

Através dos resultados obtidos, ainda foi possível perceber que as empresas do setor secundário, junto ao setor primário, são os setores que apresentam os mais elevados impactos ambientais, foram às empresas que mais adquiriram Certificação ISO 14001 (75%), destacando-se nesse setor as empresas do segmento da Indústria de Transformação – Metais de Base e produtos Metálicos e da Indústria de Transformação – Produtos

alimentícios, Alimentos, Bebidas e fumo. Em segundo lugar está o setor Terciário – setor que apresenta baixíssimo impacto ambiental, com 24% das certificações válidas. Nesse setor, destaca-se o segmento de empresas dos ramos de transporte, armazenagens e telecomunicações e do ramo de atividades imobiliárias, locações e prestação de serviços. Por último, está o setor Primário com 1% apenas.

Diante dos dados demonstrados, pode-se observar que o Brasil vem apresentando uma tendência negativa no número de criações nos últimos três anos. As certificações ISO 14001 precisam ser renovadas a cada dois anos, e as empresas brasileiras não estão demonstrando interesse nessa renovação, apenas 30,4% das 1.326 certificações já concedidas permaneceram válidas até setembro de 2010. Esses números podem ser decorrentes do processo de recessão que as economias mundiais vêm sofrendo devido, sobretudo, à crise econômica que atingiu os Estados Unidos da América no último trimestre de 2007.

Esses números também são influenciados pelo fato de que as empresas brasileiras possuem um baixo nível de gerenciamento de impactos ambientais, e, ou possuem baixa disponibilidade de capital e recursos humanos, o que dificulta a realocação dos recursos necessários à implementação efetiva de um Sistema de Gestão Ambiental eficiente, já que empresas com melhor condição financeira têm menos dificuldade em investir em tecnologias limpas do que aquelas que não têm situação financeira muito promissora, e encontram dificuldades para implementar os instrumentos necessários para a prática de uma política ambiental e eficaz.

Enfim, na prática, os motivos que levam o setor privado a adotar sistemas eficientes de gestão ambiental nas empresas variam de país para país conforme seu grau de desenvolvimento econômico, social, político e de

acordo com a oferta de recursos naturais, ou ainda, áreas verdes existentes. No Brasil, onde ainda existe uma grande disponibilidade de recursos naturais, a pesquisa demonstrou que o meio empresarial brasileiro ainda considera os problemas ambientais como secundários.

O número de certificações ISO 14001 tem sentido decrescente, demonstrando que a mesma pode não estar sendo usada pelo setor produtivo brasileiro como estratégia para alcançar novos espaços no comércio internacional e/ou adequação aos novos parâmetros internacionais de produção ambientalmente saudáveis, ou, que esse tipo de certificação não tem se constituído como uma barreira não tarifária à exportação de produtos brasileiros, ou ainda que fatores conjunturais internacionais, como o “desaquecimento” do comércio internacional, provocado pela crise dos EUA, podem influenciar negativamente esse número de certificações emitidas no Brasil.

Todavia, é relativamente baixo o número de certificações ISO 14001 no Brasil. Nesse sentido, é necessário que as empresas brasileiras passem a dar maior importância à melhoria do seu desempenho ambiental, já que estão inseridas em um contexto de economia globalizada onde suas ações ou inações repercutem no seu sucesso.

Por fim, como sugestão a possíveis trabalhos, seria interessante que se abordasse a evolução nos últimos anos das certificações por setores produtivos, ou seja, Primário, Secundário e Terciário, analisando também o impacto sobre as exportações. Outra sugestão refere-se ao *site* do Inmetro, que poderia disponibilizar as séries históricas por ano e mês dos dados já existentes, para que, assim, se possa melhor analisar a evolução dos mesmos.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade:** uma ruptura urgente. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIANCHI, P. N. L. **Meio ambiente:** certificações ambientais e comércio internacional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL (Inmetro). **Empresas certificadas ISO 14001.** [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/gestao14001>>. Acesso em: set. 2010.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Dados.** 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acessado em: set. 2010

PISSININ, S. A. Gestão ambiental: uma investigação sobre o gerenciamento ambiental e a série ISO 14001 na indústria brasileira. **Intertem@s**, v. 5, n. 5, p. 1, 2003. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/76>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

ROBERTO JÚNIOR, P.; VITERBO JÚNIOR Ê.  
Sistema integrado de gestão ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ground, 1998. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8nDS2Tcgn\\_4C&oi=fnd&pg=PA9&dq=certifica%C3%A7%C3%A3o+iso+14001&ots=b2CNktp5hc&sig=VNEiquCA4iSu04g6s6rp07LokkA#v=onepage&q=certifica%C3%A7%C3](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8nDS2Tcgn_4C&oi=fnd&pg=PA9&dq=certifica%C3%A7%C3%A3o+iso+14001&ots=b2CNktp5hc&sig=VNEiquCA4iSu04g6s6rp07LokkA#v=onepage&q=certifica%C3%A7%C3)>. Acesso em: 8 nov. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI).  
**Indicadores de sustentabilidade ambiental.**  
Salvador: SEI, 2006.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental:** implantação objetiva e econômica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TARRENTO, G. E.; JOAQUIM JÚNIOR, C. F.  
Avaliação do panorama da distribuição das certificações das normas ISO 9000 e ISO 14000 em empresas nacionais e estrangeiras. *Tékhnē e Lógos*, v. 1, n. 3, p. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.fatecbt.edu.br/ojs/index.php/RevTec/article/viewArticle/72>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE – Brasil.  
**Unidades de Conservação:** Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://assets.wwf.org.br/downloads/cartilha\\_ucs\\_versao\\_para\\_internet.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/cartilha_ucs_versao_para_internet.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2009.

## 5

# Análise do desempenho do dólar brasileiro no mercado internacional



*Mariana Massena*

*Mônica de Moura Pires*

O uso indiscriminado dos recursos naturais não renováveis vem acarretando diversos impactos sobre o meio ambiente, trazendo à tona várias discussões sobre o desenvolvimento de mecanismos de preservação ambiental diante do crescimento populacional e econômico. Tais mudanças podem ser verificadas em diversos setores, em especial o energético, principalmente baseado no uso do petróleo e de seus derivados, finitos em função do padrão de consumo atual.

A fim de causar menos impacto sobre o ambiente e manter os níveis de produção e consumo atuais, o uso das fontes de energia não renovável tem sido cada vez mais discutido. Por conta disso, intensificaram-se os estudos para identificar fontes alternativas de energia renovável, principalmente os biocombustíveis.

Apesar de a indústria petrolífera ter iniciado suas atividades há cerca de 150 anos, segundo Kaltner et al. (2007), as novas reservas não serão suficientes para repor a quantidade consumida e, segundo o Plano Nacional de Agroenergia (BRASIL, 2006), a demanda de consumo atual só será suprida por mais 40 anos. Assim, a diminuição da oferta de petróleo, diante da sua limitação (fontes não renováveis) e demanda crescente, torna cada vez mais relevante o uso de fontes renováveis de energia, especialmente pela redução da dependência do petróleo, além dos aspectos ambientais que envolvem sua produção e uso. Nesse contexto, os biocombustíveis vêm se tornando uma fonte importante na composição energética do Brasil, a exemplo da cana-de-açúcar na produção de álcool combustível e, mais recentemente, os óleos vegetais como matéria-prima para o biodiesel.

No Brasil, a utilização de biocombustíveis é uma realidade cada vez mais presente no mercado, o que tem ampliado a competitividade desse tipo de energia em nível mundial, tanto pela diversidade de matérias-primas disponíveis, tecnologias desenvolvidas e condições edafoclimáticas favoráveis como também pelas terras disponíveis para expandir a oferta de matérias-primas para o biodiesel.

Implantado na década de 1970, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi o primeiro programa brasileiro a usar cana-de-açúcar como combustível veicular substituto da gasolina. O segundo programa de maior destaque, lançado nos anos 2000, foi o Programa

Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que se baseia na utilização de oleaginosas, em substituição total ou parcial do óleo diesel, conforme a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (2010). Esse último Programa fundamenta-se na produção de oleaginosas oriundas, especialmente, de pequenos agricultores, e benefícios de isenção de impostos, conforme previsto na Lei n. 11.097, publicada em 13 de janeiro de 2005, como forma de estimular a produção em unidades familiares, especialmente nas lavouras de mamona e dendê (PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, 2010). Entretanto, o óleo produzido em larga escala no país é o de soja, que, praticamente, vem sendo utilizado, em quase sua totalidade, para atender ao Programa.

Desde 2008, o óleo diesel comercializado no país possui, na sua composição, um percentual de biodiesel que vem aumentando gradativamente ao longo do tempo. Em janeiro de 2010, por exemplo, o percentual de adição do biodiesel ao diesel era de 5%, quando inicialmente fora de 2%, sem, no entanto, ser obrigatória a mistura e com poucos postos de combustíveis ofertando esse combustível. Esse aumento do percentual de biodiesel ao diesel mostra a dimensão que o PNPB possui e a relevância que o biodiesel vem ocupando na matriz energética nacional. Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2010, p. 1):

o Brasil está entre os maiores produtores e consumidores de biodiesel do mundo, com uma produção anual, em 2010, de 2,4 bilhões de litros e uma capacidade instalada, no mesmo ano, para cerca de 5,8 bilhões de litros.

Tudo isso tem sido possível, porque a capacidade de produção e processamento de diversas oleaginosas e gordura animal no país tem conseguido suprir a demanda, levando o Brasil a atingir um novo patamar de oferta de energias renováveis no mercado interno e externo.

Diante disso, destaca-se a produção de dendê, que, diferentemente da soja e da mamona, é uma cultura perene, e cuja maior produção do país concentra-se na região Amazônica. Deve-se destacar que essa cultura, além de promover expansão econômica e social da agricultura familiar, possui grande potencial para recuperação de áreas degradadas.

Em nível mundial, a produção de dendê vem crescendo substancialmente nas últimas quatro décadas. De acordo com dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2010), os países produtores que mais se destacam estão localizados no sudeste asiático, sendo que, em 2008, a Indonésia foi o maior produtor, com 85 milhões de toneladas (41,39%); seguida da Malásia, com 83 milhões de toneladas (40,42%); e da Tailândia, com 7,8 milhões de toneladas (3,83%). No continente africano, destaca-se Nigéria, com 8,5 milhões de toneladas produzidas em 2008 (4,14% da produção mundial); seguida de Gana, com 1,9 milhão de toneladas (0,93% do total); e Costa do Marfim, com produção de 1,2 milhão de toneladas do fruto de dendê (0,58%).

Na América, os países que mais se destacam são Equador, Honduras, Costa Rica, Guatemala e Brasil, respectivamente nessa ordem de importância. Comparando a produção brasileira à colombiana, os dados revelam que, enquanto, em 1961, o Brasil produzia 20.000 toneladas, a quantidade produzida na Colômbia era de 12.000 toneladas. Esse quadro, porém, altera-se substancialmente em 2008, pois a produção colombiana superou a brasileira em quase 5 vezes, elevando-se a um patamar

superior a 3 milhões de toneladas, enquanto, no Brasil, essa expansão fez com que o país atingisse o patamar produtivo de 660.000 toneladas. Analisando-se o mercado dos produtos originários da palma, percebe-se que a demanda mundial de óleo de dendê, óleo de palmiste e derivados, cresceu nos últimos anos, mais intensamente a partir de 1999. O consumo destes combustíveis, que oscilava entre 35 e 40 bilhões de toneladas no início da década de 1990, ultrapassou os 50 bilhões em 1999, e atingiu 80 bilhões de toneladas em 2005. Tais valores evidenciam a expansão mundial desse setor (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2010).

No Brasil, entre os anos de 1990 e 2008 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2010), a produção nacional permaneceu praticamente estagnada. Porém, ao longo do tempo, verificam-se períodos de expansão e retração, que implicaram em movimentos relevantes da participação do país no mercado internacional. A partir do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, lançado pelo Governo Federal em dezembro de 2004, estruturou-se a base de atuação do programa, priorizando matérias-primas de origem vegetal, em especial mamona e dendê. Assim, insere-se, ainda que de maneira modesta, uma nova dinâmica no mercado de oleaginosas e de participação do Brasil no comércio internacional de energias limpas.

Em nível nacional, o programa procurou identificar as especificidades regionais como forma de privilegiar as condições naturais de cada região e, assim, inserir na matriz energética o biodiesel a partir de fontes renováveis de matéria-prima, especialmente as oleaginosas. Ao constituir-se em matéria-prima para produção do biodiesel, o setor produtivo do dendê passou a apresentar uma nova configuração, especialmente pela criação

de um novo mercado destino, que, subsidiariamente, afeta os mercados existentes, o que acaba reproduzindo-se nos preços praticados no mercado dessa oleaginosa.

Pode-se salientar que, nesse contexto, o Brasil, devido à grande extensão de terras, nos dias atuais, tornou-se um importante fornecedor de alimentos e produtos agrícolas no mercado mundial e vem apresentando crescimento na produção e na produtividade.

Em relação à cultura do dendê, o país possui aproximadamente 105 mil ha cultivados, estando os plantios concentrados nos estados do Pará e da Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Comparando-se os níveis de produtividade dos dendezais desses dois estados, aqueles localizados em terras baianas são inferiores aos do Pará. Isso ocorre, porque a maior parte das áreas exploradas com essa atividade na Bahia é mais antiga (acima de 20 anos), e grande parte é subespontânea<sup>1</sup>, e há pouco incremento tecnológico no manejo, extração e refino do óleo. No estado paraense, porém, as áreas cultivadas são mais recentes e as tecnologias são mais modernas no processo produtivo, levando a níveis de produtividade da lavoura superiores àqueles observados na Bahia. Ainda com relação ao estado do Pará, responsável por mais de 80% da produção nacional, segundo o IBGE (2010), em 2009, a produção de quase 916 mil toneladas ocupava uma área de 50,3 mil hectares, levando a atingir níveis de produtividade de 18 t/ha/ano. Os municípios paraenses que mais se destacam são Tailândia, Mujú e Acará, situados ao sul do estado; Benevides, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Castanhal e Igarapé-Açu, localizados a nordeste da capital paraense.

---

1 Subespontânea: designativo do vegetal que, não sendo de uma região, para lá foi levado e se aclimou.

Segundo a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, citada por Monteiro et al. (2005), a produção de dendê tem uma participação relevante na arrecadação da receita estadual, o que representa, em média, 50% do PIB agropecuário. Por conseguinte, no vale dos rios Acará e Mujú, estão concentradas as principais empresas processadoras de dendê.

Em se tratando do estado da Bahia, no ano de 2009, o dendê representou 18% do total da produção brasileira, em uma área de pouco mais de 53 mil ha, e produtividade próxima a 4 t/ha/ano. Essa produção permitiu produzir mais de 20 mil toneladas de óleo. De acordo com dados do IBGE (2010), a Bahia possui cerca de 600 mil ha de terras adequadas para o cultivo de dendê, estendendo-se da faixa litorânea, Recôncavo, até o Baixo Sul do estado. Entretanto, a realidade atual mostra que os plantios estão concentrados em torno da região do Baixo Sul, abrangendo os municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá e Valença, havendo também plantios em algumas localidades no Sul do estado.

Percebe-se que, mesmo os dois estados, apresentando quase a mesma totalidade de área plantada em dendezaís, o Pará atinge maiores índices de produtividade por ha/ano em relação ao estado da Bahia. Isso ocorre em função de investimentos na cultura, especialmente com melhor material genético e também plantios mais novos que aqueles localizados em terras baianas.

Partindo-se desses argumentos, pretende-se analisar a competitividade e eficiência do óleo de dendê brasileiro no mercado internacional e identificar se o PNPB propiciou estímulo para a expansão dos plantios e aumento nos níveis de produtividade a partir de 2005, haja vista que o desenvolvimento da produção do biodiesel, fonte renovável de energia, está intimamente ligado à oferta de

oleaginosas. Assim, esse estudo pretende contribuir com a elaboração de políticas que propiciem o fortalecimento e expansão da produção de acordo com a compreensão desse mercado.

## **Fundamentação teórica**

### *Teorias de comércio internacional*

O suporte teórico, para esta análise, baseia-se na Teoria do Comércio Internacional, que trata das relações comerciais entre as nações e sua dimensão industrial. Essa teoria procura explicar a dimensão do mercado a partir de inúmeros fatores, dentre eles as relações entre importações e exportações de diversos produtos e serviços entre países, fundamentais para o alcance de determinado patamar de crescimento.

A princípio, as análises a respeito do comércio internacional baseavam-se na teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, citado por Salvatore (2000), que salienta que uma nação poderia comercializar com outra, de maneira voluntária, se ambas se beneficiassem. Assim, se a maior vantagem absoluta na produção de uma *commodity* de um país em relação ao outro for compensada pela maior vantagem do outro país em outro produto ambos poderiam realizar trocas entre si naquilo que fosse sua especialidade. A partir disso, haveria uma maior utilização de recursos, um aumento da produção de cada país e, consequentemente, benefícios para ambas as nações.

De acordo com Salvatore (2000, p. 19),

Adam Smith (e os outros economistas clássicos que se seguiram) acreditava que todas as nações sairiam ganhando

com o livre comércio e defendia ardentemente a política do *laissez-faire* (i. e., a menor interferência governamental possível no sistema econômico). O livre comércio levaria os recursos mundiais a serem utilizados de forma mais eficiente, e maximizaria o bem-estar mundial.

Entretanto, David Ricardo (1996), verificou inconsistência na teoria da vantagem absoluta de Adam Smith, porque se um país tivesse vantagem ou desvantagem em todos os bens, isso levaria a não existência de comércio. Por conta disso, Ricardo, em sua obra *Princípio de Economia Política e Tributação* (1817), abordou a teoria das vantagens comparativas que, diferentemente da teoria das vantagens absolutas, afirma que poderia haver comércio mesmo se uma nação fosse menos eficiente do que outra em ambos os produtos comercializados. Então, de igual sorte, se um país possuísse desvantagem absoluta nas duas *commodities*, tal nação poderia se especializar na produção de mercadorias que tivesse uma menor desvantagem absoluta e exportar para outra nação que, conseqüentemente, iria importar determinada mercadoria que apresentasse maior desvantagem absoluta. Uma nação poderia exportar até mesmo o produto de sua desvantagem absoluta, pois o salário deste país seria mais baixo em relação ao outro e levaria o preço do bem a decrescer. Assim, a vantagem do comércio entre países ocorreria a partir da comparação dos custos relativos entre eles. Se fossem equivalentes, comparativamente, não haveria comércio entre os países, o que não seria mutuamente benéfico. Para Ricardo (1996), portanto, o único determinante na formação do preço de uma mercadoria seria o custo da mão de obra para a sua produção.

Entretanto, em 1936, Haberler *apud* Salvatore (2000) contestou os fundamentos da teoria ricardiana das vantagens comparativas por apresentar o fator trabalho

como o único elemento responsável pela formação do preço das mercadorias. Segundo o teórico, cada produto fabricado utiliza-se de uma quantidade variável tanto de mão de obra quanto de insumos e capital. Para Haberler, citado por Salvatore (2000), era necessária uma maior quantidade de capital por trabalhador para produzir aço do que tecido, e, portanto, a teoria da vantagem comparativa deveria ser alicerçada na teoria do custo de oportunidade ou lei dos custos comparativos. Assim, um país deve deixar de produzir determinada mercadoria a fim de obter recursos necessários para fabricar uma unidade adicional de outra mercadoria, levando-o à sua especialização (vantagem comparativa).

Isso ocorre porque os fatores de produção não apresentam uma homogeneidade e nem são utilizados em uma mesma proporção ou intensidade na produção geral dos produtos. Mas, à medida que cada nação vai se especializando na fabricação de certa mercadoria de sua vantagem comparativa, os custos de oportunidade crescentes vão diminuindo até que as duas *commodities* atinjam preços relativos iguais, ou seja, o equilíbrio no comércio, e, portanto, não haverá mais estímulos para que transacionem entre si. Quando os custos de oportunidade são considerados constantes, resulta que os fatores de produção são substitutos perfeitos ou utilizados em proporções fixas, e as unidades do mesmo fator são homogêneas ou apresentam qualidades iguais (SALVATORE, 2000).

Diferentemente dos teóricos clássicos citados, que não explicavam os efeitos do comércio internacional sobre os rendimentos do trabalho e as diferenças internacionais do rendimento dos fatores, o teorema de Hechscher-Ohin, um teórico neoclássico, enfatiza a relação proporcional dos fatores de produção entre as *commodities* comercializadas e a estrutura econômica da nação, medida através de dois fatores: dois países e duas *commodities*. A teoria Hechscher-Ohin diz que, para haver um padrão de comércio entre dois pa-

íses, é necessário que um deles seja mais abundante de um fator do que o outro. Por exemplo, segundo Krugman e Obstfeld (2007, p. 56),

o país local tem uma razão entre trabalho e terra maior do que o estrangeiro: isto é, o local é abundante em trabalho e o país estrangeiro é abundante em terra, [...] logo, a conclusão geral é: os países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores dos quais são dotados abundantemente.

O comércio e a distribuição de renda consideram, em especial, a convergência dos preços relativos, pois, ao haver uma mudança nos preços, ocorre uma forte influência sobre a remuneração relativa dos fatores trabalho e terra. Assim, quando há um aumento no preço de tecido, por exemplo, aumenta o poder de compra do trabalhador em termos de ambos os bens, enquanto reduz o poder de compra da terra também em termos de ambos os bens comercializados (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007). Então, os donos dos fatores de uma *commodity* relativamente abundante alcançam ganhos no comércio, em contrapartida, aqueles proprietários que possuem fatores escassos apresentam perdas comerciais.

A teoria neoclássica relata que, para haver uma equalização nos preços de fatores se faz necessária certa proximidade entre as dotações de fatores nos dois países, pois, se a dotação dos fatores for muito desproporcional, dificilmente acontecerá uma convergência entre o nível de salários e a remuneração do capital, por exemplo, entre Haiti e Estados Unidos. Além disso, a não existência da especialização completa no comércio em cada país torna-se importante para acontecer tal equalização dos preços para que as nações possam produzir das duas *commodities* e, assim,

haver uma convergência entre a relação taxa-salário e juros (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

Porter (1989) refere-se à vantagem comparativa através da qual os governos nacionais devem fixar metas adequadas e produtividade para sustentar a prosperidade econômica. O objetivo dos governos nacionais é empurrar e desafiar a indústria para que haja crescimento e não apenas lhe proporcionar pequenas ajudas.

De acordo com o autor citado, a indústria é uma unidade básica para medir e compreender um nível de competição. Ainda, segundo Porter (1989, p. 43), “a indústria é um grupo de competidores que produzem mercadorias ou serviços que competem diretamente entre si”. As empresas, através da estratégia competitiva, procuram definir e estabelecer uma forma de competição em suas indústrias que seja, ao mesmo tempo, lucrativa e sustentável.

### *Estruturas de mercado*

Os diferentes tipos de estrutura de mercado são utilizados como mecanismo base para coordenar a produção, a distribuição e as transações econômicas das diversas sociedades, pois um mercado é regido, principalmente, pela interação entre compradores e vendedores, engajados na comercialização de algum bem. De acordo com Thompson Junior e Formby (1998, p. 11),

entre as características mais importantes de uma economia de mercado encontra-se a propriedade privada dos recursos econômicos e meios de produção, a liberdade individual de escolha, a concorrência, a busca do lucro e os preços determinados pelas forças de oferta e demanda.

Os teóricos, ressaltados na teoria das vantagens comparativas, salientavam que a escala de produção apresentava retornos constantes, pois as alterações nos fatores de produção acarretariam modificações na mesma proporção nas mercadorias produzidas. Entretanto a tecnologia atual vem permitindo que as unidades de produção possam ser, caracteristicamente, de retornos crescentes, e que tais unidades se tornem mais eficientes à medida que a escala de produção se expande.

Para saber quais são os efeitos de uma economia de escala, numa estrutura de mercado, é preciso identificar como o custo médio é reduzido. Mesmo assim, as economias de escala apresentam impactos distintos nas estruturas industriais, pois uma unidade de produção basicamente externa será composta por muitas firmas pequenas e terá concorrência perfeita, não apresentando, assim, vantagem para firmas grandes. Diferentemente, as economias de escala interna dão às firmas de grande porte vantagens de custos sobre as pequenas, apresentando uma estrutura de concorrência imperfeita (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007).

Hoje, as diversas estruturas de mercado existentes podem se deparar com características de maiores ou menores aspectos concorrenciais, dependendo da peculiaridade de cada bem e do tipo de sua produção. Por exemplo, em uma estrutura concorrencial perfeita, o mercado depara-se com muitos compradores e vendedores e, por conta disso, nenhum deles detém uma grande parcela do mercado, além de serem tomadores de preço. Portanto, os vendedores procuram vender determinada quantidade de certo produto sem se preocupar com o fato de haver alteração no preço e não porque sua participação no negócio é pequena.

Na concorrência imperfeita, as firmas têm o poder de influenciar nos preços das mercadorias e acabam

vendendo mais, se ocorrer uma maior diminuição nos preços, quando os produtos são muito similares. Essa concorrência proporciona dois tipos de indústria: aquela em que há poucos produtores; e aquelas em que o produto de uma indústria é visto de maneira singular, em comparação às mercadorias de outras unidades de produção. Por conta disso, considera-se que, em tais situações, a indústria é formadora de preços (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007).

Numa estrutura monopolista ou monopsonista, acontece de maneira inversa, pois, no monopólio, o mercado é composto de apenas um vendedor para muitos compradores; já o monopsônio apresenta vários vendedores para um comprador. Segundo Pindyck e Rubinfeld (2007, p. 288), o

poder de monopólio e de monopsônio são duas formas de poder de mercado, obtendo a capacidade por parte do vendedor (monopólio) ou do comprador (monopsônio) – de influenciar o preço de uma mercadoria, ou até mesmo determinar o preço.

Quando uma estrutura de mercado é qualificada como monopolisticamente competitiva, as empresas competem entre si, vendendo produtos diferenciados, que podem ser trocados um pelo outro, mas não necessariamente são substitutos perfeitos. Além disso, ocorre a livre entrada de empresas devido à diferenciação de produtos e à saída de tais unidades de produção no mercado, se a lucratividade não for compensatória.

Em um mercado oligopolista, existem algumas poucas empresas atuando que concorrem entre si, e a entrada de novas unidades está sujeita a fortes barreiras. Outro aspecto relevante dessa estrutura é a existência de cooperação ou, contrariamente, a competitividade agressiva entre tais, mesmo que a lucratividade seja atingida. O

poder de oligopólio depende, em parte, do modo pelo qual as empresas interagem entre si. Além disso, as mercadorias produzidas nas determinadas empresas podem ou não ser diferenciadas, mas o importante é que apenas algumas empresas sejam responsáveis pela maior parcela ou sobre a produção total. Já um mercado oligopsonista é aquele em que há poucos compradores de determinado produto.

### *Conceitos sobre competitividade*

A competitividade é um conceito fundamental para compreender a evolução de determinado mercado no tempo. A ampliação das diversas estruturas de mercado ocorre através do espírito competitivo alimentado por cada indústria na produção de determinados bens, a fim de adquirir cada vez mais uma maior parcela do mercado.

Com a expansão das relações internacionais, o sucesso de uma nação começou a ser medido através de uma maior participação dos fluxos comerciais. Desta maneira, os produtos mais destacados foram aqueles em que a tecnologia empregada ocorria com maior intensidade. Os investimentos em tecnologia e o aprimoramento das políticas comerciais tornaram-se fatores primordiais para explicar o aumento da competitividade entre as nações e, assim, maior crescimento do mercado internacional.

Para Haguenaer (1989), a competitividade abrange duas vertentes: desempenho e eficiência. Segundo Porter (1993), a competitividade está associada à capacidade de um país desenvolver uma série de variáveis que permita competir nos mercados internacionais. Para Coutinho e Ferraz (1994), pode ser avaliada tomando como base fatores externos e internos.

Há crescente preocupação com o fator competitividade internacional devido às significativas mudanças

decorrentes no cenário econômico mundial a partir de um novo padrão de competição industrial e de vantagens competitivas. Nesse contexto mundial, os diferentes métodos de gerenciamento da produção, comportamento dos consumidores, progresso tecnológico são fatores decisivos na determinação da competitividade. No entanto, a dinâmica das atividades econômicas mostra que vantagens competitivas atuais podem ser superadas e ultrapassadas por mudanças no padrão de vantagens comparativas. A diferença entre essas duas abordagens está no emprego de indicadores para a primeira e na avaliação dos fatores que determinam a competitividade para a segunda (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 1992).

A integração entre países nas últimas décadas foi determinante para que ocorresse uma série de transformações nas economias, imputando novas dinâmicas nos padrões de concorrência até então existentes. As disparidades do processo histórico de cada país influenciaram diretamente nas divergências entre políticas fiscal, cambial e monetária, adotadas por cada um deles. O sistema de políticas de apoio e de promoção ao desenvolvimento do setor produtivo de uma nação está interligado com a utilização simultânea de diversos instrumentos de medida de política, podendo ser globais (políticas macroeconômicas, por exemplo), ou setoriais (subsídios, incentivos fiscais, créditos, etc.) a fim de atingir toda a cadeia produtiva e propiciar um melhor desempenho da atividade (PIRES, 1996).

Assim, para implantação de determinadas políticas, quanto menor a assimetria de informações, menores serão as discrepâncias entre os preços finais de insumos e produtos. A partir disso, a estrutura de mercado tornar-se-ia próxima de mercados perfeitos, o que acabaria tornando mais fácil a identificação das vantagens competitivas do setor produtivo analisado. A adoção, por

exemplo, de cotas, tarifas ou subsídios afetam diretamente as quantidades transacionadas no mercado interno e externo, provocando movimentos nos preços.

### **Modelo analítico**

Há vários conceitos de comércio internacional e diversas interpretações sobre a competitividade internacional. Este estudo baseia-se na mensuração de indicadores de desempenho e eficiência conforme Haguenauer (1989). Neste trabalho, foram agrupados os principais países participantes do comércio internacional (exportação e importação) do óleo de dendê por continentes. O período de análise compreende os anos de 1961 a 2007, que foi dividido em décadas, a fim de captar as mudanças ao longo desse período, em função das medidas de política adotadas, enfatizando os períodos após os anos 1980, por conta das transformações econômicas relevantes pelas quais passou o Brasil. Os valores monetários foram deflacionados pelo índice de preços no atacado (IPA) dos Estados Unidos, pois estavam em dólar, tomando-se como base o ano de 2009, sendo apresentado por década. O IPA americano foi obtido do sítio do Ipea, e os valores das exportações e importações vieram do sítio da FAO.

#### *Indicadores de desempenho*

Os indicadores de desempenho focalizam a participação do país em relação a um produto no mercado internacional, ao longo de um período de tempo. Esse indicador fornece uma análise *ex post* que visa identificar o desempenho do produto no mercado. Abordam-se os indicadores setoriais da produção de dendê no Brasil.

Esse indicador é analisado a partir de um conjunto de indicadores apresentados neste trabalho.

### Exportação

O indicador de desempenho de exportação está representado da seguinte maneira:

$$I_1 = (X_{ij} \div X_{it}) \div (X_{nj} \div X_{nt})$$

ou

$$I_1 = (X_{ij} \div X_{nj}) \div (X_{it} \div X_{nt}) \quad (1)$$

em que  $X_{ij}$  = exportações de óleo de dendê do Brasil, em dólares;  $X_{it}$  = exportações de produtos agropecuários do Brasil;  $X_{nj}$  = exportações de óleo do grupo; e  $X_{nt}$  = exportações de produtos agropecuários do grupo.

O símbolo X representa exportações e os sufixos (i) e (j) representam, respectivamente, o país e o setor em análise (dendê), e (n) e (t) definem, respectivamente, o universo de países considerados (mundo) e o total do setor agropecuário.

O indicador  $I_1$  apresenta a razão de proporções, posto que o resultado seja obtido por meio da divisão da participação das exportações do produto j, na pauta de exportações de produtos agropecuários do país i, pela participação do mesmo produto j, na pauta mundial de exportações de produtos agropecuários dos países considerados mundo. À medida que a participação do setor aumenta no comércio internacional de produtos agropecuários, pressupõe-se que o indicador deverá crescer, e tal fato implica maior competitividade do setor analisado.

## Importação

Semelhantemente ao de exportação, o indicador de importação é constituído por:

$$I_2 = (M_{ij} \div M_{it}) \div (M_{nj} \div M_{nt}) \quad (2)$$

em que  $M_{ij}$  = importações de óleo de dendê do Brasil, em dólares;  $M_{it}$  = importações de produtos agropecuários, em dólares; e  $M_{nt}$  = importações de óleo do grupo, em dólares;  $M_{nj}$  = importações de produtos agropecuários do grupo, em dólares.

O indicador  $I_2$ , no qual o símbolo  $M$  indica importações, pode ser analisado de maneira integrada com  $I_1$ , e consiste na razão entre a participação de um determinado setor nas importações totais do país considerado e nas importações totais do grupo de referência. O crescimento desse índice implica redução na competitividade do setor.

## Relação entre exportação e importação

A relação entre o indicador de desempenho de exportação e importação se expressa assim:

$$I_3 = (X_{ij} \div X_{nj}) \div (M_{ij} \div M_{nj})$$

ou (3)

$$I_3 = (X_{ij} \div M_{ij}) \div (X_{nj} \div M_{nj})$$

em que  $X_{ij}$  = exportações de óleo de dendê do Brasil, em dólares;  $X_{nj}$  = exportações de óleo de dendê

do grupo, em dólares;  $M_{ij}$  = importações de óleo de dendê do Brasil, em dólares; e  $M_{nj}$  = importações de óleo de dendê do grupo (mundo), em dólares.

O indicador  $I_3$  é dado pela razão entre exportações/importações para o setor e países considerados, denominada de “taxa de cobertura”. A partir desse cálculo, verifica-se o nível de participação de um país em relação às exportações e importações mundiais do setor considerado.

### Saldo comercial do óleo de dendê

O indicador pode ser representado da seguinte maneira:

$$I_4 = 100 \times (X_j - M_j) \div W_j \quad (4)$$

em que  $X_j$  = exportações de óleo de dendê do Brasil, em dólares;  $M_j$  = importações de óleo de dendê do Brasil, em dólares; e  $W_j$  = comércio mundial de óleo de dendê, em dólares.

O indicador  $I_4$  mede o saldo comercial do produto  $j$  do país  $i$  no mercado mundial, em que  $W_j$  representa o comércio mundial do produto  $j$ . Quanto maior o valor desse índice, maior a intensidade de participação do país no comércio internacional do produto, seja como exportador ou importador. Caso o indicador seja positivo, o país é um exportador líquido do produto, caso contrário, um importador.

### Impacto da exportação do produto sobre a exportação total

O indicador  $I_5$  é expresso da seguinte forma:

$$I_5 = \frac{X_j}{X_i} * 100 \quad (5)$$

em que  $I_5$  indica a participação da exportação do produto  $j$  (óleo de dendê) no Brasil, no total da exportação brasileira.

#### *Indicador de eficiência*

O indicador de eficiência procura mensurar a capacidade de competição de um país no mercado, a partir de análises de preço, qualidade, tecnologia e produtividade, portanto, refere-se a uma análise *ex ante*, que procura explicar o desempenho dessa atividade sob determinadas condições de produção.

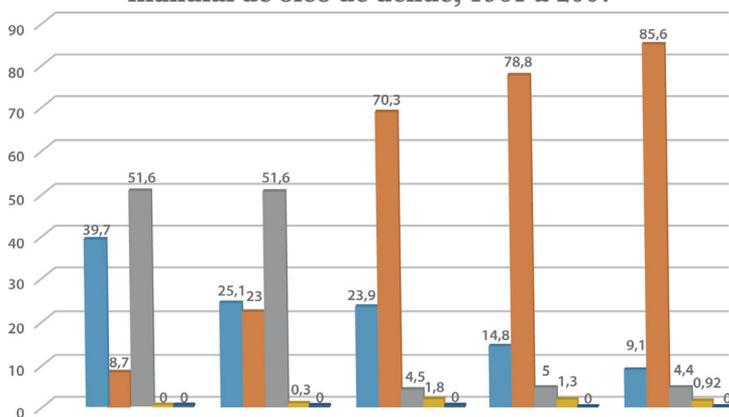
Para se analisar a eficiência, parte-se da identificação da produtividade total dos fatores de produção, ou das produtividades parciais, ou seja, comparam-se os preços, a qualidade ou a produtividade do produto em relação aos demais concorrentes. De modo geral, opta-se pela produtividade da mão de obra, quando se trata de setores industriais ou mesmo os agropecuários intensivos nesse recurso. Considerando-se que a produção de dendê é intensiva no uso da terra e capital. Adota-se a produtividade do óleo de dendê por hectare de terra, a partir da produção de dendê em coco, pois essa produtividade afeta diretamente o seu custo unitário, e consequentemente o preço do biodiesel.

## Resultados e discussão

Vários fatores influenciam na produção agrícola de um país, sejam eles de natureza estrutural ou conjuntural. Esses fenômenos, biológicos ou econômicos, determinam a produtividade no decorrer dos anos, direcionando assim a oferta e a demanda, estimulando ou não a produção de determinado produto agrícola e as relações comerciais entre regiões. Em se tratando da produção internacional de óleo bruto de dendê (palma), o mercado está concentrado no continente asiático, conforme exposto no GRÁFICO 1.

Os países asiáticos vêm aumentando sua produção gradativamente no decorrer das décadas, sendo responsáveis por 85,6% entre os anos de 2000 e 2007

**GRÁFICO 1 – Participação por continente na produção mundial de óleo de dendê, 1961 a 2007**



Fonte: FAO (2010).

Legenda:

■ Países africanos

■ Países asiáticos

■ Países americanos

■ Países da oceania

■ Países europeus

Nota: Elaboração de Mariana Massena e Mônica de Moura Pires.

(FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2010). A produção de dendê concentra-se na Malásia e Indonésia, pois, segundo Aidar (2008), nesses países, as condições edafoclimáticas são favoráveis à lavoura de dendê, há incentivos para o seu plantio, o que propicia a expansão dos cultivos, além de existirem grandes unidades de processamento para produção do óleo de palma destinado à indústria alimentícia. Além disso, esse óleo constitui-se em fonte de consumo para a população local.

Tudo isso pode ser reforçado pelo exposto, quando salienta que a Malásia,

apresenta condições de clima e solo ideais para o produto, e vem apresentando contínuos ganhos de produtividade. A palma já ocupa quase 65% da área total utilizada para a agricultura, e entre 1990 e 2005, a área cultivada com ela duplicou, ao passo que a área total agrícola cresceu apenas 18% (AIDAR, 2008, p. 7).

Em se tratando de Brasil, essa palmeira se desenvolveu de maneira promissora tanto na região Amazônica como no Baixo Sul baiano, devido ao clima quente e úmido, e por apresentar precipitações superiores e bem distribuídas durante o ano. Entre os anos de 2000 e 2007, o país ocupou a 15<sup>o</sup> posição, enquanto a Malásia e a Indonésia ocuparam a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> posições no mercado mundial. Com relação aos países da América Latina, o Brasil atualmente é o terceiro maior produtor, seguido da Colômbia e do Equador.

Especificamente com relação ao mercado internacional do óleo bruto de dendê (palma), os números expostos indicam que o mercado se apresenta em expansão

ao longo do período analisado, de 1961 a 2007, pois os valores médios da produção por década crescem ao longo desse período (TABELAS 1 e 2).

**TABELA 1 – Maiores exportadores mundiais de óleo de palma (dendê), de 1961 a 2007, valores em toneladas (t) e monetários (US\$1.000)**

	Exportação (t)				
	1961/ 1969	1970/ 1979	1980/ 1989	1990/ 1999	2000/ 2007
Malásia	178.200	1.053.859	3.376.237	6.762.664	11.608.877
Indonésia	136.461	311.053	550.591	1.871.903	7.718.443
Cingapura	56.208	234.947	595.583	344.311	187.474
Costa do Marfim	825	65.437	78.369	131.974	89.933
Papua N. Guiné	0	15.561	92.662	215.972	334.938
Alemanha	3.394	12.913	24.188	39.854	159.966
Holanda	8.238	55.507	82.941	227.160	653.432
Brasil	0	0	4.039	13.475	19.249

	Exportação (US\$1.000)				
	1961/ 1969	1970/ 1979	1980/ 1989	1990/ 1999	2000/ 2007
Malásia	169.964	1.300.430	2.402.529	4.373.415	5.654.870
Indonésia	125.356	361.467	324.039	1.081.017	3.595.003
Cingapura	54.400	295.454	555.699	276.886	129.844
Costa do Marfim	1.028	88.688	62.245	91.659	63.218
Papua N. Guiné	0	18.217	61.789	131.868	158.244
Alemanha	5.057	24.485	27.390	39.089	113.310
Holanda	11.841	95.859	103.602	213.354	447.378
Brasil	0	0	2.848	10.071	8.171

Fonte: FAO (2010).

Nota: Elaboração de Mariana Massena e Mônica de Moura Pires.

**TABELA 2 – Maiores importadores mundiais de óleo de palma (dendê), de 1961 a 2007, valores em toneladas (t) e monetários (US\$1.000)**

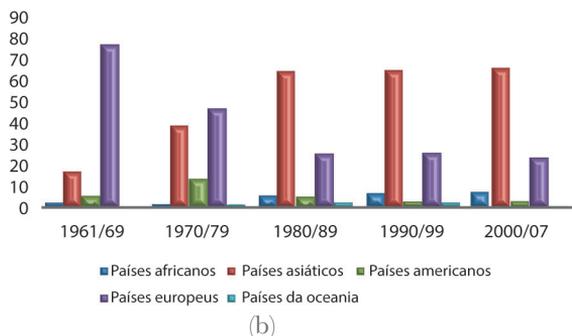
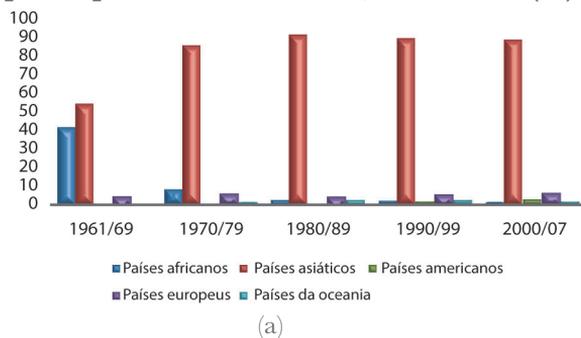
	(t)				
China	96	13.874	198.243	1.260.284	3.732.386
Índia	18.196	121.839	648.788	873.203	3.133.761
Japão	21.286	104.041	182.285	342.707	448.248
Paquistão	784	75.352	381.879	911.382	1.319.074
Cingapura	54.383	256.059	659.340	498.838	216.375
Alemanha	103.965	164.916	192.034	409.298	785.848
Holanda	70.260	156.510	198.429	430.264	1.247.825
<b>Brasil</b>	<b>255</b>	<b>688</b>	<b>449</b>	<b>23.024</b>	<b>39.911</b>
	(US\$1.000)				
China	237	18.428	131.810	782.214	1.848.707
Índia	22.641	176.034	451.994	644.601	1.522.130
Japão	23.073	138.230	149.531	259.823	252.438
Paquistão	1.156	109.898	307.315	709.943	641.779
Cingapura	53.413	306.025	546.432	372.070	115.043
Alemanha	118.629	222.598	163.369	302.496	441.899
Holanda	77.962	197.812	155.929	297.722	625.731
<b>Brasil</b>	<b>140.707</b>	<b>276.173</b>	<b>177.536</b>	<b>244.455</b>	<b>328.982</b>

Fonte: FAO (2010).

Nota: Elaboração de Mariana Massena e Mônica de Moura Pires.

Os dados da FAO (2010) revelam que o continente asiático destaca-se tanto na importação quanto na exportação do óleo, o que demonstra um dinamismo desse mercado (GRÁFICO 2) e a grande importância do consumo interno. De maneira geral, observa-se que os demais países do mundo também apresentam dinamismo no setor, mas em menor intensidade. Deve-se destacar que o óleo de palma é encontrado em um grande número de produtos industrializados, o que indica a importância dessa matéria-prima, especialmente na composição de produtos alimentares (HERZOG, 2010).

**GRÁFICO 2 – Exportação (a) e importação (b) do óleo de palma por continentes entre, 1961 e 2007 (%)**



Fonte: FAO (2010).

*Indicadores de desempenho e eficiência*

A construção dos indicadores tomou como referência os valores monetários. De acordo com a TABELA 3, nota-se que, nas duas primeiras décadas, o desempenho do país, no que diz respeito às exportações, foi irrelevante, necessitando importar o óleo de dendê para suprir a demanda interna. Percebe-se porém que, ao longo do tempo, as exportações e importações foram crescendo. Esse melhor desempenho do setor nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1980, impôs medidas governamentais que propiciassem modernização da atividade a fim de atender ao crescimento do mercado doméstico e também gerar divisas para o país.

Os anos 1990 foram marcados pelo surpreendente crescimento das importações, resultante especialmente de crises macroeconômicas, internas e externas, que afetaram fortemente os custos de produção e preço, desestimulando a produção no país. Assim, teve-se que recorrer ao mercado externo para poder suprir o mercado doméstico, levando as importações a aumentarem de 1,74%, nos anos 1980, para 18,46%, na década de 1990. E com relação aos anos 2000, as exportações caíram para 0,91% e as importações subiram para 20,93% (TABELA 3).

A relação entre a exportação e importação do óleo de palma, durante as duas primeiras décadas, é nula (TABELA 4), pois não há dados para exportação (ou porque não existiu ou pela pouca relevância). A partir dos anos 1980, há uma alavancagem das exportações e uma redução das importações, levando o indicador a atingir quase 400%. Isso ocorreu devido aos incentivos concedidos pelo governo a fim de modernizar o setor agrícola do país. Com isso, as exportações expandiram-se tornando o país mais competitivo no mercado internacional. Dos anos 1990 aos 2000, essa relação reduz-se drasticamente

**TABELA 3 – Indicador de desempenho de exportação e importação do óleo de dendê brasileiro diante do mercado internacional, valores totais por década do período de 1961 a 2007, US\$ 1000**

	Exportações do óleo de dendê		Exportações agrícolas		Total
	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	
1961/1969	0	5.892.712	61.346.063	921.805.883	0,00
1970/1979	0	23.513.994	144.713.605	2.004.046.951	0,00
1980/1989	28.479	37.610.232	153.945.046	2.479.153.720	1,22
1990/1999	100.710	69.785.893	170.156.123	3.542.645.810	3,00
2000/2007	65.371	91.423.402	230.755.621	2.921.942.928	0,91
	Importações do óleo de dendê		Importações agrícolas		Total
	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	
1961/69	3.016	5.537.969	12.902.103	1.393.229.204	5,88
1970/79	8.183	19.715.688	28.167.659	2.500.601.994	3,68
1980/89	5.630	28.573.792	30.843.235	2.720.613.996	1,74
1990/99	151.312	48.996.311	62.053.759	3.708.500.364	18,46
2000/07	170.466	66.653.458	37.253.563	3.048.044.234	20,93

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os indicadores de desempenho foram multiplicados por 100 para obtenção dos resultados em percentual.

por conta do crescimento das importações, decorrente de crises econômicas internas e das instabilidades externas.

O saldo da balança comercial brasileira do óleo de palma apresenta-se negativo em quase todas as décadas estudadas, com exceção apenas dos anos 1980 (TABELA 5). Isso ocorre pelo crescente avanço na industrialização e urbanização do país, juntamente com a necessidade de modernização do setor da agricultura entre os anos 1960 e 1970, a fim de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado doméstico e também gerar divisas para o país. Assim, a partir de 1980, por conta dos incentivos concedidos para os agricultores, as exportações agrícolas crescem mais que as importações, gerando saldos positivos na balança comercial agrícola do país, inclusive para o óleo de palma.

Isso não perdurou nos anos de 1990. As crises da dívida externa brasileira e internacional, nos anos 2000, levaram a fortes impactos na economia agrária brasileira,

**TABELA 4 – Indicador de desempenho de exportação e importação do óleo de dendê brasileiro diante do mercado internacional, valores totais por década do período de 1961 a 2007, US\$ 1000**

	Exportação de óleo de dendê		Importação de óleo de dendê		Total
	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	%
1961/ 1969	0	5.892.712	3.016	5.537.969	0,00
1970/ 1979	0	23.513.994	8.183	19.715.688	0,00
1980/ 1989	28.479	37.610.232	5.630	28.573.792	384,33
1990/ 1999	100.710	69.785.893	151.312	48.996.311	46,73
2000/ 2007	65.371	91.423.402	170.466	66.653.458	27,96

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os indicadores de desempenho foram multiplicados por 100 para obtenção dos resultados em percentual.

**TABELA 5 – Indicador de desempenho da balança comercial do óleo de dendê brasileiro diante do mercado internacional, valores totais por década do período de 1961 a 2007, US\$1.000**

	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Comércio</b>	Total %
	<b>óleo de dendê</b>	<b>óleo de dendê</b>	<b>mundial de dendê</b>	
	Brasil	Brasil		
1961/ 1969	0	3.016	11.433.697	-0,03
1970/ 1979	0	8.183	43.237.864	-0,02
1980/ 1989	28.479	5.630	66.218.133	0,03
1990/ 1999	100.710	151.312	119.034.225	-0,04
2000/ 2007	65.371	170.466	158.312.698	-0,07

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota 1: Os dados referentes ao comércio mundial foram obtidos através da soma das exportações e importações mundiais e do Brasil do óleo de palma.

Nota 2: Os indicadores de desempenho foram multiplicados por 100 para obtenção dos resultados em percentual.

passando o país a se constituir, no caso do dendê, em um importador líquido do óleo de palma.

Com relação à economia interna brasileira de comércio agrícola, o país é um grande exportador de *commodities*, como soja, café, cana-de-açúcar, milho e trigo, e importador de produtos de subsistência. De acordo com a TABELA 6, nota-se que o óleo de palma não apresenta grande participação nas exportações agrícolas brasileiras, e, portanto, sua participação na geração de divisas para o país é quase nula, mesmo assim, pode-se perceber que há um pequeno crescimento nas três últimas décadas, o que pode estar associado à criação de novos mercados destinos, como, por exemplo, o biodiesel, no último período (2000/2007).

**TABELA 6 – Indicador de desempenho de exportação do óleo de dendê brasileiro sobre as exportações agrícolas totais, valores totais por década do período de 1961 a 2007, US\$ 1000**

	Exportação de óleo	Exportações	Total
	de dendê	agrícolas	
	Brasil	Brasil	%
1961/ 1969	0	61.346.063	0,00
1970/ 1979	0	144.713.605	0,00
1980/ 1989	28.479	153.945.046	0,02
1990/ 1999	100.710	170.156.123	0,06
2000/ 2007	65.371	230.755.621	0,03

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os indicadores de desempenho foram multiplicados por cem para obtenção dos resultados em percentual.

### *Principais políticas setoriais adotadas no decorrer de 1961 a 2007*

Com a presença do governo militar na década de 1960, a modernização agrícola tornou-se uma das prioridades desse governo e duas situações destacaram-se neste setor: o trabalho pioneiro, que enfatizava a transformação da agricultura brasileira para impulsionar o desenvolvimento, o que, segundo Gonzalez e Costa (1998), seria alcançado quando houvesse uma modernização das técnicas agrícolas e de investimento em capital humano. E a outra situação seria procedente do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que elaborava políticas direcionadas para a agricultura, mostrando-se a favor de uma reforma agrária a fim de solucionar o problema da baixa produtividade. Nessa década, de acordo com Smith, citado por Lucena e Souza (s.d.), os empréstimos para aquisição de maquinários

agrícola mais que triplicaram, além de ocorrer a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), ou seja, incentivos monetários dados pelo governo, tornando-se um dos mais importantes instrumentos para a modernização do campo.

Nos anos 1970, o crescimento do setor agrícola exportador mostrou-se contínuo; nesse período, o crédito rural foi um dos maiores influenciadores para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Esta década, além de ter sido um marco no crescimento da modernização agrária nacional, também foi marcada pela heterogeneidade da agricultura, pois, de acordo com Teixeira (2005), era notório o avanço da mecanização de algumas culturas e a permanência da estagnação de outras. A demanda por excedentes fez com que a agricultura exportadora brasileira fosse direcionada para poucos produtos. Entretanto, no final desta década, os objetivos para a modernização da agricultura começaram a ser esquecidos devido aos problemas enfrentados pelo país, como a crise petrolífera e o aumento dos juros e da dívida externa, ocasionando a crise fiscal do Brasil que, conseqüentemente, inviabilizou o programa desenvolvimentista adotado no país.

Quanto à década de 1980, a economia brasileira deparou-se com um longo processo de estagnação econômica interna devido à crise do endividamento externo, ocasionando a redução do crédito agrícola. Nesse período, o papel da agricultura tornou-se crucial para a administração das várias conjunturas macroeconômicas da época. Então, para estimular a produção e a exportação de produtos agrícolas, o governo nacional passou a substituir o subsídio do crédito rural por uma política do preço mínimo, ou seja, de acordo com Lucena e Souza (s.d., p. 3):

Através de uma garantia de um preço mínimo para o produtor pretende-se

proteger o setor agrícola contra as oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra e, dessa forma, assegurar um nível mínimo de renda para o produtor rural.

Nesse período, o uso de instrumentos de políticas agrícolas não estava sendo compensatório para os produtores rurais devido ao aumento das taxas de juros e à indexação plena dos financiamentos, o que ocasionou o não cumprimento da legislação específica. Diante das restrições, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tornou-se uma política para a expansão e o desenvolvimento da agricultura brasileira. Essa política foi a maior responsável pelo crescimento da produção de grãos do Brasil daquele período, juntamente com os empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal. O Empréstimo do Governo Federal era um contrato para crédito de comercialização dentro do ano-safra, em que fornecia liquidez ao setor agrícola para o transporte de produtos da safra para entressafra; e a Aquisição do Governo Federal era um instrumento de garantia de preço mínimo para os agricultores, no mesmo instante em que promovia a estabilidade de preços de produtos agrícolas essenciais ao consumo da população.

Apesar dessa década ter apresentado um quadro macroeconômico desfavorável, o setor agrícola do país deparou-se devido à prioridade dada pelo Governo, pois se reconhecia a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico do país e, também, sua relevância para o ajustamento macroeconômico nacional diante da crise sofrida internamente.

Já nos anos 1990, as importações agrícolas tiveram um maior destaque, principalmente nas *commodities* de milho, arroz, algodão e trigo, em consequência da abertura comercial e das reduções tarifárias. Nesse período, com a

implantação do Plano Real, houve uma grande valorização cambial, gerando barateamento das importações e encarecimento das exportações. De acordo com Lucena e Souza (s.d.), os gastos do país com importações agrícolas cresceram de US\$ 1,7 bilhão, entre 1987 e 1989 para 7,1 bilhões, em 1996. Dessa forma, constata-se que o Brasil estava se tornando, cada vez mais, um grande importador de produtos agrícolas. Isso pode ser explicado pelo fato de que as importações de produtos agrícolas são de extrema importância para a estabilização interna dos preços e, igualmente, por fazer parte de acordos comerciais. Com a liberalização comercial e a apreciação do câmbio, no início do Plano Real, a balança comercial deixa de ser superavitária para começar a registrar déficits, a partir de 1995, devido ao crescimento das importações agrícolas.

Nota-se o crescimento do setor agrícola, nos anos 1990, e sua importância para a comercialização externa e na geração de divisas para o país. No entanto, percebe-se que, nesse contexto, havia uma enorme concentração das exportações agrícolas nas mãos de poucos produtores e, com isso, uma tendência de crescimento da participação dos produtos básicos no PIB e no comércio.

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, a economia brasileira experimenta uma estabilidade monetária, mas também passa a conviver com déficits constantes no balanço de pagamentos em consequência da sobrevalorização da taxa de câmbio. E, em razão da fraqueza das contas do setor externo brasileiro e das sucessivas crises internacionais da década (México em 1994, Ásia em 1997, Rússia em 1998), houve uma pressão muito grande sobre a taxa de juros interna em janeiro de 1999, passando do regime de câmbio fixo para taxa de câmbio flutuante. As crises mundiais fizeram com que o preço, em nível de produtor, diminuísse, mas a retração do mercado externo não impediu que os agricultores exportassem mais, porém apresentando

menores ganhos monetários e, segundo a Associação Brasileira de Comércio Exterior, citada por Lucena e Souza (s.d.), a partir de meados de 1997, as *commodities* atingiram os preços mais baixos dos últimos 20 anos no mercado internacional.

Apesar das diversas crises internacionais ocorridas no final dos anos 1990, a agricultura brasileira tornou-se mais competitiva a partir dos anos 2000 devido às maiores estabilidades econômicas e também pelos maiores empregos de tecnologias e mão de obra mais qualificada. Um dos principais objetivos do governo era melhorar o desempenho do setor agrícola, a fim de abastecer os mercados externos, assim como suprir as necessidades da demanda interna.

Com um novo direcionamento político-econômico do Governo Lula, o agronegócio brasileiro começa a apresentar uma nova dinâmica, devido aos ajustamentos macroeconômicos, proporcionados pelo Governo Federal para estimular os investimentos no mercado interno e, na política agrícola em especial, disponibilizando créditos e outros instrumentos para diminuir riscos com relação à agricultura. Nessa mesma década, em dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), gerando grandes oportunidades de expansão da atividade agrícola do país, além de permitir maior agregação de renda para a agricultura familiar e maiores estímulos para a produção de diversas matérias-primas para os grandes produtores, através da extração da potencialidade de cada região.

### **Considerações Finais**

O Brasil apresenta condições favoráveis para a fabricação de combustíveis renováveis, em disponibilidade territorial, condições edafoclimáticas e tecnologias avançadas. Por conta disso, o país não pode

deixar de acompanhar o mercado externo, quando se trata de energias renováveis e diminuição dos impactos ambientais, pois, uma vez que possui grande oferta de recursos naturais, coloca-se numa posição de destaque no contexto nacional e internacional. Com a introdução do Programa do Biodiesel, o Brasil iniciou um novo processo no setor energético, o que reforça a utilização de fontes renováveis e a diversidade da matriz energética brasileira.

A comercialização do biodiesel, no Brasil, é amparada por um marco regulatório que trata do percentual da mistura do biodiesel ao diesel, tornando o novo combustível mais competitivo diante do diesel. Além de contemplar as diversas oleaginosas produzidas no país, esse combustível permite melhor suprimento do mercado interno em relação à fonte de energia, combustível renovável e inclusão social.

Em se tratando da importância do óleo de dendê, a comercialização desse produto, no mercado mundial, tem aumentado de maneira expressiva, e um dos fatores que leva a esse feito é o crescimento das economias globais. A comercialização de produtos industrializados vem dinamizando o mercado de óleo de dendê em nível internacional.

De acordo com o trabalho realizado, durante o período de 1961 a 2007, percebe-se que o desempenho e a eficiência do mercado brasileiro dessa matéria-prima são pouco expressivos se comparados aos principais países que participam desse mercado, apesar de possuir condições edafoclimáticas que permitiriam maior dinamismo para a atividade.

A partir da década de 1980, o mercado brasileiro de óleo de dendê iniciou uma trajetória de crescimento, resultante de diversos fatores, como políticas de incentivo à cultura, novas tecnologias e preços remuneradores. Os anos 1990, no entanto, foram marcados por crises que afetaram substancialmente a lavoura e levaram a um

fraco desempenho dos cultivos. Nos anos 2000, houve certa recuperação do fruto das expectativas decorrentes do lançamento do PNPB, que inseriu o dendê como matéria-prima prioritária na produção de biodiesel no Brasil. Assim a criação de um novo mercado destino propiciou um novo fôlego para os produtores que viram, nesse mercado, a possibilidade de melhor remuneração para a cultura. Mesmo assim, o desempenho do país é aquém do que se espera, levando-o ainda à condição de importador dessa matéria-prima. O crescimento do mercado interno do biodiesel e a disponibilidade de matérias-primas indicam perspectivas favoráveis para o dendê, tanto no aspecto das condições edafoclimáticas, que permitem sua expansão, quanto na geração de emprego e renda no meio rural.

O agronegócio do dendê apresenta grandes possibilidades para pequenos, médios e grandes produtores. Entretanto, para que isso ocorra, é preciso que haja modificações no desenvolvimento dessa cultura, como organização e capacitação de produtores, uso de manejos mais adequados e adoção de tecnologias mais apropriadas para extração do óleo. Esses vários fatores revelam pontos a favor da cultura do dendê, os quais têm levado o Governo Federal a definir programas de expansão da cultura. Tais políticas deverão contribuir para a expansão e o desenvolvimento dos cultivos, tornando o dendê importante fonte de matéria-prima para a produção do biodiesel.

## ***REFERÊNCIAS***

AIDAR, A. C. K. Indonésia e Malásia, os gigantes do óleo de palma e dos produtos Halal. **Agroanalysis** – Revista de Agronegócio da FGV, v. 28, n. 2, p. 19-27, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/36423>>. Acesso em: dez. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Dados**, 2010-2011. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=17680&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1270666031534>>. Acesso em: maio 2010.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). Departamento de Estratégias do Desenvolvimento. **Competitividade: conceituação e fatores determinantes**. Rio de Janeiro: BNDES, 1992. (textos para discussão).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. (coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 2. ed. Campinas: Paperies, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Dados**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: mai. 2010.

GONZALEZ, B. C. R.; COSTA, S. M. A. L. **Agricultura Brasileira**: modernização e desempenho. 1998. Disponível em: <[http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev\\_n10\\_1998\\_art1.pdf](http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev_n10_1998_art1.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

HAGUENAUER, L. **Competitividade**: conceitos e medidas. Rio de Janeiro: IEI: UFRJ, 1989. (Texto para Discussão, 211).

HERZOG, A. L. Óleo de Palma. Vilão lá fora, mocinho aqui? **Planeta Sustentável**, São Paulo, 6 out. 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/vilao-la-fora-mocinho-aqui-603390.shtml>>. Acesso em: dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: mai. 2010.

KALTNER, F. J. et al. **Biodiesel porque tem que ser dendê**. Belém, PA: Editoração Eletrônica, 2007.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**: teoria e política. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. de J. de. **Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000**. Disponível em: <[http://www.nalijssouza.web.br.com/pol\\_agr\\_br.pdf](http://www.nalijssouza.web.br.com/pol_agr_br.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

MONTEIRO, K. F. G. et al. **O cultivo do dendê como alternativa de produção para a agricultura familiar e sua inserção na cadeia do biodiesel no Estado do Pará.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/docs/.../agricultura/CultivoDende>>. Acesso em: mai. 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB). **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>>. Acesso em: dez. 2010.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

PIRES, M. de M. **Perspectivas de expansão da produção de grãos em Minas Gerais no contexto de liberalização de mercados.** 1996. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)– Universidade Federal de Viçosa, 1996.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações.** 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústria e da concorrência. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SALVATORE, D. **Economia internacional.** 6. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, ano 2, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005. Disponível em: <[http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista\\_ano2\\_numero2/jodenir.pdf](http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista_ano2_numero2/jodenir.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

THOMPSON JÚNIOR, A. A.; FORMBY, J. P. **Microeconomia da Firma**: teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall do Brasil Ltda., 1998.

# 6

## Competitividade do óleo de mamona brasileiro

*Uma análise a partir de  
indicadores de desempenho e  
eficiência*



*Tallys Lima de Souza  
Mônica de Moura Pires*

**A** mamona é uma planta oriunda da Ásia e de fácil adaptação climática, encontrada em praticamente todos os continentes. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2012), aproximadamente 30 países cultivam essa oleaginosa, sendo Índia, China e Brasil os três principais produtores.

O óleo é o principal produto derivado da mamona, extraído diretamente das sementes e utilizado na fabricação de diversos produtos como: medicamentos, cosméticos, tintas, vernizes, lubrificantes, entre outros. Por ser um produto de importância na indústria química, em função das suas diversas aplicações, o mercado mundial de óleo de mamona gera valores monetários relevantes no comércio internacional, e as nações mais industrializadas são seus maiores consumidores.

Os mercados europeu e asiático representam os principais consumidores de óleo. Os países desenvolvidos, que não produzem mamona, muitas vezes atuam na triangulação do mercado, importando óleo bruto, agregando valor, e destinando o excedente gerado para exportação. De maneira geral, percebe-se que a tendência desse mercado, no comércio internacional, é de crescimento, em função do aumento no seu uso para fabricação de novos produtos, a exemplo do biodiesel.

Dados da FAO (2012) revelam que, atualmente, o Brasil é o terceiro maior produtor e exportador de óleo, possuindo papel de destaque no comércio mundial; no entanto, na década de 1980, o país chegou a ocupar a primeira posição no mercado internacional, detendo, aproximadamente, 28% da área plantada do mundo e 32% da produção mundial, constituindo-se também no maior exportador do óleo de mamona, no período de 1978/1982. Tal colocação foi superada, posteriormente, pela Índia e pela China que, hoje, são os maiores produtores mundiais de mamona em baga e de seu óleo.

A introdução dessa oleaginosa, em solo brasileiro ocorreu no século XVI, quando os portugueses trouxeram as primeiras sementes para a então colônia, e, desde então, vem sendo cultivada por agricultores brasileiros. Por apresentar resistência à seca, adaptou-se com facilidade ao semiárido nordestino, principal região produtora do país.

De acordo com a Seagri (2009), mais de 80% da produção brasileira de mamona provém de pequenas áreas cultivadas pela agricultura familiar, situadas principalmente no estado da Bahia, o qual responde por mais de 60% da produção nacional. A microrregião de Irecê, localizada no semiárido baiano, é destaque no seu cultivo. No período 2008/2009, deteve uma área plantada de 67.693 hectares, valor que corresponde a 67% da área plantada no estado, além de ser o mercado “central” de cotação dos preços da mamona no mercado nacional. Em termos de beneficiamento do óleo, a Bahia concentra o maior número de unidades, revelando sua importância tanto na produção como na etapa de beneficiamento.

Quando do lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel em dezembro de 2004, pelo fato de o país ser um dos maiores produtores mundiais de mamona e também por esta oleaginosa ser cultivada por pequenos agricultores em uma região carente, sob o ponto de vista socioeconômico, ela foi escolhida, juntamente com o dendê, para ser uma das matérias-primas principais para a produção de biodiesel. Esse novo mercado de destino do óleo de mamona vem promovendo mudanças, em nível doméstico, na sua cadeia produtiva.

Diante do exposto, este trabalho analisa o mercado de óleo de mamona do Brasil, no período que se estende de 1961 a 2007, sob o ponto de vista da competitividade e da influência da introdução do biodiesel na matriz energética do país, a partir da demanda dessa matéria-prima na produção desse combustível.

Considerando que o programa de biodiesel representa um investimento estratégico na segurança energética nacional, as análises propostas, neste estudo, revelam-se importantes, uma vez que podem balizar diretrizes políticas que auxiliem no desenvolvimento da produção e comercialização dessa oleaginosa.

## METODOLOGIA

### *Indicadores de desempenho e eficiência*

Para analisar a competitividade do óleo de mamona brasileiro no mercado internacional, foram mensurados indicadores de desempenho e eficiência, conforme Haguenauer (1989). Os indicadores de desempenho focalizam a participação do país em relação a um produto no mercado internacional, ao longo de um período de tempo, fornecendo uma análise *ex post*, que visa identificar o desempenho do produto no mercado. O indicador de eficiência permite mensurar a capacidade de competição de um país no mercado a partir de análises de preço, qualidade, tecnologia e produtividade; portanto, refere-se a uma análise *ex ante*, que procura explicar o desempenho de determinada atividade sob determinadas condições de produção.

### *Exportação*

O indicador  $I_j$  demonstrado na eq.(1), apresenta a razão de proporções, posto que o resultado é obtido por meio da divisão da participação das exportações do produto  $j$ , na pauta de exportações de produtos agropecuários do país  $i$ , pela participação do mesmo produto  $j$  na pauta mundial de exportações de produtos agropecuários dos países considerados mundo. À medida que a participação do setor aumenta no comércio internacional de produtos agropecuários, pressupõe-se que o indicador deverá crescer, e tal fato implica maior competitividade do setor analisado.

$$I_1 = (X_{ij} \div X_{it}) \div (X_{nj} \div X_{nt}) \quad (1)$$

em que  $X_{ij}$  = exportações de óleo de mamona do Brasil, em dólares;  $X_{it}$  = exportações de produtos agropecuários do Brasil;  $X_{nj}$  = exportações de óleo de mamona do grupo; e  $X_{nt}$  = exportações de produtos agropecuários do grupo.

O símbolo X representa exportações e os sufixos (i) e (j) representam, respectivamente, o país e o setor em análise (mamona), e (n) e (t) definem, respectivamente, o universo de países considerados (mundo) e o total do setor agropecuário.

### *Importação*

O indicador  $I_2$ , demonstrado na eq.(2), na qual o símbolo M indica importações, pode ser analisado de maneira integrada com  $I_1$ , e consiste na razão entre a participação de um determinado setor nas importações totais do país considerado e nas importações totais do grupo de referência. Quanto maior o valor assumido por esse índice, menor é a competitividade do setor e, à medida que o valor aumenta, infere-se que há redução nessa competitividade.

$$I_2 = (M_{ij} \div M_{it}) \div (M_{nj} \div M_{nt}) \quad (2)$$

em que  $M_{ij}$  = importações de óleo de mamona do Brasil, em dólares;  $M_{it}$  = importações de produtos agropecuários, em dólares;  $M_{nj}$  = importações de óleo de mamona do grupo, em dólares; e  $M_{nt}$  = importações de produtos agropecuários do grupo, em dólares.

### *Relação entre exportação e importação*

O indicador  $I_3$ , demonstrado na eq.(3), é dado pela razão entre exportações/importações para o setor e país considerados, denominado de “taxa de cobertura”. A partir desse cálculo, verifica-se o nível de participação, de um país em relação às exportações e importações mundiais do setor considerado.

$$I_3 = (X_{ij} \div X_{nj}) \div (M_{ij} \div M_{nj}) \quad (3)$$

em que  $X_{ij}$  = exportações de óleo de mamona do Brasil, em dólares;  $X_{nj}$  = exportações de óleo de mamona do grupo, em dólares;  $M_{ij}$  = importações de óleo de mamona do Brasil, em dólares; e  $M_{nj}$  = importações de óleo de mamona do grupo (mundo), em dólares.

### *Saldo comercial do produto*

O indicador  $I_4$ , dado pela eq.(4), mede o saldo comercial do produto  $j$  do país  $i$  no mercado mundial, em que  $W_j$  representa o comércio mundial do produto  $j$ . Quanto maior o valor desse índice, maior a intensidade de participação do país no comércio internacional do produto, como exportador ou importador. Caso o indicador seja positivo, o país é um exportador líquido do produto, caso contrário, um importador.

$$I_4 = 100 \times (X_{ij} - M_{ij}) \div W_j \quad (4)$$

em que  $X_{ij}$  = exportações de óleo de mamona do Brasil, em dólares;  $M_{ij}$  = importações de óleo de ma-

mona do Brasil, em dólares; e  $W_j$  = comércio mundial de óleo de mamona, em dólares.

*Impacto da exportação do produto sobre a exportação total*

O  $I_5$ , apontado pela eq.(5), indica a participação da exportação do produto  $j$  (óleo de mamona) no Brasil, no total da exportação agrícola brasileira. Esse indicador procura analisar a relevância da atividade no conjunto das exportações do país.

$$I_5 = \frac{X_{ji}}{X_i} * 100 \quad (5)$$

*Fonte dos dados e área de estudo*

As análises efetuadas, neste trabalho, referem-se ao óleo de mamona dos principais países que participam do comércio internacional. O período de análise compreende os anos de 1961 a 2007 e foi subdividido em cinco subperíodos: 1961/1969, 1970/1979, 1980/1989, 1990/1999 e 2000/2007, a fim de comparar o comportamento do mercado, ao longo das últimas cinco décadas, e verificar a evolução do produto no tempo. Parte-se do pressuposto que a decomposição da análise por décadas permite identificar os impactos decorrentes de medidas de políticas setoriais e macroeconômicas sobre a cadeia produtiva da mamona.

Os dados de exportação e importação do óleo de mamona e dos produtos foram obtidos no *site* da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Esses dados foram coletados em dólares americanos (US\$) e, posteriormente deflacionados pelo Índice de Preços Americano (IPA) obtido no IBGE, base 2007.

De todos os países que participam do setor, foram analisados os 20 maiores exportadores (Brasil, Índia, Japão, China, Holanda, Alemanha, Reino Unido, França, Tailândia, Equador, Singapura, Estados Unidos, Bélgica, Itália, Suécia, Filipinas, Paraguai, Paquistão, África do Sul e Malásia) e importadores (Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Holanda, China, Japão, Itália, Rússia e antiga URSS, Espanha, Polônia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Bélgica, Canadá, Austrália, África do Sul, Tailândia, Rússia, Coreia do Sul) do óleo de mamona, ao longo do período estudado. Em seguida, foram calculados os indicadores analisados neste estudo, conforme descrito na metodologia.

## **Resultados e discussão**

### *Indicadores de desempenho e eficiência do óleo de mamona do Brasil*

A TABELA 1 apresenta o desempenho dos cinco indicadores de competitividade do óleo de mamona brasileiro no mercado internacional, ao longo do período analisado.

O  $I_1$ , indicador de exportação do óleo de mamona brasileiro, revela que a participação brasileira no mercado internacional do óleo de mamona, ao longo da série estudada, sofreu drástica redução (TABELA 1). No primeiro período 1961/1969, o valor apontava para  $I_1$  acima de 1000%, indicando elevada competitividade do país no setor. À época, o Brasil ocupava a posição de maior produtor e exportador mundial do óleo. Nas décadas seguintes, observa-se que o indicador declina percentualmente, resultante da diminuição gradativa da participação brasileira no mercado internacional. Consi-

**TABELA 1 – Indicadores de desempenho e eficiência do óleo de mamona do Brasil, de 1961 a 2007 (em %)**

Períodos	I1	I2	I3	I4	I5
1961/ 1969	1.023,74	*	*	32,37	2,00
1970/ 1979	1.009,04	*	*	35,61	1,81
1980/ 1989	700,00	*	*	20,30	0,70
1990/ 1999	133,83	376,77	122,96	0,40	0,08
2000/ 2007	32,45	49,56	489,60	0,80	0,02

Fonte: FAO, 2012.

Notas: I1: Indicador de desempenho de exportação; I2: Indicador de desempenho de importação; I3: Relação entre exportação e importação do produto; I4: Saldo comercial do produto; I5: Impactos da exportação do produto sobre a exportação total; \*valores inexpressivos.

derando toda a série de 1961 a 2007, a redução da competitividade do óleo de mamona brasileiro via indicador de exportação foi de 991,29%. Esse fato ocorreu diante da redução da produção de mamona, principalmente, a partir da década de 1980, o que acabou influenciando negativamente as exportações do óleo, fazendo com que a China e, principalmente, a Índia ultrapassassem o Brasil. Acrescente-se a isso o aumento da demanda doméstica e, muitas vezes, preço interno mais remunerador que aqueles praticados no mercado externo. Assim, muitas vezes, opta-se pela não exportação do produto e abastecimento do mercado interno.

O indicador de importação do óleo de mamona brasileiro ( $I_{2,t}$ ) aponta para elevada competitividade do país, em função do valor atingido ser praticamente zero (TABELA 1). As décadas de 1960 a 1980 foram marca-

das por uma produção ajustada ao consumo, em que não era necessária a importação do óleo de mamona pelo país, ainda gerando excedentes exportáveis. No entanto, a queda na produção do óleo a partir dos anos 1980, que continuou na década seguinte de forma mais drástica, leva o Brasil à condição de importador desse produto, tal fato é captado pelo  $I_2$ , que atinge o percentual de quase 380%. Nos anos 2000 (2000/2007), o setor apresenta certa recuperação decorrente do aumento da produção de mamona, resultando em redução das importações.

Analisando o  $I_3$  (relação importação e exportação), nota-se que, por conta da ausência de importações, não foi possível calcular esse indicador para as três primeiras décadas analisadas. Até então, o país participava do mercado internacional na condição exclusiva de exportador do produto, no entanto, com importações a partir da década de 1990, concomitantemente com a redução das exportações, verifica-se aumento desse indicador, pois o país passa à condição de importador líquido, em função de preços externos menores que aqueles praticados internamente, por causa do câmbio favorável à importação, e produção interna insuficiente para abastecer o mercado doméstico. (TABELA 1). Mesmo assim, apesar de as importações virem ocorrendo sistematicamente nas últimas décadas, o país tem se beneficiado desse comércio, já que as exportações sempre superaram as importações.

O indicador de saldo comercial do óleo de mamona ( $I_4$ ) confirma a relevância do país no mercado de óleo, nas décadas de 1960 e 1970, através da geração de divisas para o país, pois o saldo comercial em relação ao comércio mundial do óleo chegou a ser superior a 30% (TABELA 1). No entanto, a partir da década de 1980, essa participação reduz-se continuamente até a década seguinte, chegando a atingir o percentual de 0,40%. No período

2000/2007, verifica-se que o saldo comercial aumenta, se comparado ao período anterior (0,80%). Mesmo assim, as quedas nas exportações foram drásticas, implicando pouca expressividade do setor no comércio mundial.

O indicador do impacto da exportação do óleo de mamona sobre exportações totais agrícolas ( $I_5$ ) aponta para redução da participação do óleo de mamona na pauta de exportações dos produtos agrícolas brasileiros, o que indica perda de importância do setor. De 1961 a 1969, o valor das exportações do óleo correspondia a 2% das exportações agrícolas (TABELA 1). No entanto, na década de 1990, esse percentual não ultrapassava 0,1% e, de 2000 a 2007, tem-se o pior resultado, apenas 0,02%. No geral, o  $I_5$  revela redução da competitividade do setor, e perda em nível interno e externo.

#### *Influência das medidas políticas setoriais e macroeconômicas sobre o mercado de mamona*

Durante os anos de 1961 a 2007, o Brasil passou por grandes transformações políticas, sociais e principalmente econômicas que, de certa forma, afetaram direta ou indiretamente o setor agrícola. Assim, procura-se aqui identificar como tais transformações afetaram o mercado da mamona.

No geral, os planos econômicos, a partir da década de 1960, tinham como meta a modernização do setor agrícola, para o qual se criou uma série de infraestrutura (pesquisa e extensão), crédito rural subsidiado para acesso a novas tecnologias, etc. Segundo Lucena e Souza (s.d.), o conjunto dessas ações afetou positivamente a produção agrícola nessa década quando comparada à década anterior. As exportações agrícolas brasileiras cresceram, atingindo mais de 6,5 bilhões de dólares, des-

tacando os produtos agrícolas industrializados, a exemplo do óleo de mamona, que atingiu a cifra média de 136 milhões de dólares, no período. Ao fim dessa década, o cenário externo apresentava-se favorável, com a elevação dos preços dos produtos agrícolas e redução dos preços dos bens de capital. Sob esse cenário nacional, o cultivo da mamona se expande, levando o país à condição de maior produtor e exportador do óleo de mamona, revelando a eficiência das políticas agrícolas adotadas.

Na década de 1970, o país é marcado pelo “Milagre Econômico”. Nesse período, há forte influência do pensamento cepalino, adotando uma postura individualista e nacionalista, cujo foco de desenvolvimento era o mercado doméstico, baseado na substituição das importações. Assim, salienta Daher (2008, p. 1): “a maturação do processo de industrialização e a política econômica de substituição de importações levaram forte impulso ao campo”.

As políticas agrícolas adotadas nesse período mantinham e ampliavam as medidas de investimento no setor agrícola, através das pesquisas desenvolvidas e aumento da tecnologia no campo, possibilitando o crescimento da produtividade dos cultivos, dentre eles o da mamona. Outro fato que influenciou positivamente o setor foi a expansão do crédito rural subsidiado, pois as taxas e juros nominais, nessa época, eram fixados abaixo da taxa de inflação.

Todos esses fatores refletiram de forma positiva sobre o setor da mamona, propiciando aumento da produção em 29% entre os anos de 1960 e 1970. Assim, nota-se que, nos anos 1970, os cultivos se expandem e o Brasil reforça sua liderança no *ranking* mundial na produção e exportação do óleo.

Na década de 1980, conhecida na história econômica como a “década perdida”, o cenário é de instabilidade econômica no país. Os choques do petróleo, na década de 1970, têm seus reflexos negativos assentados

nos primeiros anos da década de 1980; além disso, o país enfrentava o agravamento inflacionário e aumento da dívida externa. Nesse contexto, é lançado o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), formulado para o período de 1980/1985, em que o setor agrícola se constituía em um “amortecedor” dos problemas econômicos do Brasil, capaz de aliviar as pressões inflacionárias e gerar divisas via exportações. Mesmo assim, a agricultura também sofre fortemente com a inflação em patamares cada vez mais elevados, junto com os demais setores da economia brasileira.

O Estado, na tentativa de inibir os efeitos da crise do petróleo, principalmente através da redução dos gastos públicos, põe fim aos subsídios, provocando uma drástica redução do crédito agrícola e a liberação das taxas de financiamento. As taxas de juros tornam-se cada vez mais elevadas que a taxa de inflação. Para tentar amenizar a situação, foi lançada a política de garantia de preços mínimos (PGPM), que se tornou o principal instrumento para desenvolvimento da agricultura brasileira. Entretanto, a hiperinflação dos anos 1980 revelou a fragilidade e vulnerabilidade dessa política, dado que os preços eram fixados em termos nominais meses antes da colheita, antecipando, de certa forma, a inflação do período da venda do produto que, por muitas vezes, era muito maior do que a prevista. Assim, são elaborados sucessivos planos de estabilização nos anos 1980 — Cruzado I e II, Bresser e Verão —, que poucos efeitos surtiram e acabaram por penalizar ainda mais o setor agrícola, em especial os cultivos dependentes de crédito agrícola (LUCENA; SOUZA, s.d.).

Apesar da intensa redução do crédito rural e dos financiamentos, a agricultura brasileira apresentava ainda um cenário positivo, fruto dos investimentos em pesquisa e tecnologia. Nesse período, as exportações

agrícolas tiveram um bom desempenho, atingindo um valor superior a 15 bilhões de dólares. Contudo, o setor de mamona apresentou decréscimo na área plantada, principalmente a partir da safra 1984/1985, em relação aos anos 1970, o que afetou as exportações do óleo. A escassez do crédito rural afetou a lavoura, pois muitos produtores não conseguiam obter novos créditos, além do mais, o pagamento dos antigos possuíam juros muito elevados. Assim, o produtor foi duplamente penalizado.

A década de 1990 marca um novo período para a economia brasileira, no entanto, para o setor agrícola, as perspectivas eram pouco otimistas. Os planos Collor I e II, lançados no início desse período, não conseguiram conter a superinflação e tão pouco melhoraram a situação do setor agrícola brasileiro, pois, assim como os planos passados, acabaram por penalizar a agricultura reduzindo sua liquidez, limitando a comercialização das safras (LUCENA; SOUZA, s.d.).

Em 1994, ocorreu a implantação do Plano Real e estabilidade inflacionária. No entanto, a ancoragem cambial e as altas taxas de juros do período provocaram um maior desconforto para o setor agrícola, que já não passava por uma boa fase devido aos altos endividamentos da década de 1980. Segundo Lucena e Souza (s.d., p. 8), “a valorização da taxa de câmbio real e a política de liberalização das importações, reduziu a rentabilidade da produção agrícola”. Tal redução é ilustrada pelo fato de que as áreas com cultivos de mamona foram sendo substituídas por outras culturas mais rentáveis.

Segundo Santos e Barros (2003), a partir da safra 1985/1986, inicia-se um período de redução da área colhida e da quantidade produzida da mamona em baga no país, que alcançou seu menor nível na safra 1997/1998 (60,98 mil hectares plantados). Essa redução da área plantada influenciou negativamente na produção do óleo, que

coincidiu com o aumento do consumo doméstico do produto, implicando elevação significativa das importações do óleo de mamona, atingindo aproximadamente 14 mil toneladas na década de 1990. De acordo com Vieira, citado por Santos e Barros (2003, p. 1), nas regiões Sul e Suldeste, a redução da área plantada de mamona no país se deu devido

à não competitividade econômica da mamona perante as culturas concorrentes; já na região Nordeste eles consideram fatores importantes: 1. Desorganização e inadequação dos sistemas de produção vigentes, devido à reduzida oferta de sementes de cultivares melhoradas geneticamente; 2. Utilização, por parte dos produtores, de sementes impróprias para o plantio (de baixo rendimento médio e qualidade e de alta susceptibilidade às doenças e pragas); 3. Utilização de práticas culturais inadequadas (como espaçamento, época de plantio e consorciação); 4. Desorganização do mercado interno tanto para o produtor como para o consumidor final; 5. Baixos preços pagos ao produtor agrícola; 6. Reduzida oferta de crédito e de assistência técnica ao produtor agrícola; 7. Utilização da mesma área para sucessivos plantios da cultura.

Como a região Nordeste é a principal produtora de mamona no Brasil, o abandono provocou a redução de 81% e 91%, respectivamente, na quantidade produzida e exportada do óleo, levando em consideração o período de 1970 a 1999. Com relação à área colhida, segundo a FAO (2012), a média da década de 1990 girou em torno dos 146 mil hectares, a menor em toda a série

analisada. A redução chegou a 61,5% em relação à década de 1980, efetivando uma drástica redução da cultura no país. Além da substituição da mamona por culturas mais rentáveis, a dificuldade do acesso ao crédito rural, especialmente pelos pequenos agricultores, penalizava ainda mais a lavoura da mamona.

Os anos 2000 marcam outro contexto do cenário econômico brasileiro. De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), a inflação mantinha-se estável, o país conseguia amenizar os problemas da sua dívida externa. No contexto geral, a economia mundial apresentava um cenário de crescimento e farta liquidez. O aquecimento do comércio internacional, nesse período, favoreceu muito as exportações agrícolas brasileiras que atingiram, no período 2000/2007, segundo a FAO (2012), uma média próxima a US\$ 29 bilhões, apresentando um crescimento real de 69,5% em relação às exportações da década de 1990. O período também marca o retorno do crédito rural, através das facilidades propostas pelo governo, com o intuito de alavancar a produção nacional de bens agrícolas, em especial para exportação.

O período de 2000/2007 apareceu como um retorno da lavoura da mamona ao cenário da agricultura brasileira, período marcado por diversos acontecimentos importantes que alavancaram a cultura no cenário nacional. A preocupação do governo em tornar a matriz energética brasileira menos dependente dos combustíveis fósseis, aponta o retorno de um velho projeto. Assim, o Programa Brasileiro de Biodiesel de 2004 lança novas perspectivas para a atividade ao inserir a lavoura como fonte de matéria-prima para produção de combustível. Segundo Campos e Carmelio (2007), vários artifícios foram criados para facilitar o crédito para a agricultura familiar, principal produtora de mamona no país, entre eles o Programa Nacional de Agricultura Familiar

(Pronaf) - Biodiesel, uma linha de crédito que permite ao agricultor obter empréstimo de custeio antes de quitar o anterior, para a produção de oleaginosas.

Esse novo incentivo influenciou positivamente a produção de mamona no país, e assim, de 2000 a 2007, a área plantada no país cresceu em relação à década anterior em torno de 16% (FAO, 2012). A expansão dos cultivos foi propiciada também pelo aumento dos preços provocados pela entrada das indústrias de biodiesel no mercado, antes apenas dominado, pelas indústrias ríco-químicas. No geral, até o período estudado, pode-se observar que o setor aos poucos é estimulado a se expandir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento do mercado mundial do óleo de mamona, nas últimas décadas, tem como principal ponto de fomento o avanço da indústria química, que possibilitou o seu uso em diversos produtos, entre eles o biodiesel.

No mercado internacional, o país perdeu competitividade ao longo do tempo, de acordo com todos os indicadores analisados a partir da década de 1990, dado que a Índia é, na atualidade, o país com maior competitividade no mercado, devido a sua expressiva participação no comércio internacional.

Em contraposição ao eventual crescimento do mercado mundial do óleo de mamona, o Brasil apresentou redução expressiva de sua participação nesse comércio, resultante da redução do crédito rural, poucos avanços tecnológicos, mercado oligopsonista (poucas indústrias compradoras diante de pequenos produtores) e preços pouco compensadores.

Incentivos governamentais, como a liberação do crédito rural, através da criação do Pronaf Biodiesel e do selo combustível social, que garantem a venda da produção do produtor familiar, foram medidas adotadas a partir do PNPB, que vêm dando certo fôlego e estímulo para os pequenos produtores de mamona, contribuindo assim para o aumento da produção da mamona e do óleo no período 2000/2007.

Apesar de o programa de biodiesel priorizar a mamona como matéria-prima, hoje, a participação dessa oleaginosa, na produção desse combustível é pouco expressiva, sendo ainda a indústria ricinoquímica o principal mercado destino do óleo de mamona. No entanto, o governo mantém as pesquisas e acredita na potencialidade da mamona para fins energéticos. O crescimento do mercado interno do óleo de mamona, juntamente com a capacidade produtiva da matéria-prima, faz com que o Brasil seja um dos países “líderes” no processo de desenvolvimento desse mercado. Nota-se que, mesmo com os entraves existentes, o mercado tem conseguido superá-los lentamente, o que poderá ser mais fácil se houver uma melhor estruturação da cadeia produtiva dessa oleaginosa, levando o produtor a expandir e a aperfeiçoar sua produção, tornando-se mais competitivo para enfrentar as dificuldades comumente verificadas no setor, em especial para o fornecedor de bagas às indústrias.

## **REFERÊNCIAS**

CAMPOS, A.; CARMELIO, E. C. **Biodiesel e agricultura familiar no Brasil**: resultados socioeconômicos e expectativas futuras. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/ProjetoBr/biodiesel-e-agricultura-familiar-no-brasil>>. Acesso em: out. 2010.

DAHER, R. Crise na agricultura. Terra Magazine, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0OI3397013-EI12666,00-Crise+na+agricultura.html>>. Acesso em: nov. 2010.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/20lula.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

HAGUENAUER, L. **Competitividade**: conceitos e medidas. Rio de Janeiro: IEI: UFRJ, 1989. (texto para Discussão, 211).

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. J. de. **Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000**. Artigo. Disponível em: <[www.nalijsoouza.web.br.com/pol\\_agr\\_br.pdf](http://www.nalijsoouza.web.br.com/pol_agr_br.pdf)>. Acesso em: nov. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Dados**, 2010-2011. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: nov. 2012.

SANTOS, R. F. dos; BARROS, M. A. L. **Cultivo da Mamona**: importância econômica. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mamona/CultivodaMamona/importancia.htm>>. Acesso em: nov. 2010.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (Seagri). **Dados**. Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/estimativa\\_safra\\_cultura.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/estimativa_safra_cultura.pdf)>. Acesso em: fev. 2010.

Caracterização  
econômica e social  
da mulher inserida  
na graduação da  
Universidade Estadual  
de Santa Cruz (Uesc),  
município de Ilhéus - Bahia



*Sharlene Cristiane Reis Cruz dos Santos  
Aline Conceição Souza*

**A**o longo dos anos, a mulher passou a conquistar espaço em diferentes esferas da sociedade e a desempenhar diversos papéis. Dessa forma, conforme Vieira (2006), alguns fatores levaram a uma maior inserção feminina no mercado de trabalho, a exemplo das mudanças ocorridas no processo produtivo e a consolidação do sistema capitalista. Logo, o aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade foi dado a partir do avanço da industrialização, que transformou a estrutura produtiva, dando continuidade ao processo de urbanização e à queda das taxas de fecundidade (TEIXEIRA, 2005).

Entretanto, Kon (2005) ressalta que as condições enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho sempre foram diferenciadas e desvantajosas, quando relacionadas ao trabalho masculino, pois, na divisão sexual, para a manutenção da família, ao longo do tempo, foi atribuída ao sexo masculino a função de principal provedor financeiro da casa e, ao sexo feminino, as tarefas domésticas e reprodução biológica da força de trabalho.

Historicamente, observa-se que a revolução feminina ocorrida no final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, chegaram como uma onda e produziram o ressurgimento do movimento feminista nacional, fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira (MELO; LASTRES, 2003). Melo e Bandeira (2005) ressaltam que o comportamento e os valores sociais das mulheres, auxiliados pela separação entre a reprodução e a sexualidade, procedente da propagação da pílula anticoncepcional, proporcionaram alterações na formação da identidade feminina.

O início da expressiva entrada feminina no mercado de trabalho ocorreu na década de 1970 como um marco, um momento histórico. Os anos do chamado “milagre econômico” (1968-1973) e da “marcha forçada” (1974-1979), citados por Guedes (2004), impulsionavam a economia brasileira e traziam à cena, através de diferentes tipos de inserção, a participação das mulheres como condição primordial neste processo. Embora não apresentem a mesma eficácia econômica deste período, as décadas seguintes também foram marcadas como o momento em que o processo de entrada feminina no mercado de trabalho começa a ganhar fôlego, firmando-se como uma tendência histórica de longo prazo (GUEDES, 2004). Entretanto, a autora ainda destaca que a década de 1990 foi um período de

extrema relevância no cenário mundial, marcada pela visibilidade da temática de gênero no poder público e nos espaços institucionais.

Essas transformações são caracterizadas, segundo Kon (2005, p. 2), por mudanças em duas direções: a primeira, pela “participação de homens e mulheres nas responsabilidades da família e da produção doméstica”; e a segunda, pela “participação plena da mulher na produção não doméstica e na apropriação do produto social, em condições de igualdade entre os sexos”, trazendo a reflexão de novos conceitos e novos papéis dos gêneros, tanto no mercado de trabalho como na sociedade.

De acordo com Shinyashiki (2006), cada vez mais a mulher assume cargos estratégicos nas corporações, atuando, portanto, também como administradora do lar e educadora dos filhos. O constante crescimento da participação feminina em altos cargos nas empresas pode ser verificado por pesquisas, como a realizada pela Catho Associados, citada por Shinyashiki (2006), que mostram que as mulheres já superam os resultados obtidos pelos homens no mercado de trabalho. Assim, para a autora, uma das principais características apresentadas pelas mulheres é a agilidade que as mesmas têm em lidar com estruturas não hierárquicas, já que os homens atuam melhor com estruturas hierárquicas, como chefe da família, por exemplo. Logo, em virtude da própria natureza da mulher, as adaptações são percebidas ao longo do tempo e vêm sendo mostradas em diferentes papéis na sociedade.

Neste contexto, a força de trabalho feminina situa-se em duas vertentes: em um reduzido grupo de mulheres, com alto nível de estudos e qualificação, que se agregam em trabalhos estáveis e de prestígio social, trabalhando jornada completa ou em grandes empresas; em

outra, tem-se a grande maioria das mulheres em condições de trabalho mais vulneráveis, em ocupação com pequeno poder de negociação, menor qualificação, temporária ou em tempo parcial, em pequenas empresas do setor privado e/ou em atividades consideradas socialmente femininas (VARELLA, 2001). Diante desses fatos, percebe-se que quanto maior a escolaridade do grupo, em questão, mais expressiva é a participação das mulheres no mercado de trabalho em altos cargos.

Assim, o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho, segundo Bruschini (2000), foi viabilizado a partir da expansão da escolaridade e do ingresso nas universidades. Porém, segundo Guedes (2004), um grupo de mulheres com nível superior reflete algumas das questões centrais quando se pensa na igualdade de gênero, uma vez que não se trata apenas de inserir a mulher no mercado de trabalho, mas também como essa inserção vem se produzindo historicamente entre os setores.

O aumento de vagas nas universidades públicas e, principalmente, privadas, impulsionou o acesso das mulheres em busca de um projeto de vida profissional, e não apenas doméstico. Portanto, cabe ressaltar que a Uesc possuía 29 cursos de graduação em 2010: 18 bacharelados e 11 licenciaturas. Nos últimos anos, tem-se observado uma maior inserção das mulheres nos cursos de graduação, uma vez que a instituição tem contribuído como agente formador dos recursos humanos.

Portanto, diante de uma maior demanda pelo ensino superior na busca de novas oportunidades no mercado de trabalho e de acordo com as mudanças sociais e culturais ocorridas no sistema capitalista, a participação feminina tem sido firmada como uma tendência histórica de longo prazo, conferindo a elas novos

espaços na sociedade, e de tal quadro surgem as seguintes perguntas: quais as características socioeconômicas da mulher inserida na graduação da Uesc? E quais suas expectativas e dificuldades na universidade?

Ao longo do tempo, as mulheres vêm procurando ganhar espaço, enquanto força de trabalho, nas diversas áreas da sociedade, caracterizando uma maior inserção feminina no mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma maior procura pelo ensino superior e novas oportunidades. Assim, o estudo das características socioeconômicas da mulher, inserida na graduação da Uesc traduz-se em uma oportunidade de diagnosticar as dificuldades e expectativas encontradas na universidade, uma vez que existem poucos estudos na área, de forma a dar visibilidade às mulheres como sujeitos sociais, tornando-as foco de estudos até então inexistentes no espaço acadêmico e regional.

### **Procedimentos metodológicos**

A Uesc está situada entre os polos urbanos de Ilhéus e Itabuna, no Km 16 da BA-415, rodovia que liga as duas cidades, em Ilhéus-Bahia, e dista 462 quilômetros de Salvador, tendo como área geoeeducacional, além da região centrada nesses polos, a região do Extremo Sul da Bahia (UESC, 2009).

A pesquisa buscou analisar dados gerais, secundários, fornecidos pela instituição para, posteriormente, procurar os dados específicos, primários, adquiridos através de questionário. Assim, no primeiro momento, o trabalho baseia-se na pesquisa do tipo documental; e, no segundo momento, os dados primários foram obtidos através de uma pesquisa de campo, feita através da aplicação de questionários, com informações colhidas diretamente

das estudantes de graduação da Uesc. É importante ressaltar que os questionários foram aplicados após o parecer positivo do Comitê de Ética, cujo protocolo 378/10 (vinculado ao projeto de Iniciação Científica, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb). Preliminarmente, em junho de 2010, 23 questionários foram aplicados como um pré-teste para validar o formulário de pesquisa. Destaca-se que o pré-teste foi de grande valia para a aplicação da pesquisa e para a montagem das estratégias da coleta de dados. E a pesquisa foi realizada de julho a agosto do mesmo ano no campus da Uesc.

O plano amostral foi definido conforme método estatístico, cuja técnica de amostragem utilizada foi a aleatória probabilística por cursos, definida com um nível de confiança de 90%, adotando-se uma margem de erro de 6% e proporção de 0,5. Desta forma, determinou-se o tamanho da amostra para o universo das estudantes dos cursos de graduação da Uesc.

Em relação aos cursos da Uesc, conforme dados da Secretaria Geral de Curso (Secrege), 2.871 mulheres compunham a população de estudantes matriculadas no 1º semestre de 2010. A amostra foi de 176 estudantes, porém foram aplicados 225 questionários. A TABELA 1 demonstra a distribuição por curso, com destaque para aqueles que deram maior retorno nas respostas: Economia (14,7%), Letras (9,8%), Pedagogia (8%), Administração (5,8%), Enfermagem (5,8%) e Direito (5,8%).

**TABELA 1 – Distribuição dos cursos das estudantes pesquisadas na Uesc, 2010**

<b>Cursos</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Administração	13	5,8
Ciências Contábeis	3	1,3
Agronomia	7	3,1
Geografia (Lic. + Bac.)	8	3,6
Medicina Veterinária	11	4,9
Ciências Biológicas (Lic. + Bac.)	11	4,9
Biomedicina	4	1,8
Pedagogia	18	8,0
Educação Física	4	1,8
Enfermagem	13	5,8
Medicina	7	3,1
Economia	33	14,7
Ciências da Computação	6	2,7
Engenharia de Produção e Sistemas	7	3,1
Física (Lic. +Bac.)	1	0,4
Matemática (Lic +Bac.)	5	2,2
Química (Lic. + Bac.)	4	1,8
Direito	13	5,8
Filosofia	10	4,4
Ciências Sociais	4	1,8
História	7	3,1
Comunicação Social	7	3,1
Letras	22	9,8
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	7	3,1
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

## **Resultados e discussão**

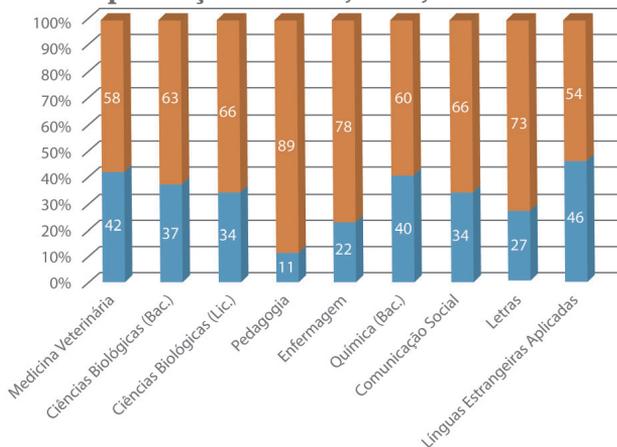
A participação de mulheres na universidade é reflexo de mudanças históricas, caracterizadas pela atuação das mulheres em diferentes papéis e em diversos setores da sociedade, principalmente ingressando em cursos e áreas considerados predominantemente.

Ao analisar os dados gerais das diferenças percentuais entre os gêneros, através do GRÁFICO 1, e da distribuição por cursos com a maior presença feminina, os dados revelam que a maioria das discentes está matriculada no curso de Pedagogia (89%), seguido pelos cursos de Enfermagem (78%) e Letras (73%), Comunicação Social e Licenciatura em Ciências Biológicas (ambos com 66%).

Já no GRÁFICO 2, observa-se a distribuição por curso com maior presença masculina, Física – bacharelado (90%), Física – licenciatura (80%), Ciências da Computação (86%) e Engenharia de Produção e Sistemas (71%). É importante, ainda citar os cursos de Economia, Administração e Filosofia, cujos históricos de maior tendência masculina vêm se revertendo para uma maior participação feminina, mostrando, desse modo, significativa mudança de perfil dos discentes.

No GRÁFICO 3, pode ser observada a distribuição das discentes por departamentos, nos quais os setores dominantes, com forte presença feminina, são Letras e Artes (17,6%), englobando os cursos de Letras, Comunicação Social e Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA). O peso maior desse departamento está no curso de Letras, que apresenta percentual maior de mulheres no curso. Ainda é seguido de áreas como Ciências da Saúde, totalizando 12% (com presença do curso de Enfermagem), e das Ciências Agrárias e Ambientais, com 11,5% (com a presença do curso de Medicina Veterinária).

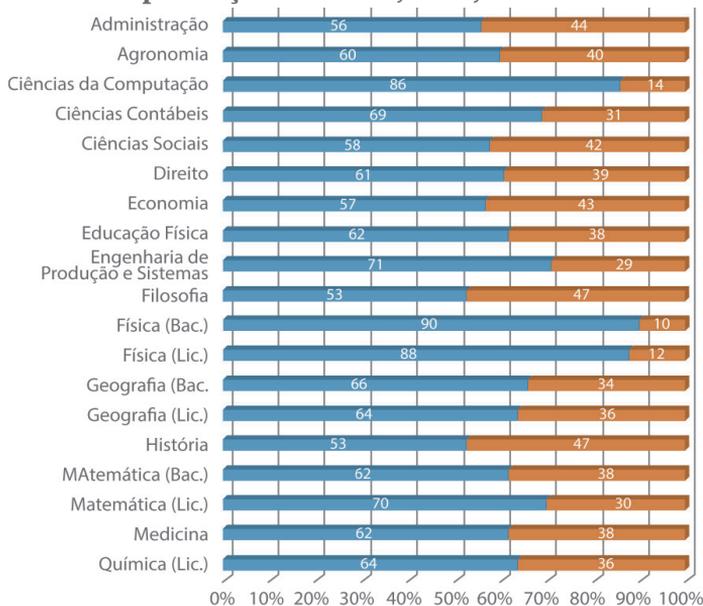
**GRÁFICO 1 – Distribuição por cursos com maior presença feminina, Uesc, 2010.1**



Fonte: Secrege/Uesc, 2010.

Legenda: ■ Masculino ■ Feminino

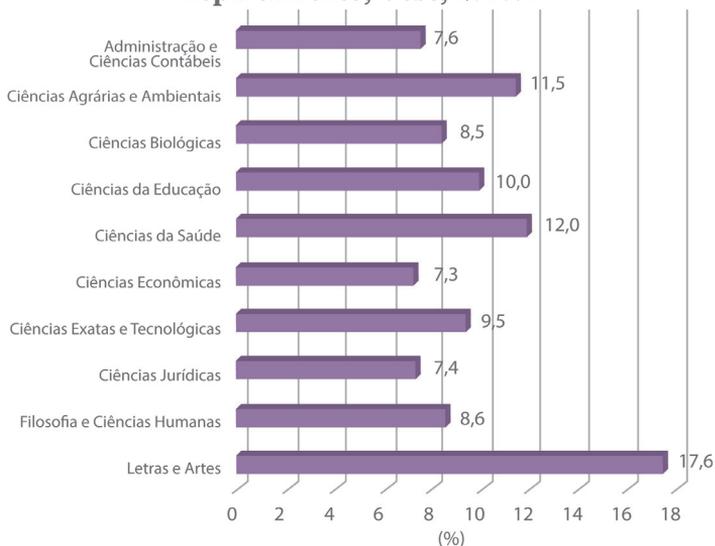
**GRÁFICO 2 – Distribuição por cursos com maior presença masculina, Uesc, 2010.1**



Fonte: Secrege/Uesc, 2010.

Legenda: ■ Masculino ■ Feminino

**GRÁFICO 3 – Distribuição das discentes por departamento, Uesc, 2010.1**



Fonte: Secrege/Uesc, 2010.

A partir da amostra citada anteriormente, o perfil das discentes de 29 cursos da Uesc em 2010 é descrito de acordo com indicadores pessoais, sociais e econômicos, traduzindo a realidade da mulher na universidade e sua perspectiva quanto ao mercado de trabalho.

No que concerne à idade, a faixa que apresenta uma maior participação está entre 20 e 30 anos (60%), e em segundo, até 20 anos (27,1%), que, somadas, totalizam 87,1% das mulheres pesquisadas, conforme TABELA 2. A média apresentada foi de 24,18 anos e a mediana foi de 22 anos, denotando que a comunidade acadêmica analisada era jovem. Portanto o limite mínimo e máximo das alunas foi de 17 e 54 anos, respectivamente.

Com relação à situação conjugal das estudantes, referida na TABELA 2, salienta-se que a maioria das alunas pesquisadas é solteira, representando 81,3%, e as casadas representam 12,9%. Portanto, o alto número de solteiras em todos os cursos de graduação da Uesc pode ser justificado pelo fato de a idade média ser de 24 anos, caracterizando um perfil jovem. A TABELA 2 ratifica essa informação, demonstrando que, entre as discentes com idade inferior a 30 anos, 77,8% são solteiras.

Assim, pode ser enfatizado que as mulheres solteiras têm priorizado a vida acadêmica, deixando, muitas vezes, o matrimônio para um futuro longínquo; e, quanto às casadas, muitas delas retornam às universidades em diversos cursos, conciliando estudos com afazeres domésticos, responsabilidades na educação de seus filhos e, frequentemente, a rotina do mercado de trabalho.

Associado ao resultado de as estudantes serem, em sua maioria, solteiras, encontram-se os dados sobre o número de filhos entre as discentes. O GRÁFICO 4 demonstra que 84,44% não possuem filhos, o que, novamente, pode ser explicado pela faixa de idade das alunas e pela situação conjugal das mesmas.

Daquelas que possuem filhos (15,11%), observa-se que 7,56% possuem somente um filho; 6,67%, dois filhos; e 0,89%, três filhos. É de fundamental importância ressaltar que a redução do número de filhos entre as mulheres se deu devido à inserção das mesmas nas universidades e, também, no mercado de trabalho, pois há uma relação direta.

O GRÁFICO 5 refere-se ao local de residência das estudantes da UESC. A maioria das discentes mora em Itabuna (aproximadamente a 13 km da universidade), representando 49,8%, em seguida, com 34,2%, vem a cidade de Ilhéus (com distância aproximada de 17 km da instituição), e 16% das alunas moram em outras cidades.

**TABELA 2 – Cruzamento da situação conjugal e faixa etária das discentes da Uesc, 2010**

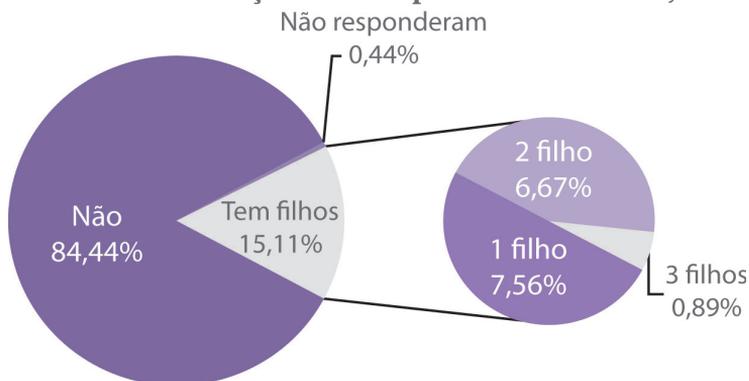
	Faixa etária				Total
	Até 20 anos	De 20 a 30 anos	De 30 a 40 anos	Acima de 40 anos	
Solteira	61	114	7	1	183
	27,1%	50,7%	3,1%	4%	81,3%
Casada	0	16	10	3	29
	0%	7,1%	4,4%	1,3%	12,9%
Em união estável	0	4	4	0	8
	0%	1,8%	1,8%	0%	3,6%
Separada judicialmente	0	1	1	0	2
	0%	4%	4%	0%	9%
Divorciada	0	0	3	0	3
	0%	0%	1,3%	0%	1,3%
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>135</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>225</b>
	<b>27,1%</b>	<b>60,0%</b>	<b>11,1%</b>	<b>1,8%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, na pesquisa, que o fato de 84% das alunas morarem no trecho Itabuna-Ilhéus deve-se à proximidade da universidade.

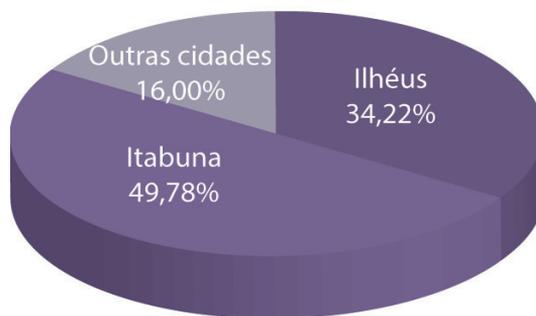
Neste contexto, cabe ressaltar que muitas delas viajam até 100 km para chegar à Uesc. Das estudantes que residem em outras cidades, destacam-se: Coaraci (4,4%),

**GRÁFICO 4 – Situação de filhos pelas discentes Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

**GRÁFICO 5 – Local de residência das estudantes da Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Itajuípe (1,3%), Uruçuca (0,9%), Ubaitaba (0,9%), São José da Vitória (0,9%), Buerarema (0,9%), Itapitanga (0,9%).

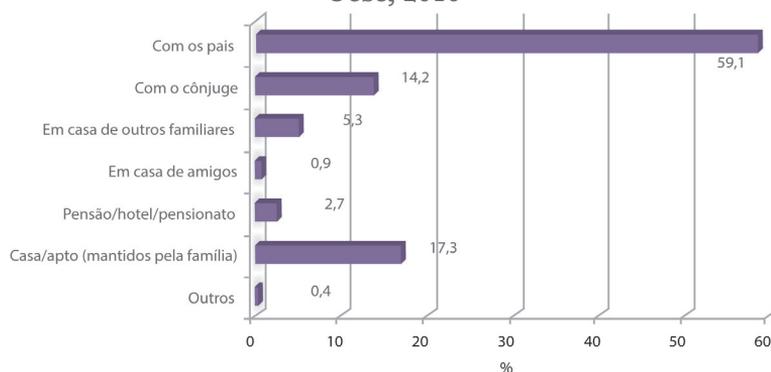
Aspecto relevante observado no GRÁFICO 6, é que, em sua maioria, as alunas da universidade residem na própria região Sul Baiana com seus pais (59,1%), o que é coerente com a faixa etária a que pertencem.

Como se pode verificar no GRÁFICO 6, além das alunas que moram com seus pais, observa-se ainda aquelas que moram em casa ou apartamento mantido pela família (17,3%), em casa de outros familiares (5,3%), ou em pensionatos ou hotéis (2,7%). Ressaltam-se aqui as estudantes, oriundas de outras cidades, que moram na região em virtude dos estudos.

A análise dos meios de transporte utilizados pelas estudantes reflete-se na TABELA 3. Percebe-se, na avaliação corrente, que a grande maioria das alunas utiliza o transporte coletivo (66,2%), seguido da carona (15,6%) e do transporte locado pelas Prefeituras (9,8%), também conhecido como ônibus escolar, para aquelas que moram nas cidades circunvizinhas e se deslocam, diariamente, até mais de 100 km para a Uesc.

Com relação à renda familiar, de acordo com a TABELA 4, o maior número de alunas possui renda familiar de 2 a 3 salários mínimos (32%), na sequência estão as que recebem de 4 a 5 salários mínimos (22,2%), e acima de 6 salários mínimos são 14,2%.

**GRÁFICO 6 – Situação atual de moradia das discentes da Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

**TABELA 3 – Meio de transporte utilizado pelas discentes para se chegar à Uesc, 2010**

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
Transporte Coletivo	149	66,2	66,2
Transporte Próprio	15	6,7	72,9
Transporte Locado (Prefeitura, Escolar)	22	9,8	82,7
Carona	35	15,6	98,2
Não responderam	4	1,8	100,0
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, é notável a informação de que 10,7% das alunas têm renda familiar mensal de até 1 salário mínimo, salientando, aqui, a importância dos programas de Bolsas de Permanência na universidade. Pois, sem a referida bolsa, a situação das alunas seria a de buscar no mercado de trabalho a garantia da própria sobrevivência e, por consequência, ocupar um tempo que deveria ser destinado, exclusivamente, à sua formação acadêmica.

Igualmente, é demonstrado, na TABELA 4, o cruzamento da renda familiar e da atividade remunerada e/ou auxílio. Entre as discentes questionadas, com atividade remunerada e/ou auxílio, 19,6% têm renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, seguidas das que possuem renda familiar de 4 a 5 salários mínimos, com 12,9%.

No GRÁFICO 7, observa-se que 59,11% das mulheres analisadas têm alguma atividade remunerada e/ou auxílio, sendo que destas 40,89% desenvolvem trabalho na área de formação, e 16,89% delas não têm relação nenhuma com as atividades afins de seus respectivos cursos.

Quando questionadas sobre quem provém as despesas da casa, com possibilidade de múltipla escolha,

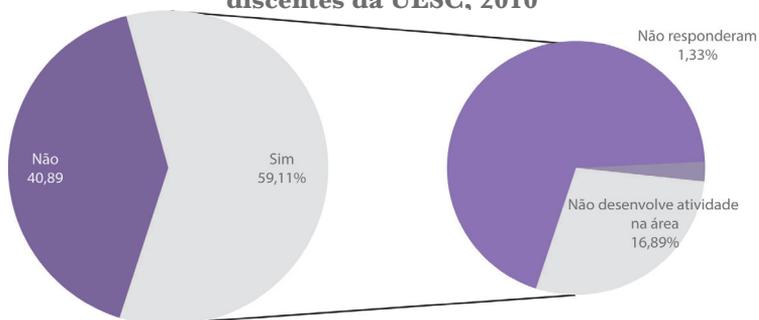
**TABELA 4 – Cruzamento de dados referentes à renda familiar e à atividade remunerada e/ou auxílio pelas discentes**

	Você tem uma atividade remunerada e/ou auxílio?		Total	
	Sim	Não		
<b>Renda familiar</b>	Até 1 salário mínimo	18 8,0%	6 2,7%	24 10,7%
	De 1 a 2 salários mínimos	12 5,3%	8 3,6%	20 8,9%
	De 2 a 3 salários mínimos	44 19,6%	28 12,4%	74 32,0%
	De 3 a 4 salários mínimos	5 2,2%	6 2,7%	11 4,9%
	De 4 a 5 salários mínimos	29 12,9%	21 9,3%	50 22,2%
	De 5 a 6 salários mínimos	6 2,7%	8 3,6%	14 6,2%
	Acima de 6 salários mínimos	17 7,6%	15 6,7%	32 14,2%
	Não responderam	2 9%	0 0%	2 9%
	<b>Total</b>	<b>133</b> <b>59,1%</b>	<b>92</b> <b>40,9%</b>	<b>225</b> <b>100%</b>

Fonte: Dados de pesquisa

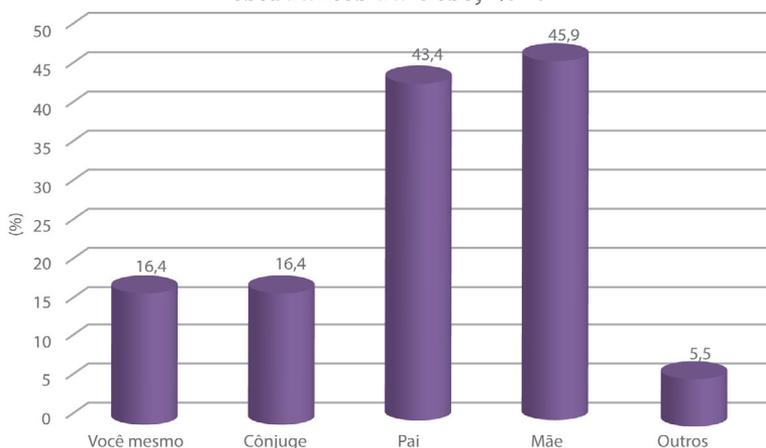
observa-se, no GRÁFICO 8, que são: pai (47,3%), mãe (45,9%), ela mesma (16,4%), cônjuge (16,4%) e outros (5,5%). Desses outros, verifica-se que irmãos, avós, tios e filhos contribuem na renda familiar.

**GRÁFICO 7 – Atividade remunerada e/ou auxílio das discentes da UESC, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

**GRÁFICO 8 – Distribuição das discentes de acordo com quem mais contribui com a renda familiar, segundo as estudantes da Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na TABELA 5, salienta-se que as discentes questionadas da Uesc são provenientes de escolas públicas, representando 61,3% das alunas, e apenas 22,7% estudaram o ensino médio, integralmente, em escolas particulares.

Observa-se, da mesma forma, a importância da preparação das alunas que pretendem ingressar no meio acadêmico, pois 67,1% das discentes frequentaram cursinho pré-vestibular e 32,4% delas ingressaram na universidade sem passar pelo cursinho. Portanto, a maioria

**TABELA 5 –Cruzamento de dados referente ao tipo de escola cursada pelas discentes durante o ensino médio, e a frequência do cursinho pré-vestibular**

	Frequentou cursinho pré-vestibular?			Total	
	Sim	Não	Não responderam		
Tipo de escola na qual cursou o ensino médio	Integralmente em escola pública	98 43,6%	40 17,8%	0 0%	138 61,3%
	Maior parte em escola pública	11 4,9%	8 3,6%	0 0%	19 8,4%
	Maior parte em escola particular	11 4,9%	4 1,8%	0 0%	15 6,7%
	Integralmente em escola particular	30 13,3%	21 9,3%	0 0%	51 22,7%
	Não responderam	1 4%	0 0%	1 4%	2 9%
	<b>Total</b>	<b>151 67,1%</b>	<b>73 32,4%</b>	<b>1 4%</b>	<b>225 100,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

das estudantes pesquisadas frequentou algum cursinho pré-vestibular com o objetivo de superar as deficiências causadas em sua formação.

Neste sentido, o cruzamento de dados referente ao tipo de escola cursada pelas discentes durante o ensino médio e a frequência do cursinho pré-vestibular demonstrou que 43,6% das alunas questionadas, que estudaram integralmente em escolas públicas, frequentaram cursinho pré-vestibular. Demonstrou-se ainda que 13,3% das alunas que estudaram integralmente em escolas particulares também frequentaram cursinho pré-vestibular.

A TABELA 6 atesta o cruzamento do tipo de escola cursada pelas discentes durante o ensino médio e os cursos da Uesc. É importante perceber que a maior parte dos departamentos teve seus maiores percentuais entre estudantes que fizeram o curso médio integralmente em escola pública, com percentuais entre 45,8% e 81,3%.

Frisa-se, na TABELA 6, que, nos Departamentos de Ciências da Saúde e Letras e Artes, os percentuais de discentes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas ou privadas são próximos. Por sua vez, no Departamento de Ciências Jurídicas, 92,3% das discentes estudaram

A TABELA 7 evidencia a diferença do tempo, em anos, que a aluna passa desde o término do ensino médio até ingressar na universidade, e os dados demonstram que 23,1% das discentes pesquisadas levaram 1 ano para ingressar na universidade, e 18,2% passaram 2 anos. Ainda é importante observar que houve discentes que levaram um tempo maior entre o término do ensino médio e o ingresso na universidade, dessas destacam-se aquelas que levaram mais de 20 anos para entrar na universidade (2,4%).

**TABELA 6 – Cruzamento de dados entre o tipo de escola cursada pelas discentes, durante o ensino médio, e os cursos da Uesc**

Departamento	Tipo de escola que cursou o ensino médio				Total
	Integralmente em escola pública	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular	Integralmente em escola particular	
Administração e Ciências Contábeis	81,3%		6,3%	12,5%	<b>100,0%</b>
Ciências Agrárias e Ambientais	69,2%	11,5%	11,5%	3,8%	<b>100,0%</b>
Ciências Biológicas	80,0%		6,7%	13,3%	<b>100,0%</b>
Ciências da Educação	77,8%			11,1%	<b>100,0%</b>
Ciências da Saúde	45,8%	8,3%	12,5%	33,3%	<b>100,0%</b>
Ciências Econômicas	72,7%	9,1%	9,1%	9,1%	<b>100,0%</b>
Ciências Exatas e Tecnológicas	56,5%	8,7%	8,7%	26,1%	<b>100,0%</b>

*continua...*

Departamento	conclusão...					
	Integralmente em escola pública	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular	Integralmente em escola particular	Não responderam	Total
Ciências Jurídicas		7,7%		92,3%		<b>100,0%</b>
Filosofia e Ciências Humanas	76,2%	9,5%	4,8%	9,5%		<b>100,0%</b>
Letras e Artes	47,2%	13,9%	2,8%	36,1%		<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>61,3%</b>	<b>8,4%</b>	<b>6,7%</b>	<b>22,7%</b>	<b>9%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

**TABELA 7 – Diferença entre o ano que terminou o ensino médio e o ingresso na universidade pelas discentes da Uesc, 2010**

Anos	Frequência	%
<b>1</b>	52	23,1
<b>2</b>	41	18,2
<b>3</b>	33	14,7
<b>4</b>	20	8,9
<b>5</b>	18	8,0
<b>6</b>	12	5,3
<b>7</b>	7	3,1
<b>8</b>	2	0,9
<b>9</b>	3	1,3
<b>10</b>	2	0,9
<b>11</b>	5	2,2
<b>12</b>	4	1,8
<b>13</b>	4	1,8
<b>14</b>	1	0,4
<b>15</b>	3	1,3
<b>18</b>	2	0,9
Mais de 20 anos	6	2,4
Não responderam	10	4,4
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

O período analisado foi escolhido com o intuito de identificar o turno, em que se concentrava um maior número de estudantes. Observa-se que muitas delas cursaram, às vezes, em dois turnos. O que equivale dizer que as questões foram de múltipla escolha e o turno matutino foi o que teve maior percentual (65,6%), seguido do vespertino (37,2%) e noturno (28,4%), conforme GRÁFICO 9. Cabe ressaltar que uma parcela relativa dos cursos de graduação da universidade tem suas turmas concentradas no turno diurno, como os cursos de: Enfermagem, Medicina, Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia de Produção e Sistemas, Educação Física, dentre outros.

**GRÁFICO 9 – Turno das estudantes matriculadas na graduação da Uesc, 2010**



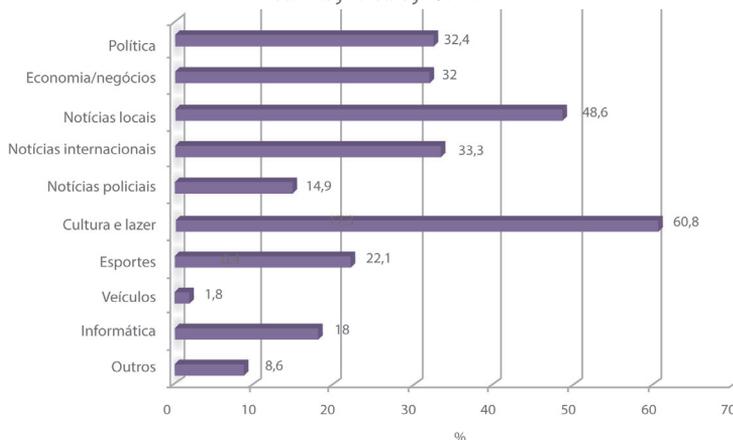
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando questões mais específicas da formação intelectual das estudantes da Uesc, verifica-se, no GRÁFICO 10, que 62,67% buscam as informações na internet, 35,56% na TV, enquanto 0,89% mantém-se informada pelo jornal impresso, e 0,44% através do rádio. Esses dados mostram a importância da comunicação na era da informática, demonstrando a rapidez com que a notícia é divulgada, através da internet e da televisão.

Ao averiguar as áreas de informações que despertam maior interesse nas graduandas, foi percebido que os resultados atenderam ao perfil da pesquisa realizada, na qual as alunas puderam responder até três áreas. As mais citadas foram: cultura e lazer (60,8%), notícias locais (48,6%), notícias internacionais (33,3%), política (32,4%) e economia/negócios (32%), conforme GRÁFICO 10.

Quando questionadas sobre o domínio de outra língua, 66,22% responderam que não têm esse domínio; e 33,33% responderam que dominam. Dentre as línguas,

**GRÁFICO 10 – Distribuição dos indivíduos quanto à principal área de informação sobre acontecimentos atuais, Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

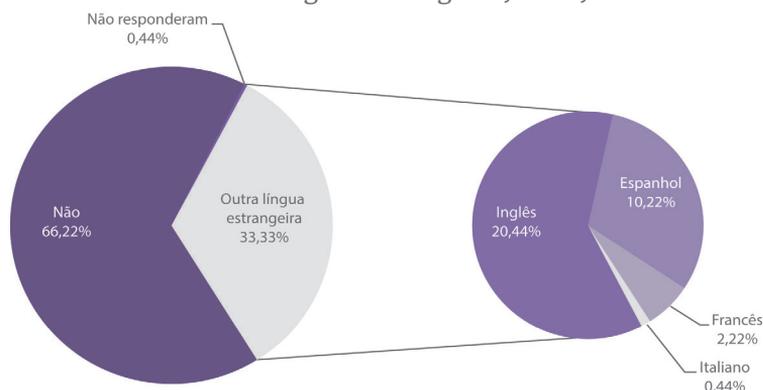
destacam-se: Inglês como a língua mais usada (20,44%), seguida do Espanhol (10,22%), do Francês (2,22%) e do Italiano (0,44%), conforme GRÁFICO 11.

As discentes da Uesc estão lendo, em média, aproximadamente 3 livros (19,6%) ou 2 livros (18,2%) por ano. Algumas responderam não ler nenhum livro por ano (0,9%), enquanto outras responderam que chegam a ler 35 livros (0,4%). Em média, as alunas estão lendo 5,39 livros, e a mediana foi de 4 livros.

Conforme a TABELA 9, fica evidente o uso eventual da biblioteca pelas alunas da Uesc, apresentando 60,9%. Muitas discentes ainda utilizam a biblioteca por até 5 horas semanais (22,7%). Estes dados revelam a importância que elas dão à biblioteca em sua formação acadêmica e no aprimoramento de seus conhecimentos.

Dentre as discentes questionadas, 68% relataram não ser difícil, enquanto mulher, manter-se na universidade,

**GRÁFICO 11 – Distribuição das discentes, quanto ao domínio de língua estrangeira, Uesc, 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

**TABELA 9 – Utilização da biblioteca pelas discentes, Uesc, 2010**

	Frequência	%	% Acumulado
Não	6	2,7	2,7
Uso eventual	137	60,9	63,6
Até 5 h semanais	51	22,7	86,2
Mais de 5 h semanais	29	12,9	99,1
Não responderam	2	0,9	100,0
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

ao passo que, para 28,44%, é difícil manter-se na universidade, conforme TABELA 10.

Na TABELA 10, observa-se também o cruzamento de dados referentes à dificuldade, enquanto mulher, de se manter na universidade e a situação dos filhos. Os números mais interessantes mostram que: 64,9% das discentes, que não possuem filhos, não têm dificuldade, enquanto mulher, de se manter na universidade; das discentes que relataram ter dificuldades, a maior parte (16%) não tem filhos; das discentes que têm filhos, a

**TABELA 10 – Cruzamento de dados referentes à dificuldade, enquanto mulher, de se manter na universidade, e a situação dos filhos pelas discentes**

	Você tem filhos?			Total
	Sim	Não	Não responderam	
Sim	27 12,0%	36 16,0%	1 4%	64 28,4%
Não	7 3,1%	146 64,9%	0 0%	
Não responderam	0 0%	8 3,6%	0 0%	8 3,6%
<b>Total</b>	<b>34</b> <b>15,1%</b>	<b>190</b> <b>84,4%</b>	<b>1</b> <b>4%</b>	<b>225</b> <b>100,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

maioria (12%) afirma ser difícil manter-se na universidade, fato esse que pode estar relacionado às atribuições e aos papéis de mãe, estudante e profissional.

No QUADRO 1 é demonstrado, mais especificamente, o relato das discentes sobre as dificuldades ou não em se manter na universidade. Compreende-se que as discentes que responderam ter dificuldade, enquanto mulher, de se manter na universidade, muitas vezes são casadas e conciliam filhos com afazeres domésticos, tendo também dificuldade em aliar o tempo entre trabalho e estudo, porque o curso é integral, impedindo-as de trabalhar. Outras, no entanto, informaram estarem desempregadas; contudo, dependem da renda dos pais para manter o estudo. É o caso das solteiras, pois há

**QUADRO 1– Relato sobre as dificuldades para se manter na universidade.**

<b>Alternativas</b>	
<b>É difícil manter-se na universidade</b>	<b>Não é difícil manter-se na universidade</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Responsabilidade no controle do lar como mulher.</li><li>2. Desempregada.</li><li>3. Dificuldade em aliar o tempo entre trabalho e estudo.</li><li>4. Gastos com transporte, alimentação e atividades que desempenham.</li><li>5. Machismo que impera dentro da universidade</li><li>6. Cólicas que impedem o deslocamento, fora o desconforto.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Tem auxílio dos pais e parentes.</li><li>2. Não interfere pelo fato de ser mulher.</li><li>3. Cursa com mulheres, em sua maioria, e não percebe nenhuma diferença no tratamento.</li><li>4. Não pretende casar e nem ter filhos, e sim seguir uma vida acadêmica sem intervalos.</li></ol>

Fonte: Dados da pesquisa.

custos com aluguel, livros e, até mesmo, o transporte para aquelas que moram em outra cidade.

Porém, uma parcela significativa das estudantes descreveu não ser difícil, enquanto mulher, manter-se na universidade, pois, de acordo com a faixa etária a que pertencem, com um perfil jovem, estudam em turno diurno e dependem dos pais e parentes; já outra parcela não vê diferença nenhuma de gênero, pois o curso que frequentam é constituído, em sua maioria, de mulheres.

Além disso, é importante ressaltar que várias mudanças aconteceram depois que as discentes se tornaram universitárias, dentre elas, podem-se citar: a forma de pensar e expor opiniões, desenvolvendo a criticidade diante dos fatos e visão de conhecimento ampliado; maior perspectiva para o mercado de trabalho e abertura de novos horizontes; e mudanças no cotidiano, uma vez que o tempo torna-se limitado. Outras questões mencionadas pelas discentes são o aumento na rede de relacionamentos e a independência financeira, adquirida pelo fato de morarem longe dos pais e em cidades próximas da universidade. Assim, as discentes questionadas enfatizaram alguns pontos positivos observados no curso, dentre eles estão:

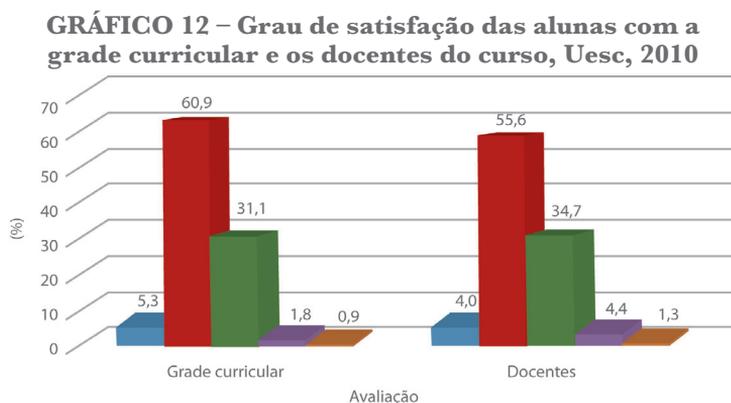
- boa formação e qualificação para o mercado de trabalho, abrangente e expansivo;
- ampliação do modo de interpretar a sociedade, com recortes para a questão de gênero, conhecimento teórico e histórico da evolução da mulher no mercado de trabalho (estudos, seminários propostos sobre a participação da mulher na literatura);
- abertura para discutir de forma democrática qualquer tema;

- poder nas atividades que o sexo masculino desenvolve, ou seja, a inserção no mercado preponderantemente masculino, uma vez que o curso deixa de ser voltado apenas para o público masculino, como ex.: Administração, Direito, Economia; e
- oportunidade de cursar o ensino superior.

Quanto às expectativas futuras no mercado de trabalho, para a absorção feminina, as discentes questionadas citaram questões como:

- ser reconhecida como profissional de sucesso com mão de obra qualificada;
- desenvolver atividades de maneira satisfatória e ter excelente desempenho e bom emprego;
- ter novas oportunidades de trabalho para a mulher, inserindo-as em altos cargos;
- remuneração compatível entre os sexos com igualdade de salários e compatibilidade de conhecimentos profissionais com o homem; e
- superação de desafios, já que os principais cargos de chefia são ocupados por homens.

O grau de satisfação das alunas com a grade curricular e os docentes de seus respectivos cursos é mostrado através do GRÁFICO 12, no qual a maioria das discentes se considera satisfeita com os dois itens: 60,9% para a grade curricular, e 55,6% para os docentes.



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ■ Muito satisfeita ■ Satisfeita ■ Pouco satisfeita  
 ■ Nada satisfeita ■ Não respondem

## Considerações finais

Diante das discussões do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, observa-se, com a pesquisa, um perfil discente diferenciado, mas sem possibilidades de comparação, pois não foram encontrados estudos anteriores na instituição que permitissem saber a evolução desse perfil. Porém, espera-se que os resultados adquiridos nesta pesquisa, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, gerem estudos comparativos e/ou mais específicos por curso ou departamento.

No que se refere ao perfil, a comunidade acadêmica feminina foi de jovens, solteiras e sem filhos. As discentes que possuem filhos têm apenas um ou dois; aquelas com menos filhos, conciliam melhor os afazeres domésticos com os estudos. Desse modo, a participação

da mulher na produção não doméstica apresenta condições de igualdade entre os sexos, trazendo a reflexão sobre novos conceitos e novos papéis de gênero, tanto na carreira profissional como na sociedade.

As alunas da universidade residem entre os municípios de Ilhéus e Itabuna, em sua maioria com os pais, o que é coerente com a faixa etária a que pertencem. A pesquisa indicou que grande parte das acadêmicas frequentou escola pública e estudou em cursinho pré-vestibular, levando um a dois anos para ingressar na universidade depois da conclusão do ensino médio.

Tendo em vista os resultados obtidos pela pesquisa, verificou-se que a maioria das acadêmicas, entre todos os cursos da Uesc, estuda no turno matutino, seguido do vespertino. Observa-se que muitas delas cursam, às vezes, nos dois turnos, chamados de diurnos.

Por conta da independência adquirida e dos papéis que já desempenham na sociedade, elas relataram não ser difícil, enquanto mulher, de se manter na universidade.

A presente pesquisa veio ratificar uma inquietação da sociedade e, até mesmo, da própria academia de poder discutir sobre o perfil das estudantes que ingressam na universidade, já que, ao longo dos anos, as mulheres estão buscando incessantemente a conclusão do ensino superior junto com as oportunidades de mudarem seus projetos de vida.

Portanto, conclui-se que, a partir de alterações na formação feminina, a mulher vem conquistando espaço nas universidades, avançando em cursos considerados masculinos, permitindo, dessa forma, que o acesso à educação possibilite a construção de um futuro promissor, uma vez que elas entendem que um indivíduo mais escolarizado apresenta mais chances de fazer escolhas, tomar decisões e se realizar profissionalmente.

## REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: BALTAR, M. I. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

GUEDES, M. de C. **As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no Mercado de Trabalho, Brasil: 1970 – 2000**. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional das Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

KON, A. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnitaKon.pdf>>. Acesso em: nov. 2009.

MELO, H. P. de; LASTRES, H. M. M., **Brasil – Gênero, ciência, tecnologia e inovação. Um olhar feminino**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2003. Mimeo.

MELO, H. P. de; BANDEIRA, L. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.drbitarr.com.br/lcl2322p.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

SHINYASHIKI, R. **A mulher e o mercado de trabalho**. [S.l.], 2006. Disponível em: <[http://www.shinyashiki.com.br/roberto/web1/destaque\\_roberto.jsp?ModId=152&CIId=487](http://www.shinyashiki.com.br/roberto/web1/destaque_roberto.jsp?ModId=152&CIId=487)>. Acesso em: 27 nov. 2009.

TEIXEIRA, Z. **As mulheres e o mercado de trabalho**. [S.l.], 2005. Disponível em: <[http://www.universia.com.br/html/materia/materia\\_daba.html#login](http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html#login)>. Acesso em: 5 mai. 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Histórico da UESC**. Ilhéus, 2009. Disponível em: <[www.uesc.br](http://www.uesc.br)>. Acesso em: 26 mai. 2009.

VARELLA, M. R. La política de igualdad en el ámbito del trabajo: una propuesta de construcción teórica desde el género. In: RADL, P. R. **Cuestiones actuales de sociología del género**. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2001.

VIEIRA, J. T. A expansão do trabalho feminino no mercado formal de trabalho catarinense nos anos de 1990. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006. Disponível em: <[http://www.portalcse.ufsc.br/gecon/coord\\_mono/2006.1/Taiana%20Jeruza%20Vieira.pdf](http://www.portalcse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2006.1/Taiana%20Jeruza%20Vieira.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2010.

## 8

### Empreendedorismo:

*análise da educação e  
iniciativa empreendedora  
dos jovens do ensino médio do  
município de Itabuna-Bahia.<sup>1</sup>*



*Neorley Batista Carvalho  
João Carlos de Pádua Andrade*

No Brasil, muitos trabalhadores rurais passaram a deixar o campo em busca de empregos nas cidades próximas, aumentando consideravelmente a taxa de desemprego nos centros urbanos. No século XX, as metrópoles foram polo de atração da população rural, principalmente da região Nordeste, onde grande parte da população vivia em áreas rurais e migrava em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego.

---

<sup>1</sup>O presente artigo é fruto do projeto intitulado *Empreendedorismo como fonte do desenvolvimento local: criação de um fórum permanente para debates e capacitações do empreendedorismo no sul da Bahia*, apoiado pela Fapesb.

O perfil do povo brasileiro foi, dessa forma, desenhado pela ideia da segurança do trabalho em grandes indústrias vindas de fora do país, fazendo com que as famílias e escolas não estimulassem a cultura empreendedora. Essa tradição foi determinada pelos imigrantes, que enxergavam oportunidades de negócios com um grande exército de mão de obra barata (DOLABELA, 1999).

A microrregião Ilhéus-Itabuna possui uma população de 1.020.642 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) e está dividida em 41 municípios. Conhecida, também, como região cacauzeira, destaca-se por uma economia fundamentada na agricultura. O cultivo do cacau foi o carro-chefe no passado, contribuindo para a definição da identidade rural das cidades da região e influenciando no modo de vida da população. No final da década de 1980, a atividade cacauzeira foi afetada por uma grave crise: preços caíram, doenças e, principalmente, a fragilidade da economia local apareceram. Isto fez com que ocorressem modificações na estrutura econômica da região, forçando a diversificação da produção, as novas relações de trabalho e o aumento das atividades não agrícolas (FAGUNDES; GARGUR, 2007).

Segundo Dolabela (2003), a cultura acaba sendo uma programação da mente, as crianças, que vivem em determinados locais, tendem a crescer com o mesmo pensamento, não procurando novas oportunidades, permanecendo nas relações básicas de empregos, geradas por oportunistas que vêm de fora. No entanto, o mercado altamente competitivo faz com que muitos indivíduos sejam excluídos do processo produtivo, vendo-se com a necessidade de gerar renda. Esta última situação os leva a iniciar seu próprio negócio com pouca ou nenhuma expertise empreendedora.

Nos últimos anos, nota-se um aumento de jovens ingressando nas universidades e, consequentemente, entrando no mercado de trabalho. Porém, acompanhando a crescente competitividade e desenvolvimento do mercado, as exigências para ingressar em grandes empresas também aumentam, restando poucas condições de contratação imediata para os recém-formados, fato que, segundo projeções, continuará crescente no decorrer do primeiro terço deste século (ZOUAIN; OLIVEIRA; BARONE, 2007). Carvalho et al. (2010) verificaram, em seu estudo, que a maioria dos universitários pesquisados não prioriza a criação de negócios, mas tende a continuar seguindo a vida acadêmica, ingressando em mestrados, ou preparando-se para a realização de concursos públicos após a graduação. A partir desta pesquisa, resolveu-se ampliar o foco do presente trabalho a fim de responder ao seguinte questionamento: qual a visão que os estudantes do ensino médio do município de Itabuna têm em relação ao tema empreendedorismo?

O trabalho em questão se justifica por existirem poucos estudos nesta linha de pesquisa para a região e por sua contribuição para futuros trabalhos acadêmicos, que poderão ser desenvolvidos utilizando o presente estudo como fonte de dados e direcionamento para os pesquisadores.

Na ótica de Zouain, Oliveira e Barone (2007), no Brasil, 56,20% dos empreendedores iniciais são jovens com faixa etária de 18 a 34 anos. Deste modo, conhecer o perfil desses jovens é de fundamental importância para a formulação e implantação de novas políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo. Nesse sentido, torna-se interessante verificar como estão sendo educados os jovens com relação ao empreendedorismo, reforçando, assim, a justificativa do presente trabalho.

Tem-se como objetivo geral: analisar o perfil empreendedor dos estudantes do ensino médio, relacionando suas perspectivas com a realidade do mercado de trabalho do município de Itabuna.

Especificamente, pretendeu-se com esta pesquisa: (i) identificar o perfil empreendedor dos estudantes do terceiro ano do ensino médio de Itabuna, através da intenção de abertura do seu próprio negócio; (ii) verificar as iniciativas das escolas estaduais e particulares que contribuem com o empreendedorismo local; (iii) descrever as principais intenções ou perspectivas que os jovens possuem ao concluir os estudos; (iv) analisar o mercado de trabalho do município de Itabuna.

### **Metodologia**

A área de pesquisa foi o município de Itabuna, situado na região produtora de cacau no sul da Bahia, que, de acordo com o IBGE (2011), tem uma área de 432 km<sup>2</sup>, uma população de 204.667 habitantes, seu Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a 2,9% do PIB estadual, e o setor de serviços é responsável por 77% do PIB local.

Para alcançar os objetivos propostos, foram aplicados questionários em sete escolas, utilizando-se o método estatístico de população finita para determinação da amostra, além de dados secundários sobre a realidade do mercado de trabalho no município.

Os questionários foram aplicados em colégios do ensino estadual e particular e de bairros distintos no município de Itabuna, para que, desta forma, pudessem abranger jovens dos diversos pontos da cidade e classes sociais. Além disso, em alguns colégios, os questionários foram aplicados no turno matutino; outros, no vespertino; e também no período noturno; todos direcionados

para estudantes matriculados no último ano do ensino médio. Alguns ainda foram aplicados com estudantes que participaram de uma palestra, realizada pelo projeto *Econoteens*<sup>1</sup>. O período de aplicação foi no mês de outubro de 2010, durante duas semanas e em dias aleatórios.

Como método de trabalho, foi definido o indutivo, o qual considera que observações particulares podem levar a leis e conclusões gerais. Deste modo, mediante coleta, organização e análise de dados, objetivou-se a busca por informações que permitissem verificar o perfil empreendedor dos estudantes do ensino médio da cidade de Itabuna e as dificuldades encontradas para se abrir o próprio negócio.

Desta maneira, foi utilizado, igualmente, o método descritivo, através do qual se procura descrever o perfil dos jovens estudantes e as dificuldades para se abrir uma empresa, partindo dos dados primários, obtidos por meio de aplicação de questionários, e a utilização da Estatística para apresentar os resultados analisados e interpretados.

A aplicação dos questionários respeitou o método estatístico de população finita com amostragem aleatória simples e um nível de confiança de 90%, e erro amostral de 5%. O número de estudantes matriculados no ensino médio, entre escolas públicas e particulares, correspondeu a 9.706 alunos, resultado do censo escolar de 2009, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2010), estando 8.335 matriculados na rede pública, e 1.371, na rede privada. Munidos destas informações, foi definida uma amostra de 262 questionários que foram aplicados

---

<sup>1</sup> Projeto de extensão do Departamento de Economia da Uesc que possui como objetivo fornecer subsídios teóricos e práticos que estimulem o estudante a pensar sobre os problemas de ordem econômica.

a alunos do 3º ano das escolas: 130 questionários com alunos de escolas particulares, e 132 com os de escolas públicas. A fórmula utilizada para o cálculo amostral foi a seguinte:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q} \rightarrow n = \frac{1,64^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 9706}{0,05^2 \cdot (9706-1) + 1,64^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5} \rightarrow n = 261,79 \quad (01)$$

em que:

N= tamanho da amostra

Z= abscissa da normal padrão

p= estimativa da proporção

q= 1-p

d= erro amostral

n= tamanho da amostra aleatória simples a ser selecionada da população

### **Marco teórico**

Na época do Fordismo, a forma de produção que prevalecia era caracterizada pela produção em massa através de grandes empresas, no entanto, hoje, as micros, pequenas e médias empresas no mundo fazem parte de uma nova organização de produção, na qual são responsáveis por um maior número de vagas de emprego, participação no PIB e, até mesmo, nas exportações de muitos países. Mesmo com clara significância, a percepção da importância das pequenas empresas ainda não é suficientemente clara, uma vez que a sociedade está acostumada a enxergar as grandes empresas e o Estado como polos importantes da economia (DOLABELLA, 1999).

As pequenas empresas começaram a surgir através de novos nichos de mercados que emergiam no

pós-fordismo, da competição pela qualidade e da adaptação à demanda do mercado, ou seja, os fornecimentos de serviços como diferenciação do produto passaram a ter grande relevância. Aos desejos e às necessidades dos consumidores deste novo cenário que as grandes empresas eram incapazes de satisfazer, abriu-se espaço para a criatividade e a inovação do empreendedor, delineado sob a forma das pequenas empresas (CASTELLS, 2000).

Para Costa (2006), Joseph Alois Schumpeter, considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, é colocado como um estudioso da função da tecnologia na sociedade, por fazer dessa variável um elemento fundamental no desenvolvimento econômico.

Para Costa (2006), Schumpeter é colocado como um estudioso da função da tecnologia na sociedade, por fazer dessa variável um elemento fundamental no desenvolvimento econômico. Costa (2006) afirma ainda que Schumpeter analisa o mecanismo do “fluxo circular”, que já era conhecido por outros autores como Adam Smith e Karl Marx, para se aproximar dos movimentos da economia capitalista.

Ainda de acordo com Costa (2006), para Schumpeter, a vida econômica transcorre monotonamente, com cada bem produzido encontrando o seu mercado período após período. Admitem-se incrementos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. No entanto, essa base tecnológica já é conhecida e as adaptações às mudanças ocorrem de forma previsível. Desta forma, Schumpeter afirma que mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores.

Para Schumpeter (1982), as inovações transformadoras devem ser imprevisíveis, levando ao rompimento do equilíbrio, alcançando, assim, a evolução econômica, que se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente, e se deve à introdução de novidades na maneira do sistema funcionar (COSTA, 2006).

Diferentemente do que muitos imaginam, Schumpeter vai contra o conceito de que as inovações se originam dos desejos e demandas dos consumidores. Embora sejam importantes, as mudanças começam no lado da produção através de maneiras distintas de produzir, incrementando um diferencial através dos serviços agregados ao produto e, até mesmo, com a propaganda que “modifica” o pensamento dos consumidores, fazendo com que os produtos antigos percam valor em relação aos novos, causando uma necessidade de aquisição do novo produto. Assim,

inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença dessenexo. Entretanto, é o produtor que, igualmente, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível, e até mesmo necessário, considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Segundo Schumpeter (1982), o empresário é o indivíduo que toma a iniciativa da mudança, no entanto, o empreendedor necessita de recursos financeiros para ter acesso aos demais recursos produtivos, então, deste modo, o autor defende a criação de uma poupança prévia que financie os novos investimentos:

É sempre uma questão, não de transformar o poder de compra que já existe em propriedade de alguém, mas da criação de novo poder de compra a partir do nada – a partir do nada mesmo que o contrato de crédito pelo qual é criado o novo poder de compra seja apoiado em garantias que não sejam elas próprias meio circulante que se adiciona à circulação existente. É essa é a fonte a partir da qual as novas combinações frequentemente são financiadas e a partir da qual teriam que ser financiadas sempre, se os resultados do desenvolvimento anterior não existissem de fato em algum momento (SCHUMPETER, 1982, p. 53).

O sistema econômico, de acordo com Schumpeter, depende do surgimento do empresário como criador de novas combinações, alguém que tenha habilidades para quebrar o sistema tradicional e incorporar algo novo na forma de comercialização, produção ou prestação de serviços (COSTA, 2006). Demonstra, assim, a importância do agente empreendedor como promulgador do desenvolvimento econômico e social.

## **Resultados**

Na pesquisa realizada, foi analisada a pretensão dos estudantes do último ano do ensino médio do

município de Itabuna em abrir seu próprio negócio, verificando, paralelamente, a idade, a renda familiar e o grau de escolaridade da família, e ainda, distinguindo os estudantes do ensino público do particular. Assim, essas variáveis foram utilizadas para traçar o perfil empreendedor dos jovens estudantes do ensino médio de Itabuna.

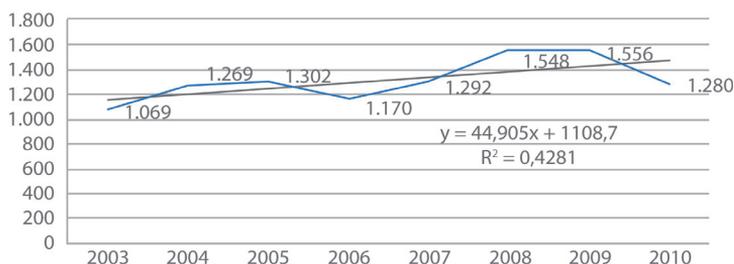
Além disso, também foi feita uma breve análise do mercado de trabalho de Itabuna, para verificar a realidade em que estes jovens irão se inserir ao se depararem com o mercado ao concluírem seus estudos.

#### *Breve análise do mercado de trabalho*

Segundo o IBGE (2011), no ano de 2000, o grau de informalidade no município de Itabuna chegou a 53,85% e a taxa de desocupação a 24,75%. Apesar deste índice de informalidade no município e da taxa de desocupação, pode ser constatado, no GRÁFICO 1, que há uma evolução da quantidade de aberturas de empresas no período de 2003 a 2010. Percebe-se uma tendência de crescimento no número de empresas constituídas, que, em média, correspondeu a cerca de 3,95% da quantidade de empresas constituídas no estado, no mesmo período constante no GRÁFICO 1.

Cerca de 70% dos estudantes consideram o comércio o setor de maior potencialidade na região. Já em relação às principais dificuldades que impedem ou dificultam o desenvolvimento destas potencialidades, a principal, segundo a pesquisa, foi a falta de incentivos dos órgãos públicos, com aproximadamente 45%, e ainda a infraestrutura, com pouco mais de 35%, que é, do mesmo modo, considerada um dos entraves para a região na concepção dos jovens.

**GRÁFICO 1 – Quantidade de constituições de empresas (matrizes e filiais) na região administrativa de Itabuna 2003 – 2010**



Fonte: JUCEB (2011).

Legenda: — Empresas      — Linear (Empresas)

Nota: Elaboração de Neorley Batista Carvalho e João Carlos de Pádua Andrade.

Apesar de o comércio ser apontado como uma das grandes potencialidades da região, na TABELA 1, nota-se que, no período de janeiro a setembro de 2010, foi o setor com menor indicador de ocupações, diminuindo o número de empregados formais no ramo. Por outro lado, na construção civil e na indústria de transformação, houve um aumento; entretanto, os setores que ainda mais empregam é o do comércio e serviços, respectivamente, comprovando a opção dos alunos ao considerarem o comércio um grande potencial da região.

No ranking da evolução do emprego formal dos municípios com mais de 30 mil habitantes no estado da Bahia, estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no mês de abril de 2010, o município de Itabuna encontrava-se na 27ª colocação, pois, na cidade, existe uma rotatividade muito grande de empregos, as empresas contratam muitos trabalhadores, mas, por outro lado, também há um grande número de demissões. Isso faz criar uma situação de insegurança para os empregados que, diante disso, buscam alternativas

**TABELA 1 – Flutuação do emprego formal em Itabuna, de janeiro a setembro de 2010**

<b>Indicadores</b>	<b>Admissão</b>	<b>Demissão</b>	<b>Saldo</b>
Extrativa Mineral	29	7	22
Indústria de Transformação	2.025	1.584	441
Serviços Industriais de Utilidade Pública	37	31	6
Construção Civil	1.003	612	391
Comércio	2.841	2.970	-129
Serviços	2.702	2.731	-29
Administração Pública	87	64	23
Agropecuária	329	377	-48
<b>TOTAL</b>	<b>9.053</b>	<b>8.376</b>	<b>677</b>

Fonte: BRASIL (2011).

Nota: Adaptado por Neorley Batista Carvalho e João Carlos de Pádua Andrade.

mais seguras, como trabalhar em órgãos públicos ou abrir um negócio.

A remuneração média destes setores é pouco mais que um salário mínimo, logo os empregos oferecidos são, em geral, de baixa qualificação, possuindo pouco mercado de trabalho para as pessoas que possuem melhor qualificação, fazendo com que tenham que buscar oportunidades em outras cidades, ou algum outro tipo de alternativa. A remuneração média dos jovens entre 16 e 24 anos é ainda menor, como demonstra a TABELA 2, além de encararem as dificuldades de conseguir o primeiro emprego.

Embora se possa constatar um alto número de instituições de ensino superior na região, percebe-se que boas oportunidades de empregos, que exigem maior qualificação profissional e oferecem melhor remuneração, têm sido escassas na microrregião. Assim, relacionam-se com este contexto o aumento do desemprego e da informalidade dos

empregos, que são também reflexos da falta de estímulo de instituições como universidade, escola ou comunidade em atividades empreendedoras.

**TABELA 2 – Variação de emprego formal e remuneração média de jovens entre 16 e 24 anos, em 31 de dezembro de 2009**

<b>Sexo</b>	<b>Empregos formais</b>	<b>Remuneração média</b>
Masculino	3.620	655,25
Feminino	2.507	654,07
<b>Total</b>	<b>6.127</b>	<b>654,77</b>

Fonte: BRASIL (2011).

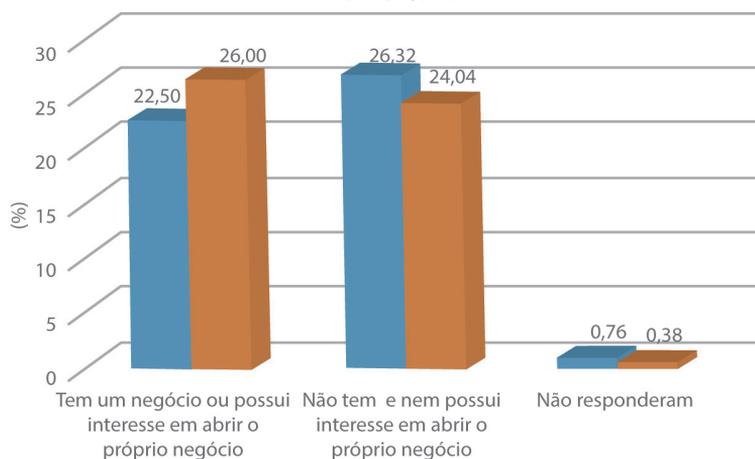
Nota: Adaptado por Neorley Batista Carvalho e João Carlos de Pádua Andrade.

### *Resultados da pesquisa aplicada aos estudantes*

No GRÁFICO 2, pode-se evidenciar a semelhança entre os alunos da rede pública e particular de ensino, com relação à intenção de abrir uma empresa; todavia, destaca-se que os estudantes da escola particular possuem uma menor tendência para abrir um negócio, pois estes jovens, e as próprias escolas particulares, possuem maior foco em sua aprovação nos vestibulares. Considerando os estudantes como um todo, foi constatado que 48,5% têm um negócio ou se interessam em abrir seu próprio empreendimento. E 50,36% não possuem nem têm interesse de serem empreendedores.

De acordo com Greco et al. (2009), os fatores que levam países como Coreia, Japão, Itália e Dinamarca a apresentarem uma baixa proporção de participação de jovens empreendedores é que, pelo seu elevado nível de renda, escolaridade, estrutura de produção estável e tecnologia avançada, estão aumentando o tempo de formação e retardando a entrada dos jovens no mercado de

**GRÁFICO 2 – Interesse dos jovens (%) da escola pública e particular de Itabuna para abrir o próprio negócio no ano de 2010**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ■ Particular ■ Pública

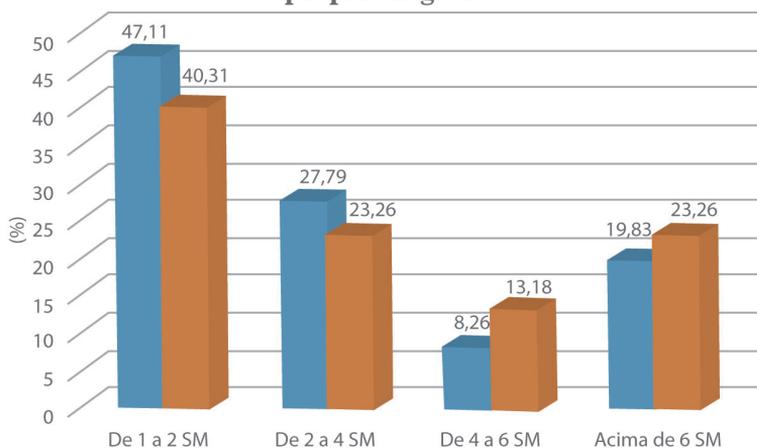
trabalho. Assim, o fato de os estudantes das escolas particulares possuírem famílias com maior nível de renda faz com que possam passar mais tempo estudando por terem condições de custear as despesas da sua formação.

Em contraposição, Greco *et al.* (2009) afirmam que países como Irã, Jamaica, Brasil e Egito, que apresentam baixo nível de distribuição de renda, fazem com que os jovens sejam “obrigados” a entrar cedo no mercado de trabalho para aumentar ou contribuir na renda familiar. Nesses países, encontra-se o jovem empreendedor por necessidade em atividades de baixa produtividade, alocado em serviços voltados para consumidores.

Relacionando o nível de renda com o interesse pela área empreendedora, verifica-se, no GRÁFICO 3, que entre aqueles cuja família situa-se na condição de até 2 salários mínimos (SM), que correspondem a 43,71%

dos alunos respondentes. Houve um maior percentual (47,11%) de estudantes que já possuem um negócio ou tem interesse em abrir um, enquanto 40,31%, da mesma faixa salarial informaram que não têm e nem possuem interesse em abrir o próprio negócio. Na faixa salarial superior a 6 SM, que corresponde a 21,55% dos que responderam, os interessados pela área empreendedora são de 19,83% contra 23,26% dos que negaram seu interesse por essa área. Dessa forma, percebe-se que, entre os estudantes de renda mais baixa, existe um maior interesse pela área empreendedora, enquanto, na faixa de renda mais elevada, a situação é inversa. Considerando uma análise global, o percentual dos que não têm interesse pela área empreendedora é de 51,60%, contra 48,40% dos que possuem tal interesse.

**GRÁFICO 3 – Relação da renda familiar dos alunos (salário mínimo – SM) com o interesse em possuir o próprio negócio**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

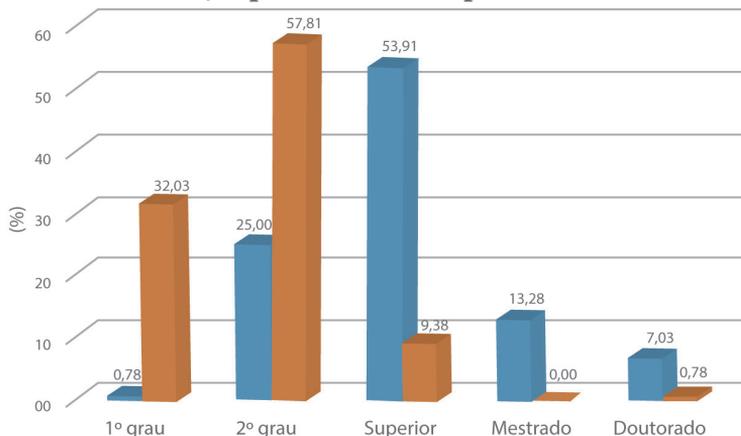
- Tem um negócio ou possui interesse em abrir o próprio negócio
- Não tem e nem possui interesse em abrir o próprio negócio

Buscou-se verificar também o grau de escolaridade familiar do público analisado. De acordo com o GRÁFICO 4, existe considerável diferença entre os colégios públicos e os particulares. Dos alunos que responderam, observa-se que a maioria dos chefes de família dos estudantes das escolas da rede pública de ensino possui, o primeiro e o segundo grau; por outro lado, observa-se que os pais daqueles que estudam nas escolas particulares possuem um grau mais elevado de escolaridade, na sua maioria, o ensino superior, e alguns com mestrado e doutorado.

A pesquisa possibilitou verificar que o jovem empreendedor por necessidade – aquele que, na busca de uma renda, cria negócios sem considerar as variáveis inerentes ao ramo – possui características como baixa renda, baixo nível de escolaridade. Já no empreendedor jovem por oportunidade – aquele que analisa a viabilidade ou não de iniciar o negócio –, essas características são contrárias, possuem maior nível de renda e maior escolaridade.

Apesar de se observar interesse por parte dos estudantes pela área empreendedora, a pesquisa verificou que tanto as escolas particulares quanto as escolas públicas não têm o empreendedorismo como tema importante na formação profissional, não praticam iniciativas constantes que colaborem para que os estudantes adquiram conhecimentos e interesses nesta área. De acordo com o GRÁFICO 5, cerca de 3,44% dos jovens do ensino público responderam que suas escolas, de uma certa forma, possuem iniciativas que focam no tema empreendedorismo, isso se deve principalmente ao projeto Jovem Aprendiz, pelo qual algumas escolas possuem vínculos com empresas da região e encaminham alguns alunos para estagiar durante um determinado período. Mas poucos deles já participaram ou sequer possuem conhecimento sobre este tipo de

**GRÁFICO 4 – Grau de escolaridade dos pais dos jovens das escolas públicas e particulares de Itabuna no ano de 2010, expresso de forma percentual.**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ■ Particular

■ Pública

**GRÁFICO 5 – Iniciativas das escolas públicas e particulares de Itabuna que focam no tema empreendedorismo, demonstradas em termos percentuais**



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ■ Particular

■ Pública

oportunidade. Nas instituições particulares, 1,53% afirmou que a escola possui esse tipo de atividade, dentre as quais foram citadas palestras sobre o tema. Contudo, são eventos que não ocorrem de forma frequente e contínua.

A maioria dos alunos, em torno de 86%, respondeu que suas escolas não possuem nenhum tipo de iniciativa empreendedora, mostrando, assim, a falta de incentivo empreendedor das escolas públicas e particulares do município de Itabuna.

De acordo com Greco et al. (2009), alguns especialistas brasileiros falam sobre o papel da educação e do treinamento, recomendando e destacando a importância do governo federal em tornar obrigatório o ensino do empreendedorismo em todos os níveis de ensino, principalmente nas escolas de ensino fundamental e médio, e reforçar a educação financeira nas séries iniciais da formação educacional, remetendo a responsabilidade da educação empreendedora a todo o sistema educacional, e não apenas às universidades.

Buscou-se também verificar o interesse dos estudantes ao concluir o ensino médio. De acordo com a TABELA 3, os alunos do colégio público possuem uma menor tendência em focar no vestibular, comparado aos alunos da escola particular. Por outro lado, os alunos do ensino público têm maior intenção em tentar concursos públicos, buscar trabalhos com carteira assinada e fazer cursos técnicos, alternativas que possam lhes trazer um retorno financeiro mais rápido. Já os estudantes das escolas particulares pretendem, na grande maioria, continuar seus estudos fazendo vestibular ou prestando concursos públicos.

Os jovens disseram ter a intenção de abrir uma empresa e ainda citaram as principais dificuldades percebidas, ou encontradas, para abrir ou se manter no mercado. Dentre as diversas dificuldades colocadas, as mais

**TABELA 3 – Intenção dos estudantes das escolas públicas e particulares de Itabuna ao concluir o ensino médio – 2010**

Interesses	Público		Particular	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Vestibular	58	44,62	95	71,97
Concurso	32	24,62	24	18,18
Trabalhar com carteira assinada	10	7,69	5	3,79
Abrir o próprio negócio	10	7,69	3	2,27
Curso técnico	18	13,85	2	1,52
Trabalhar nas grandes cidades	2	1,54	3	2,27
<b>TOTAIS</b>	<b>130</b>	<b>100</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

mencionadas foram a falta de capital financeiro disponível, a falta de capacitação e a falta de um local adequado para instalação do negócio. Outras questões fundamentais também foram levantadas, como a burocracia, a concorrência, a carga tributária, a falta de incentivo dos órgãos públicos, a violência e o fato de muitos serem menores, afirmando não poder abrir um negócio.

Verifica-se, através do contexto exposto ao longo do artigo, que fatores sociais, políticos, econômicos e culturais influenciam na tomada de decisão dos indivíduos em relação ao início de seu próprio negócio, o que leva à necessidade de se criar medidas através do poder público para que se possa ampliar as oportunidades e

minimizar os riscos para novos investimentos na região, pois, embora se espere que o empreendedor seja capaz de enfrentar os desafios impostos pelo mercado para então promover a mudança na sociedade, as condições externas tornam-se estritamente importantes para o desenvolvimento dos próprios empreendedores, daqueles que já atuam no mercado e/ou almejam atuar.

### **Considerações finais**

Como indicou a pesquisa, os jovens com menor renda e menor grau de escolaridade tendem a abrir um negócio por necessidade. Contudo, a má distribuição de renda do país e o problema da educação pública são fatores cruciais que contribuem para o alto índice de mortalidade de empresas e do mercado informal no Brasil. Não basta reduzir impostos, oferecer créditos, facilitar a formalização dos pequenos empreendedores, se estes não dispõem de experiências, qualificação e informações necessárias para manter seus negócios. O país precisa melhorar primeiro as questões básicas para que a população possa responder melhor às políticas públicas, direcionadas para o incentivo ao mercado nacional.

As escolas particulares focam principalmente na aprovação dos seus alunos nos vestibulares, para que possam utilizá-los como *marketing*, deixando de lado ensinamentos e práticas complementares na formação dos alunos que auxiliem na escolha da carreira profissional que pretende ser seguida. Da mesma forma, as escolas públicas não desenvolvem iniciativas empreendedoras, apesar de possuírem um grande número de estudantes que apresentam interesse de abrir o próprio negócio. Foi possível notar que, além da falta de iniciativa por parte dos diretores das escolas e do próprio governo, há também

uma falta de iniciativa dos estudantes em cobrar mudanças curriculares que promovam melhorias em relação às suas necessidades e expectativas, ou fazendo com que cada escola busque um ensino melhor ou mais próximo do perfil dos seus alunos.

Foi verificado que a pretensão de grande parte dos jovens é ingressar em um curso superior, porém nem todos os jovens conseguem atingir este objetivo, principalmente estudantes das escolas públicas, que não dispõem de educação de qualidade e de renda para apoiar a entrada e a permanência nas universidades.

Através da perspectiva dos jovens ao concluírem seus estudos e da análise do mercado de trabalho do município de Itabuna, pode ser considerado que a falta de iniciativa empreendedora acarreta um grande número de pessoas com mão de obra disposta a trabalhar mesmo com baixos salários, principalmente os jovens de 16 a 24 anos, que possuem uma média salarial ainda menor no mercado de trabalho. Esse fato também contribui para uma grande instabilidade nos empregos oferecidos, pois, cada vez mais, existem pessoas com melhor nível de escolaridade, ou mais novas, dispostas a trabalhar de acordo com as condições impostas pelos empregadores, fazendo com que exista uma grande rotatividade de pessoas empregadas nos principais setores econômicos da cidade.

## ***REFERÊNCIAS***

BRASIL. Ministério do Trabalho em Emprego (MTE). **Portal do Trabalho em Emprego**: dados e estatística. 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acessado em: 20 fev. 2011.

CARVALHO, N. et. al. A Educação e o perfil empreendedor dos estudantes de Economia e Administração da Universidade Estadual de Santa Cruz. In: CONGRESSO NORDESTINO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2010, Recife. **Anais...** Recife: Realize, 2010.

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, A. B. O desenvolvimento econômico na visão de Schumpeter. **Cardernos IHU Ideias**, ano 4, n. 47, 2006.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

FAGUNDES, R.; GARGUR, E. **Empreendedorismo e gestão mercadológica**. 2. ed. Itabuna: Via Litterarum, 2007.

GRECO, S. M. S. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBPQ, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades:** Itabuna-BA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291480>>. Acesso em: 29 out. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar.** 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso>>. Acesso em: 29 out. 2010.

JUNTA COMERCIAL DA BAHIA (Juceb). **Estatística** - Constituição de Empresas por Região Econômica. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.juceb.ba.gov.br/informacoes/estatistica>> Acesso em: 20 fev. 2011.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, F. B. de; BARONE, F. M. Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 4, p. 797-807, 2007.



**IMPrensa UNIVERSITÁRIA**

---

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA

Espera-se, com esta publicação, valorizar a pesquisa no curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, incentivar a publicação e motivar discentes e docentes, acreditando sempre que as nossas pesquisas mostram a evolução e o amadurecimento como um retrato do que somos enquanto curso, o qual, neste ano, completa 50 anos. Os temas trazidos nos diversos capítulos retratam o nosso olhar sobre o mundo, abordando reflexões regionais, estaduais, nacionais e internacionais.



978-85-7455-410-5



9 788574 554105